

Ministério do Desenvolvimento Regional

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

Relatório de Gestão do FNE

Exercício de 2018

Fortaleza-Ceará/2019

Ministério do Desenvolvimento Regional

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

Relatório de Gestão do FNE

Exercício de 2018

Relatório de Gestão do FNE do Exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições: Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU n° 170/2018, Decisão Normativa TCU 172/2018, Portaria TCU n° 369/2018 e Decisão Normativa TCU 176/2019.

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Fortaleza-Ceará/2019

**LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES**

Alide - Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento

Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

Anorc - Associação Norte Rio-Grandense de Criadores

App - Aplicativo

Bacen **-** Banco Central do Brasil

BID **-** Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB **-** Banco do Nordeste do Brasil S.A.

BNDES **-** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAC **-** Central de Atendimento ao Cliente

CAPGV - Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas

CEF - Caixa Econômica Federal

CGU **-** Controladoria-Geral da União

CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da CGU

CGU-SeCI - Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses da CGU

CIEE **-** Centro de Integração Empresa Escola

CMN **-** Conselho Monetário Nacional

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

Cobit *- Control Objectives for Information and related Technology*

Codis - Comitê Disciplinar Superior

Coeti - Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

Coges - Comitês de Gestão

Comid - Comitê Disciplinar

Conaj - Gerência Estadual de Contencioso e Assessoria Jurídica do Banco do Nordeste

Condel/Sudene **-** Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Conotel - Congresso Nacional de Hotéis

Coso *- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission’s Control – Integrated Framework*

Cotec **-** Comitê Tático de Tecnologia da Informação

CRCIC **-** Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

CRO - Controle e Risco

CVM **-** Comissão de Valores Mobiliários

ECF - Escrituração Contábil Fiscal

Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FIA - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente

FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

Fies - Programa de Financiamento Estudantil

Finor - Fundo de Investimentos do Nordeste

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

Fundeci - Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

GAPRE - Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste

Gerat - Gerência de Reestruturação de Ativos

GRI *- Global Report Initiative*

HHI - *Herfindahl-Hirschman Index*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBM *- International Business Machines*

ICTs - Instituições de Ciência e Tecnologia

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IG-Sest - Certificado Indicador de Governança

IMC - Produto - indicadores de conformidade

Incaper - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

Inec- Instituto Nordeste Cidadania

IRRBB - *Interest Rate Risk of Banking Book*

Isaca - *Information Systems Audit and Control Association*

ITIL *- Information Technology Infrastructure Library*

ITR - Informações Trimestrais

LAI - Lei de Acesso à Informação

LCR - *Liquidity Coverage Ratio*

LOA - Lei Orçamentária Anual

MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional

MEI - Micro empreendedor individual

MI - Ministério da Integração Nacional

MPE - Micro e Pequena Empresa

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MPT **-** Ministério Público do Trabalho

NCRL - Nível de Cobertura para o Risco de Liquidez

PAA - Proposta de Ação Administrativa

PEC - Planejamento Estratégico Corporativo

Peti - Plano Estratégico de TI

PIB - Produto Interno Bruto

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

PPA - Plano Plurianual

PRDNE - Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste

Proagro - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Prodeter - Programa de Desenvolvimento Territorial

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência

Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica

PRSA - Política de Responsabilidade Socioambiental

RAS - *Risk Appetite Statement*

RDR - Sistema de Registro de Demandas do Cidadão

RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento

RP - Restos a Pagar

SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor

SD-WAN - Rede Inteligente de Comunicações

Seara - Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários e Reforma Agrária

Sebrae - Serviço de Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SeCI - Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento

Sest **-** Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

SLTI -Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SMDR - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

SMS - Short Message Service

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUPER - Superintendência Estadual do Banco do Nordeste do Brasil

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

TCE - Tomada de Contas Especial

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação

UF - Unidade Federativa

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UPC - Unidade Prestadora de Contas

URA - Unidade de Resposta Audível

VaR - Valor em Risco

VoIP *- Voice over Internet Protocol*

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1.1 - Organograma do Banco do Nordeste do Brasil S. A. (2018)

Figura 2.1 - Atendimentos da Ouvidoria por origem

Figura 2.2 - Atendimentos da Ouvidoria em 2018

Figura 3.1 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos do BNB

Figura 3.2 - Modelo de Controle Interno e Gestão de Riscos do BNB

Figura 3.3 - Estrutura de Controles Internos

Figura 3.4 - Crescimento do Indicador IMC-Produto 2017/2018

Figura 4.1 - Microempreendedor rural: contratações e carteira ativa (2016/2018)

Figura 4.2 - Página do BNB divulgando o Cadastro Digital

Figura 5.1 - Ações Orçamentárias - Operações Especiais

Figura 5.2 - Saques nas Lotéricas

Figura 5.3 - Principais Resultados da Diretoria de TI em 2018

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1.1 - Competências e dirigentes das Superintendências relacionadas com o processo operacional do FNE (2018)

Quadro 2.1 - Iniciativas do Banco do Nordeste no PPA com recursos do FNE - 2018

Quadro 2.2 - Alçadas de apuração de irregularidades

Quadro 2.3 - Composição do Comitê Disciplinar Superior (Codis)

Quadro 2.4 - Instâncias inicial e recursal por função em comissão do empregado

Quadro 2.5 - Resultados da Auditoria Disciplinar – Exercício 2018

Quadro 2.6 - Tomadas de contas especiais não instauradas

Quadro 2.7 - Tomadas de Contas Especiais instauradas e não remetidas ao TCU

Quadro 2.8 - Pesquisa de satisfação de clientes e usuários da Ouvidoria

Quadro 4.1 - Indicadores estratégicos de resultados 2018 – Metas x Realizado

Quadro 4.2 - Matriz de vinculação de Projetos com as Diretrizes Estratégicas e com os Indicadores de Resultados – 2018

Quadro 4.3 - Incertezas críticas

Quadro 4.4 - Taxa de Crescimento do PIB - últimos quatro trimestres (2017-2018)

Quadro 5.1 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro 5.2 - Despesas por modalidade de contratação

Quadro 5.3 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 5.4 - Força de trabalho do Banco do Nordeste - 2018

Quadro 5.5 - Distribuição da lotação efetiva - 2018

Quadro 5.6 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas - 2018

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 2.1 - FNE – Estimativas de Recursos - 2018

Tabela 2.2 - Projeção por programa de financiamento - 2018

Tabela 2.3 - Distribuição orçamentária por UF – 2018

Tabela 2.4 - FNE - Projeção de financiamento por UF e setor - 2018

Tabela 2.5 - FNE 2018 - Projeção de financiamento para o Semiárido (PNDR)

Tabela 2.6 - FNE 2018 - Projeção de financiamento por RIDE (PNDR)

Tabela 2.7 - FNE 2018 - Projeção de financiamento por Município classificado como de tipologia prioritária (PNDR)

Tabela 2.8 - Comparativo dos Serviços Prestados pelo CRCIC em 2017 e 2018

Tabela 2.9 - Comparativo de atendimentos da ouvidoria

Tabela 4.1 - Estimativa das repercussões econômicas das contratações do FNE – 2018

Tabela 4.2 - FNE: Prioridades do Setor Industrial - Desempenho das metas - 2018

Tabela 4.3 - FNE - Prioridades do Setor Rural - Desempenho das Metas – 2018

Tabela 4.4 - FNE Itinerante – 2010 – 2018

Tabela 4.5 - FNE - Atendimentos prestados pelo CRCIC – 2018

Tabela 4.6 - FNE - Execução orçamentária – 2018

Tabela 4.7 - Financiamentos por estado

Tabela 4.8 - Financiamentos em Infraestrutura por tipo de atividade

Tabela 4.9 - FNE - Desempenho operacional – 2018

Tabela 4.10 - FNE - Contratações por programa - Programado x realizado – 2018

Tabela 4.11 - FNE - Contratações por UF - Programado X Realizado – 2018

Tabela 4.12 - FNE - Contratações por UF e Setor – 2018

Tabela 4.13 - FNE - Contratações por finalidade do crédito – 2018

Tabela 4.14 - FNE - Contratações por porte do mutuário e estado – 2018

Tabela 4.15 - FNE – Contratações no âmbito do Pronaf por estado – 2018

Tabela 4.16 - FNE - Contratações na modalidade FIES - por UF – 2018

Tabela 4.17 - FNE - Infraestrutura - Programas por UF – 2018

Tabela 4.18 - Contratações por Atividade Financiada – Infraestrutura – 2018

Tabela 4.19 - FNE - Infraestrutura - Contratações no Semiárido- 2018

Tabela 5.1 - Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 5.2 - Distribuição por finalidade de contrato

Tabela 5.3 - Distribuição por modalidade de contrato

Tabela 5.4 - Maiores Desembolsos – Contratos de TI em 2018

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 2.1 - FNE - Orçamento por setor (%) – 2018

Gráfico 4.1 - Crescimento da taxa de empregos e massa salarial

Gráfico 4.2 - FNE 2018 – Programado x Realizado no Setor de Infraestrutura

**SUMÁRIO**

**APRESENTAÇÃO**

**1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

1.1. Finalidade e competências

1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

1.3. Organograma

1.4. Ambiente Externo

1.5. Modelo de Negócios

**2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

2.1. Planejamento estratégico

2.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

2.3. Estruturas de governança

2.4. Principais canais de comunicação com a sociedade

**3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

3.1. Modelo de gestão de riscos

3.2. Estrutura de gerenciamento de riscos

3.3. Diretrizes específicas para gerenciamento de riscos

3.4. Limite de exposição ao risco operacional

3.5. Modelo de controles internos

3.6. Estrutura de gestão e controles de demandas judiciais

**4 RESULTADOS DA GESTÃO**

4.1. Problema a ser tratado pelos resultados estratégicos

4.2. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e prioridades da gestão

4.3 Principais programas, projetos e iniciativas

4.4 Avaliação de desempenho

4.5 Riscos estratégicos e fatores de influências

4.6 Justificativas para o resultado: desempenho da economia

4.7 Desafios remanescentes e próximos passos

**5**  **ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

5.1 Gestão orçamentária e financeira

5.2 Gestão de pessoas

5.3 Gestão de licitação e contratos

5.4 Gestão patrimonial e de infraestrutura

5.5 Gestão de TI

5.6 Gestão de custos

5.7 Sustentabilidade ambiental

**6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

7.3 Tratamento de recomendações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Banco do Nordeste contratou, em 2018, montante de R$ 43,6 bilhões, em quase cinco milhões de operações de crédito, representando crescimento de 64,8% em relação a 2017. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi a fonte de recursos mais utilizada nos financiamentos de longo prazo.

No exercício, o Banco realizou o maior volume de contratação da sua história, totalizando R$ 32,65 bilhões, em 571.288 operações de financiamentos, com cobertura de 100% da área de atuação do FNE.

Destacam-se os resultados obtidos por meio do FNE, no microcrédito rural. Esse segmento cresce a cada dia no país e tem grande importância para o desenvolvimento da Região, onde o Banco atua com o programa de microcrédito produtivo orientado, o Agroamigo. Somente nesse campo, foram contratados empréstimos, em 2018, no valor de R$ 2,53 bilhões em 506,8 mil operações.

Também atendido pelo FNE, outro segmento relevante para a Região e para o País foram as micro e pequenas empresas, que contrataram R$ 2,9 bilhões, em 2018, com crescimento de 10,8%, em relação a 2017.

A forte atuação do Banco nesses segmentos de crédito – microcrédito, micro e pequena empresa e agricultura familiar – foram realizadas por meio de programas específicos e que fazem parte de políticas públicas do governo federal. Esses segmentos juntos com o crédito ao mini e pequeno produtor rural compõem a grande prioridade de atendimento do Banco – ser o agente financeiro do pequeno empreendedor na Região.

Ainda é importante ressaltar algumas ações, reconhecimentos e premiações alcançados pelo Banco do Nordeste, no âmbito do FNE, em 2018:

* Contratação de R$ 16,47 bilhões para projetos no setor de Infraestrutura;
* Contratação de R$ 16,18 bilhões para os setores Rural, Industrial, Agroindustrial, de Turismo e Comércio e Serviços;
* Atendimento aos 1.990 municípios da área de abrangência do FNE, incluindo financiamentos de R$ 16,3 bilhões para empreendimentos no semiárido, inclusive no setor de Infraestrutura;
* Realização do 22º Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional;
* Iniciação de financiamentos para pessoas físicas, micro e mini geradoras de energia elétrica, por meio de equipamentos fotovoltaicos instalados em residências e/ou condomínios residenciais;
* Lançamento de financiamentos para crédito estudantil por meio do Programa de Financiamento Estudantil (Fies);
* Compartilhamento de rede de atendimento das lotéricas por meio de parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF);
* Pelo segundo trimestre consecutivo, o Banco do Nordeste alcançou a nota máxima, cinco em uma escala de 1 a 5, no *ranking* de Qualidade de Ouvidorias, apurado trimestralmente pelo Banco Central;
* Prêmio Alide: O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) foi premiado no Concurso de Melhores Práticas da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide), na categoria Produtos Financeiros;
* IG-Sest: Pela segunda vez consecutiva, o Banco do Nordeste recebeu o Certificado Indicador de Governança (IG-Sest), iniciativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que reconhece o desempenho da qualidade de governança das empresas estatais federais.

Como instituição gestora de recursos públicos, o Banco do Nordeste tem o compromisso com a sociedade de pautar sua atuação no mercado de forma social e ambientalmente responsável, coibindo a prática de fraude e corrupção. Para isso, desenvolve ações de Integridade e Ética, que funcionam como instrumentos da boa governança, envolvendo: postura ética, prática vigilante dos controles internos, sustentabilidade, transparência e integridade da organização, de seus colaboradores, parceiros ou das partes relacionadas.

Os indicadores de conformidade (IMC-Produto) das operações do Banco registraram, em 2018, avanços comparados aos do exercício de 2017.

Segundo levantamento feito pelo Banco Central, em dezembro de 2018, o Banco do Nordeste continua detendo a maior parte dos saldos de crédito de longo prazo do Sistema Financeiro na área onde opera – região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo – com participação de 61,67% do total. No crédito rural, essa participação alcança 54,14%.

Com o desempenho do FNE, em 2018, demonstrado neste relatório, o Banco do Nordeste segue cumprindo seu papel de banco de desenvolvimento regional perfeitamente integrado à política econômica do País, sendo o principal instrumento do governo federal na Região para a execução de políticas públicas.

Romildo Carneiro Rolim

Presidente

**CAPÍTULO 1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

# FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. Atualmente, os recursos dos fundos constitucionais são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), onde parcelas de recursos tributários da União são destacadas para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País.

O FNE se destina ao financiamento de empreendimentos localizados nos nove estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e a região norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, que guardam características climáticas semelhantes às do Nordeste, abrangendo 1.990 municípios.

Inerente à criação do FNE é a determinação do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) de atuar como Banco operador e órgão administrador do Fundo juntamente com o Ministério da Integração Nacional (MI)[[1]](#footnote-1) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgãos responsáveis pelas diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos.

Assim, estruturas e processos internos, rede de agências, práticas de gestão, plataforma tecnológica, controles internos, dentre outros elementos da organização do BNB são abordados como parte inseparável da gestão do FNE, que, de maneira geral, abrange todo o Banco, enquanto instituição de desenvolvimento regional. No entanto, podem-se destacar subunidades administrativas que, mais especificamente, estão relacionadas à operacionalização e à gestão do Fundo.

O FNE é composto por programas de financiamento produtivo, notadamente de longo prazo, direcionados a todos os setores da economia. A composição desses programas apresenta sistemáticos ajustes e revisões para se manter em consonância com a conjuntura econômica, visando priorizar a superação das carências existentes e maximizar as oportunidades de negócios para a Região.

De modo geral, pode-se afirmar que os recursos do FNE favorecem o fomento ao desenvolvimento regional, possibilitando ao BNB disponibilizar financiamento ao setor produtivo, apoiar a implementação de políticas públicas e atuar em articulação com as entidades públicas e a sociedade civil organizada, importantes parceiros para o alcance dos objetivos preconizados no planejamento regional.

# Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela [Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1649.htm) e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Atualmente, é a maior instituição da América Latina voltada para o desenvolvimento regional, operando como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O FNE foi instituído pela Lei Federal nº 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o artigo 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal de 1988. Sua administração é exercida conjuntamente pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Condel/Sudene), Ministério da Integração Nacional (MI) e pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB).

O Fundo encontra-se alicerçado pelas diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/1989, pelas orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pelas políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, bem como as disposições do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e que deverão ser observadas na elaboração das diretrizes e prioridades e na formulação dos programas de financiamento, direcionados a todos os setores da economia e que são atualizados periodicamente de modo a se adequarem a conjuntura econômica, maximizando as oportunidades de negócios, de modo a contribuir para a superação das carências existentes.

As diretrizes são formalizadas por meio da Programação Regional FNE, elaborada anualmente em articulação com as entidades públicas e a sociedade civil organizada. A Programação do FNE constitui instrumento normativo e de planejamento, elaborada pelo BNB, com participação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Condel/Sudene), do Ministério da Integração Nacional (MI), bem como com a contribuição de várias unidades do BNB, de governos estaduais e demais entidades públicas e da sociedade civil organizada. Após sua aprovação pelos órgãos competentes, o conteúdo é detalhado, passando a compor os normativos internos do Banco do Nordeste.

Para elaboração da Programação Regional do FNE para o exercício 2018, foram observadas as diretrizes e orientações gerais do MI e do Condel/Sudene estabelecidas mediante as Portarias MI nºs 434/2017, de 11/08/2017, 616/2017, de 21/11/2017, bem como as Resoluções Condel/Sudene nº 110/2017, de 15/08/2017, nº 114/2017, de 23/11/2017 e nº 119/2018, de 28/06/2018. Nessa perspectiva, são consideradas, também, as resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.578, de 07/06/2017 e nº 4.674, de 26/06/2018, que definem os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações rurais, bem como a Resolução CMN nº 4.622, de 02/01/2018, sobre metodologia de cálculo dos encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural. A Resolução Condel/Sudene nº 112, de 23/11/2017, aprovou a Programação de aplicação dos recursos do FNE para o exercício 2018, que foi alterada pela Resolução Condel/Sudene nº 117/2018, de 04/04/2018.

# ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional do Banco do Nordeste retrata a amplitude de sua atuação enquanto banco múltiplo. Administra as fontes de recursos do FNE, FDNE, BNDES, FAT e outras definidas pelo banco e opera e gerencia um portfólio de produtos e de serviços próprios de uma instituição financeira.

A programação, a reprogramação e o gerenciamento do FNE ocorrem de forma participativa e integrada, por meio do ETENE, das Superintendências da Direção Geral e das Superintendências Estaduais. Cada unidade possui atribuição distinta à sua área de atuação o que favorece a convergência, a sistematização de informações estratégicas, a priorização de demandas e o direcionamento de ações para a prospecção de negócios do Banco, visando à aplicação dos recursos do FNE, no exercício.

Os programas de financiamento à atividade produtiva, à infraestrutura, ao desenvolvimento territorial, meio ambiente e inovação, responsabilidade social e de integração de políticas públicas às políticas de crédito perpassam por diversas áreas do Banco, encontrando semelhança com o organograma do Banco.

No Organograma do Banco do Nordeste, exposto na Figura 1.1, constam as superintendências com atribuições relacionadas com o processo operacional do FNE, e que estão destacadas em vermelho, e suas competências estão descritas resumidamente no Quadro 1.1.

**Figura 1.1 - Organograma do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (2018)**

Fonte: BNB - Ambiente de Arquitetura Organizacional e de Processos (2018)

**Quadro 1.1 - Competências e dirigentes das Superintendências relacionadas com o processo operacional do FNE (2018)**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Diretoria Vinculada** | **Órgãos / Áreas Estratégicas** | **Competências** | **Superintendentes**  **Titulares** | **Período de Atuação** |
| Diretoria de Planejamento | Superintendência de Políticas de Desenvolvimento | Elaborar, de forma participativa, a proposta de Programação Regional, encaminhando para aprovação dos órgãos competentes; elaborar os normativos internos correspondentes às políticas e programas de financiamento do FNE expressos na Programação e monitorar a execução da Programação. | Henrique Jorge Tinoco de Aguiar | Desde 15/01/2018 |
| Diretoria de Negócios | Superintendência de Negócios de Varejo e Agronegócios | Gerenciar as estratégias de negócios com os segmentos micro e pequena empresa, pequeno e mini produtor rural e pessoa física. | Luiz Sérgio Farias Machado | Desde 02/07/2014 |
| Superintendência de Negócios de Atacado e Governo | Gerenciar as estratégias de negócios dos segmentos *corporate*, empresas de médio e grande portes e Governo;  Apoiar a estruturação de negócios dos segmentos *corporate* e empresas de médio e grande portes. | Helton Chagas Mendes | Desde 04/01/2016 |
| Superintendência de Supervisão da Rede de Agências | Realizar gestão estratégica junto às Superintendências Estaduais e rede de agências para o cumprimento de metas, objetivando a maximização dos resultados do Banco. | José Valter Bento de Freitas | De 22/04/2016 a 21/04/2019 |
| Superintendência de Microfinança e Agricultura Familiar | Gerenciar os segmentos de microempreendedores rurais e urbanos e mini e pequenos produtores vinculados a agricultura familiar. | Alex Araújo | Desde 01/02/2017 |
| Diretoria Financeira e de Crédito | Superintendência de Concessão de Crédito e Administração das Centrais de Crédito | Propor estratégias para a concessão de crédito em busca de agilidade, segurança e eficiência operacional. | José Andrade Costa  Zerbini Guerra de Medeiros | De 18/05/2015 a 14/01/2018  Desde 25/01/2018 |
| Diretoria de Controle e Risco | Superintendência de Controle Financeiro | Realizar a gestão contábil-financeira do Banco e do FNE, abrangendo o processo contábil, avaliação de resultados, orçamento, gestão do capital, gestão tributária e controle financeiro das operações de crédito. | José Alan Teixeira da Rocha | De 17/04/2017 a 11/04/2019 |
| Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos | Administrar as ações de identificação, mitigação, controle e monitoramento dos riscos da atividade bancária, e assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares | Gabriel Fernando Rocha | De05/07/2017 a 01/01/2019 |
| Presidência | Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) | Elaborar, promover e difundir estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e avaliar políticas e programas, subsidiando a ação do BNB e da sociedade na busca do desenvolvimento regional sustentável. | Tibério Rômulo Romão Bernardo (Gerente de Ambiente) | Desde 26/04/2016 |

Fonte: BNB - Ambiente de Gestão de Pessoas (2018)

## **1.4 AMBIENTE EXTERNO**

1.4.1 Cenário Concorrencial

a) Perspectivas de novos entrantes:

* possibilidade de entrada de instituições financeiras privadas no financiamento a longo prazo na Região, baseada nos sinais de recuperação da economia e em um cenário de mudança de taxas de juros, bem como entrada de novos concorrentes no segmento de microfinanças;
* a introdução da TLP, no cenário financeiro, e a intenção de que esta convirja em cinco anos para a NTN-B, indica a possibilidade de que instituições que atuam no segmento de recursos livres, passem a se interessar pelos financiamentos de longo prazo, hoje ainda financiados por instituições públicas pelo crédito direcionado. Contudo, estudos sinalizam que, no médio prazo, não há expectativas de mudanças na forma de atuação dessas instituições.

b) Advento de inovações em quantidade e ritmo intensos, inclusive com a presença das *fintechs*, intensivas em tecnologia e realizando serviços financeiros são oportunidades para:

* realização de investimento em tecnologia digital aplicada aos processos da instituição e ao seu público-alvo;
* inovação em gestão e racionalização dos processos, transformação e criação de produtos e serviços;
* aprimoramento dos canais de comunicação e criação de canais alternativos para atendimento aos clientes (em 2018 o Banco passou a compartilhar a rede de atendimento das lotéricas com a Caixa Econômica Federal);
* fomento à geração e difusão do conhecimento, à criatividade e à inovação;
* aperfeiçoamento dos modelos de seleção de projetos de financiamento, a exemplo do que adotam organismos multilaterais;
* elevação do número de clientes ativos no segmento Microcrédito, ampliação do *market share* em microfinanças e manutenção da eficiência operacional dos programas;
* aumento do volume e da agilidade nos desembolsos, mantendo a taxa de inadimplência controlada.

1.4.2 Cenário Regulamentar

Um dos papéis do Banco como administrador do FNE, estabelecido na Constituição Federal, é de implementar políticas públicas de desenvolvimento, sendo remunerado por este serviço e assumindo o risco na operacionalização do crédito. Contudo, quando se fala deste risco é importante destacar o objeto social do Banco de promover o desenvolvimento e a circulação de bens por meio da prestação de assistência financeira, de serviços, técnica e de capacitação a empreendimentos de interesse econômico e social, bem como se destaca o fato de o BNB ser uma das instituições de execução da política creditícia do Governo Federal, a qual compete exercer as atribuições que lhe foram conferidas em lei, especialmente aquelas previstas no Decreto-Lei nº 1.376, de 12/12/1974 e na Lei nº 7.827, de 27/09/1989.

Dentro do cumprimento de sua missão de atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste, surgem oportunidades estratégicas para:

1. otimização da concessão do crédito e do acompanhamento das operações, de modo a potencializar os resultados financeiros e de desenvolvimento;
2. fortalecimento da atuação do seu Programa de Desenvolvimento Territorial;
3. realização de acordos com integrantes dos setores público e privado para prospecção de novos negócios;
4. apoio a negócios voltados para a implementação de políticas públicas básicas voltadas à Saúde, Educação, Segurança e Assistência Social, Gestão Ambiental, Abastecimento, Água e Saneamento, Urbanização, Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Energia Pública e Economia Criativa;
5. realização de negócios com os setores público e privado em municípios identificados como estratégicos localizados no Semiárido, reconhecidos por suas potencialidades e que proporcionam melhoria de vida à população.

## **1.5 MODELO DE NEGÓCIOS**

O modelo de negócios do BNB, direcionado para promover o desenvolvimento em toda a sua área de atuação por meio de financiamentos, está estruturado em: segmentos de clientes; portfólio de produtos e serviços; e linhas de negócio.

**1.5.1 Segmentos de clientes**

a) empresas de todos os portes (*corporate*, grande, média, MPE);

b) setor rural (agronegócio, pequeno e mini produtor rural e agricultura familiar);

c) setor de microfinanças (urbana e rural);

d) governo (instituições da administração pública direta e indireta);

e) pessoas físicas.

**1.5.2 Portfólio de produtos e serviços**

Abrangendo:

1. operações de infraestrutura e operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, incluindo: operações industriais para aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas e para modernizações de plantas, entre outros; operações comerciais a empresas de varejo, de atacado e de serviços; operações rurais, inclusive agronegócio; operações de microcrédito para empreendedores urbanos e agricultores familiares;
2. gestão de portfólio e análise de crédito para fundos e programas do governo;
3. serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos a vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio, transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, entre outros;
4. operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazos como debêntures, notas promissórias, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), entre outros;
5. gestão de ativos de terceiros, consistindo na gestão de fundos de investimento para pequenos, médios e grandes investidores.

**1.5.3 Linhas de negócio**

Abrangendo:

a) Crédito Especializado;

b) Crédito para Infraestrutura;

c) Microfinanças urbana e rural.

**CAPÍTULO 2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA**

**2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

O FNE foi criado por meio do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste por meio de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento. Sua administração é exercida conjuntamente pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Ministério da Integração Nacional (MI) e pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., que participam do processo de construção, operacionalização e gestão da Programação Regional.

A Programação Regional FNE 2018 é o documento que formaliza o planejamento anual onde constam as condições gerais, o orçamento, o plano de aplicações e os programas de financiamento. Expressa uma política de financiamento para o desenvolvimento regional, baseada no marco regulatório (ver item 1.2) e nas prioridades dos estados, e se mostra especialmente relevante não só pela significância dos valores aportados e possibilidade de potencialização de resultados por meio da integração de políticas públicas, mas também no que se refere a momentos de retração da atividade econômica, atuando como fator de manutenção e implantação de empreendimentos produtivos.

Previamente à construção da Programação Regional do FNE, são estabelecidas as diretrizes, prioridades e orientações gerais pelo MI e pela Sudene, conforme descritas no item 1.2.

Na elaboração do documento foi utilizada uma metodologia participativa, ouvindo-se gestores e técnicos do Banco das áreas que atuam no planejamento e operacionalização do FNE e representantes dos governos estaduais, de órgãos governamentais, do setor produtivo e da sociedade civil organizada por meio de reuniões de trabalho e encontros em cada um dos estados que compõem a área de atuação do FNE. Concluído esse processo, o documento foi analisado pela Sudene e Ministério da Integração Nacional e aprovado por meio da Resolução Condel/Sudene nº 112, de 23/11/2017.

**2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício**

**2.1.1.1 Diretrizes Estratégicas**

Os órgãos gestores do FNE, definem em nível estratégico, as diretrizes, as orientações e as prioridades que servem de colunas de sustentação para as definições que compõem a Programação Regional FNE 2018, formalizadas por meio das Portarias MI nºs 434/2017 e 616/2017, com atualização dada pela Resolução Condel nº 110/2017 e Portaria MI nº 610, de 21/11/2017:

a) formulação dos programas de financiamento do FNE em sintonia com a PNDR, as políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE e as prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudene;

b) previsão de aplicação dos recursos do Fundo para os estados da área de financiamento do FNE, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região, observando conforme a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região o mínimo de 4,5% dos recursos disponíveis para cada estado, exceto para o estado do Espírito Santo;

c) concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, beneficiários do FNE, bem como aos empreendimentos que se localizem nos seguintes espaços prioritários da PNDR: Semiárido, municípios das tipologias Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica da PNDR e das RIDEs de Petrolina/Juazeiro e Timon/Teresina, dentre outros;

d) vedação à aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 50% para beneficiários que apresentem faturamento bruto anual superior a R$ 16 milhões;

e) orientações quanto à apresentação dos programas de financiamento, do demonstrativo de estimativa de disponibilidade de recursos e das projeções de financiamentos, as quais foram observadas na elaboração da Programação Regional FNE 2018.

**2.1.1.2 Diretrizes e prioridades**

No nível tático, com base na Resolução Condel/Sudene nº 110/2017, de 15.08.2017 foram definidas as seguintes diretrizes espaciais e setoriais:

a) Espaciais

|  |  |
| --- | --- |
| DIRETRIZ | PRIORIDADE |
| Tratamento diferenciado e favorecido aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR. | * Empreendimentos situados no Semiárido nordestino, nas RIDEs de Petrolina/Juazeiro e Grande Teresina - Timon e nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como Dinâmicas, Estagnadas e de Baixa Renda. |
| Apoio preferencial a projetos considerando:  i. Meio Rural: agricultores familiares (Pronaf), mini e pequenos produtores rurais, suas associações e cooperativas, bem como empreendimentos localizados em municípios com registro recente de seca ou estiagem, tendo como foco a recuperação ou preservação das atividades produtivas;  ii. Meio Urbano: as micro e pequenas empresas, inclusive empreendedores individuais, ressaltando aquelas(es) situadas(os) em áreas interioranas. | * Atividades produtivas de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra locais; ou * Atividades que, sem prejuízo de produtividade e competitividade, enfatizem a geração de empregos formais e a ampliação de renda. |

b) Setoriais

|  |  |
| --- | --- |
| DIRETRIZ | PRIORIDADE |
| Apoio aos setores exportadores regionais. | * Projetos que contemplem a exportação de parte ou toda produção para o mercado externo, principalmente de bens manufaturados, em especial aqueles vinculados e/ou articulados a empreendedores de pequeno, pequeno-médio e médio portes. |
| Expansão, diversificação e modernização da base econômica regional. | |  | | --- | | * Infraestrutura: transporte (inclusive multimodais), telecomunicações, logística, portos e terminais, duto viário e esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos (inclusive para produção de energia), além de especial apoio a empreendimentos não governamentais de infraestrutura de abastecimento de água, geração, transmissão e distribuição de energia; | | * Cadeias produtivas: de veículos automotivos (inclusive veículos pesados), tratores, máquinas agrícolas, indústria naval, enfocando a formação de rede de pequenos e médios fornecedores regionais; | | * Agroindústria e atividades complementares; | | * Indústria química (excluindo os explosivos), cadeia petroquímica, inclusive extração, refino e transformação de petróleo e seus derivados, além de biogás; | | * Metalurgia, siderurgia, material elétrico e de comunicações, material de transporte, produtos farmacêuticos e veterinários; | | * Mecânica – fabricação de máquinas, aparelhos, equipamentos e sistemas eletrônicos dedicados à automação industrial e controle de processos produtivos e outras máquinas e equipamentos específicos; * Extração, beneficiamento e transformação de minerais metálicos e não metálicos, em especial empresas de pequeno, pequeno-médio e médio portes; | | * Pecuária: ovinocaprinocultura, bovinocultura (corte e leite), avicultura, aquicultura e pesca; | | * Agropecuária irrigada; | | * Agricultura de sequeiro, desde que em áreas com comprovada aptidão edafoclimática, considerando-se, inclusive, os espaços de zoneamento ecológico-econômico; * Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas | | * Turismo, considerados os empreendimentos hoteleiros e outros projetos, integrados ou não a complexos turísticos localizados em áreas vocacionadas; | | * Indústria de calçados e artefatos, mobiliários, têxtil, confecções, inclusive artigos de vestuários; | | * Indústria de embalagens, inclusive metálicas, plásticas e outros materiais compatíveis; indústria de produtos alimentares e bebidas; * Indústria de defesa. | |
| Instalação de uma base produtiva contemplando setores inovativos ou atividades portadoras de futuro. | |  | | --- | | * Segmentos da Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC | | * Eletroeletrônico; | | * Fármacos; | | * Semicondutores; | | * Nanotecnologia; | | * Biotecnologia; | | * Robótica; | | * Bioenergia; | | * Mecatrônica e Microeletrônica; | | * Desenvolvimento de Novos materiais; | | * Outros segmentos correlacionados. | |
|  |  |

**2.1.2 Plano de aplicação dos recursos do FNE**

A elaboração de uma proposta anual de aplicação dos recursos do FNE está prevista no parágrafo único do Art. 14 da Lei n° 7.827/1989 e suas diretrizes, orientações gerais e prioridades foram estabelecidas por meio das Portarias MI nºs 434/2017, de 11/08/2017, 616/2017 e 610/2017, ambas de 21/11/2017, assim como das Resoluções do Condel/Sudene nº 110/2017, de 15/08/2017 e nº 112/2017, de 23/11/2017, a qual aprovou a programação do FNE para 2018. Nessa perspectiva, são consideradas, também, as resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 4.578, de 07/06/2017 e nº 4.622, de 02/01/2018, respectivamente, para as operações rurais e não rurais, que dentre outras disposições tratam de encargos financeiros e bônus de adimplência para o presente exercício (BNB, Programação FNE 2018). Apesar de aprovado o montante de R$ 23,8 bilhões (Resolução Condel nº 112/2017), mediante expediente 2018/490-002, de 17/01/2018, foram atualizadas as disponibilidades para o período em foco com base na posição Dezembro/2017, ajustando-as para R$ 32,9 bilhões, conforme Tabela 2.1, a seguir.

**Tabela 2.1 - FNE - Estimativas de recursos - 2018**

|  |  |
| --- | --- |
| **Discriminação** | **Valor (R$ bilhões)** |
| **ORIGEM DE RECURSOS (A)** | **42,7** |
| Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior | 22,6 |
| Transferências da União (1) | 7,3 |
| Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência) | 10,8 |
| Remuneração das Disponibilidades | 1,1 |
| Outros (2) | 0,9 |
| **APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)** | **(3,7)** |
| Taxa de Administração | (1,5) |
| Del credere BNB | (1,6) |
| Outros (3) | (0,6) |
| **DISPONIBILIDADE TOTAL DO FNE ( C ) = ( A ) + ( B )** | **39,0** |
| **SALDO A LIBERAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES ( D )** | **(6,9)** |
| **DISPONÍVEL PARA APLICAÇÃO PELO FNE ( E ) = ( C ) + ( D )** | **32,1** |
| **DISPONÍVEL PARA APLICAÇÕES E REPASSES AO BNB** | **0,8** |
| **TOTAL DISPONÍVEL PARA APLICAÇÕES** | **32,9** |

Fonte: Programação Regional do FNE 2018. Elaborado pelo BNB Ambiente de Controladoria.

Desse modo, a disponibilidade total dos recursos para 2018 apresentou acréscimo nominal de 18,7% em relação ao exercício 2017, principalmente impulsionado pelo aumento da disponibilidade do exercício anterior, notadamente pela situação de lenta recuperação econômica nacional naquele período.

Para fins do Plano de Aplicação para o exercício, foram orçados R$ 14,8 bilhões (49,3%) para projetos dos setores enquadráveis na Programação Padrão, enquanto que R$ 14,5 bilhões (48,3%) foram direcionados à Projeção para Projetos de Grande Porte de Infraestrutura, além de R$ 700 milhões (2,4%) destinados ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies), totalizando R$ 30,0 bilhões programados para aplicação em 2018.

Os valores expressos na programação orçamentária são passíveis de ajustes, devido a fatores tais como o fluxo de ingressos, as obrigações, os reembolsos e o desempenho da economia durante o exercício. Embora sendo um instrumento usado frequentemente como ferramenta do planejamento, com vistas à melhor destinação dos recursos do FNE, não houve reprogramação para o exercício de 2018.

A distribuição dos recursos entre os diversos setores foi elaborada com base nas potencialidades e oportunidades de investimentos da área de abrangência do Fundo, bem como na distribuição histórica de suas aplicações.

**2.1.2.1 Orçamento por programa de financiamento, exceto Infraestrutura**

Para os Programas Setoriais, foram destinados 55,4% do montante relativo à Programação Padrão e para os Programas Multissetoriais, 44,6% dos recursos orçados (Tabela 2.2). Entre os programas setoriais, destacam-se o FNE Rural com 18,3% do total programado, o FNE Industrial com 12,9% e o FNE Comércio e Serviços com 15,5%, e dos Programas Multissetoriais destacam-se os voltados para pequenos estabelecimentos, como o FNE Pronaf e o FNE-MPE, que respondem por 37,5%. Tal fato demonstra a prioridade que o BNB continua dando a esses segmentos produtivos nordestinos.

**Tabela 2.2 - Projeção por programa de financiamento - 2018**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** | | | **[%]** |
| **1. PROGRAMAS SETORIAIS** | | | **55,4** |
| FNE RURAL | | | 18,3 |
| FNE Aquipesca | | | 0,5 |
| FNE Profrota Pesqueira (1) | | | - |
| FNE Industrial | | | 12,9 |
| FNE Irrigação | | | 2,7 |
| FNE Agrin | | | 2,6 |
| FNE Proatur | | | 2,9 |
| FNE Comércio e Serviços | | | 15,5 |
| **2. PROGRAMAS MULTISSETORIAIS** | | | **44,6** |
| PRONAF | | | 20,3 |
| FNE Inovação | | | 3,8 |
| FNE Verde |  |  | 3,3 |
| FNE MPE |  |  | 17,2 |
| **TOTAL** | | | **100,0** |

Fonte: Programação Regional FNE 2018.

Referida distribuição reflete a dinâmica econômica regional, com maiores percentuais destinados aos setores rural e comércio e serviços. Reflete também o direcionamento de recursos para MPE e Agricultura Familiar, contribuindo para mitigar a assimetria de crédito para tais públicos.

**2.1.2.2 Orçamento por UF**

No programa de aplicações dos recursos do FNE, em relação a Programação Padrão, foi observado, para cada unidade da federação, um limite mínimo de 4,5%, exceto para o norte do Espírito Santo, e limite máximo de 30,0%, conforme as diretrizes e orientações do Condel/Sudene já expressas no item 1.2. A distribuição por Unidade da Federação foi a seguinte Tabela 2.3:

**Tabela 2.3 - Distribuição orçamentária por UF - 2018**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **UF** | **Valores orçados**  **(R$ mil)** | **% por UF** |
| AL | 665.000 | 4,5 |
| BA | 3.365.000 | 22,7 |
| CE | 2.280.000 | 15,4 |
| Norte do ES | 350.000 | 2,4 |
| MA | 1.535.000 | 10,4 |
| Norte de MG | 875.000 | 5,9 |
| PB | 865.000 | 5,8 |
| PE | 2.155.000 | 14,6 |
| PI | 1.240.000 | 8,4 |
| RN | 805.000 | 5,4 |
| SE | 665.000 | 4,5 |
| **Total** | **14.800.000** | **100,0** |
| Fonte: Programação Regional FNE 2018.  Elaboração: BNB ETENE. | | | |

Os estados da Bahia (22,7%), Ceará (15,4%) e Pernambuco (14,6%) representam 52,7% da previsão de aplicação dos recursos para o ano de 2018, tendo em vista que economias mais dinâmicas tendem a demandar maior aporte de recursos, embora tais percentuais, a exceção do Ceará, estejam abaixo da participação das respectivas unidades federativas no que se refere ao PIB (base 2016, última disponível) da área de atuação do FNE.

**2.1.2.3 Orçamento por setor e UF**

Considerando-se somente a Programação, exceto Infraestrutura, semelhante à do exercício anterior, os seguintes setores receberam maior atenção na projeção dos recursos: o Setor Rural lidera em volume orçado, com 43,0% do total de recursos destinados à agricultura e à pecuária; seguido pelo Setor Comércio e Serviços com 30,0% e pelo Setor da Indústria com 19,0% (Gráfico 2.1).

**Gráfico 2.1** **-** **FNE - Orçamento por setor (%) - 2018**

Fonte: BNB Ambiente de Controladoria. Elaboração: BNB/ETENE.

A Bahia, que se destaca pela alocação de 22,7% do total de recursos previstos no orçamento, destina parte significativa dos recursos à agricultura (32,8%) e ao Setor de Comércio e Serviços (21,5%). O Estado de Pernambuco concentra 25,0% dos recursos destinados à Agroindústria e 21,2% do montante orçado para o Setor de Turismo. O Estado do Ceará detém 15,4% dos recursos destacando-se na Pecuária e no Setor Comércio e Serviços com 17% em cada um desses setores Tabela 2.4.

**Tabela 2.4** **-** **FNE - Projeção de financiamento por UF e setor - 2018(\*) (\*\*)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| (Valores em R$ mil) | | | | | | | | |
| **UF/ Setor** | **Agricul tura (1)(2)** | **Pecuária (2)(3)** | **Indústria**  **(1)** | **Agroindús tria (4)** | **Turis mo** | **Comércio e Serviços (1)** | **Total** | **% UF** |
| AL | 110.000 | 125.000 | 140.000 | 35.000 | 95.000 | 160.000 | 665.000 | 4,5 |
| BA | 1.105.000 | 540.000 | 630.000 | 35.000 | 100.000 | 955.000 | 3.365.000 | 22,7 |
| CE | 300.000 | 500.000 | 600.000 | 30.000 | 100.000 | 750.000 | 2.280.000 | 15,4 |
| Norte ES | 55.000 | 35.000 | 60.000 | 125.000 | 10.000 | 65.000 | 350.000 | 2,4 |
| MA | 475.000 | 455.000 | 255.000 | 20.000 | 25.000 | 305.000 | 1.535.000 | 10,4 |
| Norte MG | 155.000 | 285.000 | 165.000 | 5.000 | 10.000 | 255.000 | 875.000 | 5,9 |
| PB | 50.000 | 230.000 | 190.000 | 25.000 | 60.000 | 310.000 | 865.000 | 5,8 |
| PE | 310.000 | 360.000 | 535.000 | 130.000 | 140.000 | 680.000 | 2.155.000 | 14,6 |
| PI | 590.000 | 210.000 | 30.000 | 15.000 | 40.000 | 355.000 | 1.240.000 | 8,4 |
| RN | 80.000 | 150.000 | 90.000 | 15.000 | 50.000 | 420.000 | 805.000 | 5,4 |
| SE | 135.000 | 110.000 | 120.000 | 85.000 | 30.000 | 185.000 | 665.000 | 4,5 |
| **Total** | **3.365.000** | **3.000.000** | **2.815.000** | **520.000** | **660.000** | **4.440.000** | **14.800.000** | **100,0** |

Fonte: Programação FNE 2018. Elaboração: BNB ETENE.

Nota: (\*) Os valores são indicações para efeito de planejamento; (\*\*) O BNB poderá repassar até 3% do total dos valores programados para 2018 a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, observados os limites de crédito aprovados a cada instituição, a existência de recursos para o atendimento da demanda apresentada diretamente às suas agências e as diretrizes da Resolução Condel/Sudene nº 087/2015, de 29.10.2015; (1) Inclusive Meio Ambiente/ Inovação; (2) Inclusive Pronaf; (3) Inclusive Aquicultura e Pesca; (4) Inclusive Meio Ambiente

**2.1.2.4 Projeção de Financiamento por Áreas Prioritárias da PNDR**

Conforme indicações dos Estados e em consonância com as diretrizes que estabelecem tratamento diferenciado e favorecido a projetos localizados nos espaços prioritários da PNDR são apresentadas a seguir as distribuições das projeções de financiamento para o Semiárido e Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs (Tabelas 2.5, 2.6 e 2.7).

**Tabela 2.5** **-** **FNE 2018 - Projeção de financiamento para o Semiárido (PNDR)**

|  |  |
| --- | --- |
| **Região** | **Valor** ( R$ milhões) |
| Semiárido (\*) | 4.440,00 |

Fonte: Programação Regional FNE 2018

Nota: (\*) Considerado o percentual de 50% do ingresso de recursos previsto para o FNE em 2018.

**Tabela 2.6** **-** **FNE 2018 - Projeção de financiamento por RIDE (PNDR)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RIDE** | **Valor** ( R$ milhões) | |
| Petrolina - Juazeiro (PE/BA) |  | 150,0 |
| Grande Teresina - Timon (PI/MA) |  | 275,0 |
| **Total** |  | **425,0** |

Fonte: Programação Regional FNE 2018

**Tabela 2.7 - FNE 2018 - Projeção de financiamento por Município classificado como de tipologia prioritária (PNDR)**

|  |  |
| --- | --- |
| **Região** | **Valor** (R$ milhões) |
| Municípios de Tipologia Prioritária (\*) | 10.395,0 |

Fonte: Programação Regional FNE 2018

Nota: (\*) Tipologias Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica.

**2.2 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS**

O Banco do Nordeste, em alinhamento à sua responsabilidade institucional, desempenha papel de agente executor de políticas públicas governamentais, por meio da concessão de créditos, alinhados aos Programas, Objetivos e Metas previamente definidos pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG e pelos Ministérios executores das políticas públicas.

Os recursos dos fundos constitucionais de financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual estabelece parâmetros para o plano de aplicações dos fundos constitucionais relativos à distribuição espacial dos financiamentos, priorizando algumas áreas, a exemplo do Semiárido, das mesorregiões diferenciadas e das Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides), nas quais são executados projetos de desenvolvimentos no âmbito da agenda do Ministério da Integração Nacional.

O objetivo do FNE é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região compreendida como a área de atuação da Sudene por meio de uma política pública de financiamento. A regulamentação do FNE define o BNB como instituição financeira responsável pela administração dos recursos, de modo a promover um fluxo crescente de investimentos nos setores produtivos regionais. Essa ação encontra-se alicerçada pelas diretrizes estratégicas formuladas pelo MI e pelas prioridades do Condel/Sudene, que se constituem a base para a Programação Regional do FNE realizada anualmente.

No Plano Plurianual do Governo, o Banco do Nordeste contribui para o alcance de objetivos e metas estabelecidos por meio de Iniciativas (com financiamentos vinculados), e Ações do Orçamento de Investimentos das Estatais, conforme Quadro 2.1, a seguir.

**Quadro 2.1 - Iniciativas do Banco do Nordeste no PPA com recursos do FNE - 2018**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Iniciativas com financiamentos vinculados** | **Programação** | **Execução** | **%** |
| 00G5 - Concessão de crédito para agricultores familiares – Banco do Nordeste. | 3.005.000 | 3.126.541 | 104,0% |
| 005J - Financiamento reembolsável à inovação nos empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste. | 555.000 | 750.531 | 135,2% |
| 005P - Apoio creditício às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais da região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. | 2.545.000 | 2.760.817 | 108,5% |
| 005N - Financiamento à implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico. | 660.000 | 518.805 | 78,6% |
| 008G-Financiamento à indústria. | 2.815.000 | 2.268.741 | 80,6% |
| 00L0-Financiamento ao comércio e serviços. | 4.440.000 | 5.845.532 | 131,7% |
| 000L - Concessão de crédito aos produtores rurais (pessoa física e jurídica) pelo Banco do Nordeste do Brasil, abrangendo recursos direcionados do FNE. | 3.360.000 | 4.117.854 | 122,6% |

Fonte: Ambiente de Planejamento (2018).

Nos termos do art. 165 da Constituição Federal, o Plano Plurianual do Governo Federal traz o conjunto de políticas públicas para um período de quatro anos, contemplando iniciativas, metas, objetivos e programas temáticos, dentre os quais o Banco do Nordeste contribui com nove.

No exercício de 2018, cinco programas temáticos foram executados com valores maiores que a programação anual, quais sejam: 00G5 - Concessão de crédito para agricultores familiares (104,0%); 005J - Financiamento reembolsável à inovação nos empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste (135,2%); 005P - Apoio creditício às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais da região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo (108,5%); 00L0-Financiamento ao comércio e serviços (131,7%) e 000L - Concessão de crédito aos produtores rurais (pessoa física e jurídica) pelo Banco do Nordeste do Brasil, abrangendo recursos direcionados do FNE (122,6%). O não alcance do valor programado nos programas 005N (Turismo) e 008G (Indústria), 78,6% e 80,6% respectivamente, pode ser justificado pela baixa expectativa por uma melhoria nas condições econômicas, pela inexistência de projetos e investimentos públicos no setor de turismo em alguns estados e pela baixa capacidade de atração de novos investimentos e de apresentação de projetos no setor industrial.

**2.3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA**

A Governança no Setor Público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/governanca>>).

O Banco do Nordeste, como entidade da Administração Pública Indireta mantém, em sua estrutura de Governança Corporativa, órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar sua gestão, cujo funcionamento encontram-se alicerçados no Estatuto Social do BNB, que é o instrumento que regulamenta as relações sociais dentro das companhias de capital aberto (conforme a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) (<<https://www.bnb.gov.br/estatuto-social>>) e em seu regimento interno.

**2.3.1 Órgãos Estatutários**

a) Assembleia Geral dos Acionistas

A Assembleia Geral de Acionistas será convocada por deliberação do Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, por grupo de acionistas ou por acionista isoladamente. Esse colegiado detém poderes para decidir sobre todos os negócios de interesse da sociedade e para tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. A convocação, instalação e deliberação acontecem de acordo com a legislação em vigor e as normas dispostas nos Arts. 7º ao 10º do Estatuto Social do Banco.

b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem funcionamento permanente, sendo composto por cinco membros e respectivos suplentes, todos brasileiros, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, com prazo de atuação de dois anos, observada a legislação especial vigente, permitida reeleição. As atribuições do Conselho Fiscal estão descritas no Capítulo VI do Estatuto Social.

c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão colegiado, com atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, cujos membros são eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de dois anos, sendo permitidas até três reconduções consecutivas. As atribuições do Conselho de Administração estão descritas na Seção II do Estatuto Social do Banco.

d) Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão de administração e representação do Banco, cabendo-lhe a direção dos negócios e assegurar o seu funcionamento em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. Será composta, no mínimo, por cinco e, no máximo, por sete Diretores Executivos, incluindo o Presidente, sendo todos eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. As atribuições da Diretoria Executiva estão descritas na Seção III do Estatuto Social.

e) Superintendência de Auditoria

A Superintendência de Auditoria está subordinada diretamente ao Conselho de Administração e seu disciplinamento consta no Art. 34, do Estatuto Social do Banco. Sua responsabilidade básica é apurar responsabilidades funcionais, quando da ocorrência de irregularidades, para fins de subsidiar a tomada de decisão pelos comitês disciplinares e suas atribuições estão previstas na legislação e regulamentação específica, bem como em seu regimento interno. Essa Superintendência executa um plano de trabalho de auditoria anual, aprovado pelo Conselho de Administração, seguindo as normas e procedimentos estabelecidos pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal. O Banco está obrigado a realizar programas especiais de auditoria, consoante determinação do órgão competente do Governo Federal. O titular dessa Superintendência deve ser escolhido dentre os funcionários da ativa e será nomeado, exonerado ou dispensado pelo Presidente do Banco, após aprovação do Conselho de Administração, sendo que tais atos serão objeto de aprovação pela Controladoria-Geral da União.

f) Comitê de Auditoria

Suas atribuições e encargos estão estabelecidos em legislação e regulamentação específica, bem como no respectivo Regimento Interno.

g) Comitê de Remuneração e Elegibilidade

Sua atribuição principal é elaborar e revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento e opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e conselheiros fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições. As demais atribuições e encargos estão estabelecidos em legislação e regulamentação específica, bem como no respectivo regimento interno e Estatuto Social do Banco.

h) Comitê de Riscos e de Capital

Esse comitê cuja atribuição principal é assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de Capital, possui prerrogativas, demais atribuições, remuneração e encargos previstos nas normas legais e regulamentação específica, bem como no respectivo regimento interno e Estatuto Social do Banco.

**2.3.2 Órgãos Não-Estatutários**

Compõem-sedos comitês, comissões e colegiados cujos disciplinamentos constam de manuais específicos do Banco, a saber: os Comitês de Crédito; a Comissão de Ética; a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; e outros colegiados que têm o objetivo de deliberar sobre assuntos administrativos do Banco. Suas respectivas atribuições, composições e regras de funcionamento, bem como competências e alçadas administrativas, encontram-se normatizadas no 1016-03 - Instâncias Colegiadas Não Estatutárias.

**2.3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos**

As Instruções Normativas de Pessoal do Banco do Nordeste preceituam que a apuração de irregularidades seja realizada conforme descreve a Política de Gerenciamento Disciplinar da Instituição, com o objetivo de apurar responsabilidade funcional relativa às ocorrências sobre as quais haja infração a normas legais/regulamentares do Banco ou comportamentais. Conforme definido pelo Banco, caso haja apurações de irregularidades, essas serão instauradas pelos Comitês de Gestão (Coges) do Ambiente de Auditoria Disciplinar ou da Superintendência de Auditoria, de acordo com as alçadas de apuração de irregularidades dispostas no Quadro 2.2, a seguir.

**Quadro 2.2 - Alçadas de apuração de irregularidades**

|  |  |
| --- | --- |
| **Parâmetro** | **Apuração** |
| **Instaurar processo sumário**  (comportamental ou falha em serviço; sem indício de dolo ou má-fé; valores entre R$ 5 mil e R$ 100 mil). | |
| Quando envolver empregados integrantes do eixo de gestão principal | Comitê Gestor da Superintendência de Auditoria |
| Quando envolver empregados não integrantes do eixo de gestão principal | Comitê Gestor do Ambiente de Auditoria Disciplinar |
| **Instaurar processo administrativo disciplinar**   1. (falhas em serviço; sem indício de dolo ou má-fé; valores > R$ 100 mil). 2. (falhas em serviço com indícios de dolo ou má-fé; ilícitos; qualquer valor). | |
| Quando envolver empregados integrantes do eixo de gestão principal | Comitê Gestor da Superintendência de Auditoria |
| Quando envolver empregados não integrantes do eixo de gestão principal | Comitê Gestor do Ambiente de Auditoria Disciplinar |

Fonte: Normativo 1016-04-03 - Avaliações, Controle e Disciplina (versão 005, de 12/12/2018), combinado com o normativo 1024-15-06 - Processo Sumário (versão 0024, de 28/06/2019).

Elaboração: Superintendência de Auditoria - Banco do Nordeste (2019).

O sistema de correição do Banco do Nordeste está integrado à Superintendência de Auditoria e é conduzido pelo Ambiente de Auditoria Disciplinar, conforme estrutura definida para a Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste.

Subordinada ao Conselho de Administração do Banco, a Superintendência de Auditoria tem como responsabilidade básica apurar responsabilidades funcionais, quando da ocorrência de irregularidades, para fins de subsidiar a tomada de decisão pelos comitês disciplinares.

O Ambiente de Auditoria Disciplinar é responsável por proceder com a análise de denúncias e irregularidades, apurar responsabilidades funcionais, gerenciar o processo de Tomada de Contas Especial ao mesmo tempo que fortalece o sistema de governança corporativa. Ressalva-se, contudo, que devido à determinação da Diretoria do Banco do Nordeste, por meio de Resolução da Diretoria nº RD/5.527, de 03/10/2016, o gerenciamento do processo de Tomada de Contas Especial vem sendo conduzido por comissão instituída especialmente para tal fim.

Registre-se que, por meio da Proposta de Ação Administrativa (PAA) 2018/955-003, de 22/01/2018, aprovada pela Diretoria Executiva em 02/02/2018, a comissão acima citada foi transformada no Projeto Estratégico de Tomada de Contas Especial (TCE).

Cabe ao Ambiente de Coordenação e Controle da Auditoria registrar e atualizar, no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), as informações relativas a processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito do Banco do Nordeste, em conformidade com o que preceitua a Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

O Ambiente de Auditoria Disciplinar, cuja responsabilidade básica é proceder à análise de indícios de irregularidades, com apuração das responsabilidades funcionais, apresenta as seguintes atribuições (MB Estrutura Organizacional 1905-05-01):

1. realizar atividades de exame de admissibilidade decorrentes de denúncias ou de indícios de irregularidades;
2. instaurar sindicância e/ou processo administrativo;
3. prestar informações às Unidades do Banco, aos comitês e colegiados, aos órgãos de controle interno e externo e a entidades fiscalizadoras sobre sindicâncias e processos de apuração disciplinar realizados;
4. realizar atividades de exame de admissibilidade decorrentes de denúncia ou indícios de irregularidades por falhas em serviços de menor potencial lesivo ao Banco do Nordeste e condutas comportamentais;
5. instaurar Procedimento de Apuração Simplificado e/ou Processos Administrativos relacionados a casos de faltas comportamentais ou falhas em serviço de menor potencial lesivo ao Banco do Nordeste;
6. realizar processos de apuração disciplinar dentro de sua alçada e propor as medidas administrativas ao final de cada processo de apuração;
7. propor melhorias nos processos corporativos do Banco do Nordeste a partir de falhas e/ou fragilidades detectadas no curso das apurações.

A estrutura de colegiados competentes para julgar procedimentos administrativos instaurados contra empregados, com proposição ou aplicação de punições disciplinares cabíveis de acordo com suas competências e alçadas é formada pelos seguintes órgãos: Comitê Disciplinar (Comid) e Comitê Disciplinar Superior (Codis). São as seguintes as atribuições do Comitê Disciplinar (MB Instâncias de decisões Administrativas – 1016-03-16):

1. no âmbito da apuração e julgamento de fatos, atos e condutas irregulares: apreciar e julgar os procedimentos instaurados contra os empregados, propondo ou aplicando as punições disciplinares cabíveis de acordo com suas competências e alçadas e/ou decidindo pela imputação de responsabilidade pecuniária, quando couber; e apreciar e decidir sobre os recursos impetrados pelos empregados do Banco oriundos de processos disciplinares julgados pelos comitês gestores das unidades;
2. no âmbito da proteção patrimonial: nas ocorrências de dano, extravio, furto, roubo ou desaparecimento de bens, sejam estes de propriedade do Banco ou alugados, quando houver indícios de ocorrência de negligência, falha na guarda dos bens, dolo ou má-fé, ou ainda, de descumprimento dos normativos vigentes, no que se refere à segurança bancária e patrimonial, decidir pela imputação ou não de responsabilidade, seja pecuniária ou reposição imediata do bem pelo valor de mercado ao empregado responsável pela guarda do bem.

O Comitê Disciplinar é composto por seis membros, a saber:

1. Superintendente de Desenvolvimento Humano (coordenação);
2. Superintendente de Supervisão da Rede de Agências;
3. Superintendente subordinado ao Diretor de Controle e Risco;
4. Superintendente subordinado ao Diretor Financeiro e de Crédito;
5. Superintendente subordinado ao Diretor de Planejamento;
6. Presidente da Comissão de Ética.

No caso de irregularidades cometidas por Chefe do Gabinete da Presidência e Superintendentes, estas serão obrigatoriamente julgadas pelo Comitê Disciplinar Superior, o qual tem as seguintes atribuições (MB Instâncias de Decisões Administrativas – 1016-03-17):

1. no âmbito da apuração e julgamento de fatos, atos e condutas irregulares: apreciar e julgar os procedimentos instaurados contra os empregados, propondo ou aplicando as punições disciplinares cabíveis de acordo com suas competências e alçadas e ou decidindo pela imputação ou não de responsabilidade pecuniária, quando couber; e
2. no âmbito da proteção patrimonial: nas ocorrências de dano, extravio, furto, roubo ou desaparecimento de bens, sejam estes de propriedade do Banco ou alugados, quando houver indícios de ocorrência de negligência, falha na guarda dos bens, dolo ou má-fé, ou ainda, de descumprimento dos normativos vigentes, no que se refere à segurança bancária e patrimonial, decidir pela imputação ou não de responsabilidade, seja pecuniária ou reposição imediata do bem pelo valor de mercado ao empregado responsável pela guarda do bem.

O Comitê Disciplinar Superior (Codis) é composto por três membros, de acordo com a função em comissão ocupada pelo empregado a ser julgado, conforme apresentado no Quadro 2.3, a seguir.

**Quadro 2.3 - Composição do Comitê Disciplinar Superior (Codis)**

| **Função a ser julgada** | **Membros do Codis** |
| --- | --- |
| Chefe do Gabinete da Presidência | Presidente (coordenação)  Diretor de Administração  Diretor de Controle e Risco |
| Superintendentes | Diretor de Administração (coordenação)  Diretor de Controle e Risco  Diretor ao qual o Superintendente está vinculado |

Fonte: 1016-03-17 – Comitê Disciplinar Superior (versão 006, de 09/08/2017).

Elaboração: Superintendência de Auditoria - Banco do Nordeste (2018).

As instâncias julgadoras e recursais do Banco do Nordeste estão definidas conforme Quadro 2.4, de acordo com o cargo/função em comissão do empregado. Os empregados que cometerem irregularidades classificadas como ilícitos serão, obrigatoriamente, julgados pelo Comitê Disciplinar.

**Quadro 2.4 - Instâncias inicial e recursal por função em comissão do empregado**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Cargo/Função** | **Instância Inicial** | **Instância Recursal** |
| Chefe do Gabinete da Presidência e Superintendentes | Comitê Disciplinar Superior | Diretoria Executiva |
| Demais funções em comissão do eixo de gestão principal | Comitê Disciplinar | Comitê Disciplinar Superior |
| Demais empregados | Comitê Disciplinar | Comitê Disciplinar Superior |

Fonte: Manual 1016-04-03 – Avaliações, Controle e Disciplina (versão 005, de 12/12/2018).

Elaboração: Superintendência de Auditoria - Banco do Nordeste (2018).

A base normativa que regulamenta as atividades do sistema de correição do Banco do Nordeste é suportada por instruções normativas internas de pessoal e pelo Código de Conduta Ética e Integridade- 2018, bem como pelos ditames da Lei nº 9.784/1999 (que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal) e, subsidiariamente, pelas disposições contidas na Lei nº 8.112/1990 (que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais), nas leis trabalhistas consolidadas por meio do [Decreto-Lei nº 5.452/1943](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEL%205.452-1943?OpenDocument) (Consolidação das Leis do Trabalho) e ainda, no Código de Processo Civil - CPC (Art. 15, da Lei nº 13.105/2015).

Apresentam-se no Quadro 2.5, os resultados obtidos, no exercício de 2018, no que se refere à instrução de Demandas da Auditoria (Exames de Admissibilidade), Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares:

**Quadro 2.5- Resultados da Auditoria Disciplinar – Exercício 2018**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Enquadramento** | **Estoque**  **Inicial** | **Entradas (1)** | **Saídas (2)** | **Estoque**  **Final** |
| Exame de Admissibilidade | 20 | 250 | 215 | 55 |
| Sindicância | 119 | 106 | 167 | 58 |
| Processo Sumário | 0 | 27 | 19 | 8 |
| Processo Administrativo Disciplinar | 170 | 90 | 182 | 78 |
| Total | 309 | 473 | 583 | 199 |
| Nº de atos processuais | | | | 5.734 |
| Nº de demandas impactadas (3) | | | | 822 |

Fonte: Sistema de Automação das Atividades de Auditoria (S503). Elaboração: Superintendência de Auditoria - Banco do Nordeste (2018). Notas: (1) Trabalhos incorporados (novos); (2) Trabalhos concluídos; arquivados, aguardando julgamento ou julgados; (3) Trabalhos com alterações ocorridas em seus estágios.

Ressalta-se que do total de Processos Administrativos Disciplinares instaurados (90 entradas) no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, cinquenta e nove dos objetos envolveram o processo de crédito, administração e/ou recuperação de crédito. Contudo, não foi identificado impacto significativo no desempenho dos processos finalísticos do Banco do Nordeste.

Outro aspecto a ressaltar, como pode ser observado no Quadro 2.5 – Resultados da Auditoria Disciplinar – Exercício 2018, foi o incremento no total de trabalhos concluídos no período (583 saídas), em relação ao exercício de 2017 (434 saídas) - distribuídos entre Exames de Admissibilidade, Sindicâncias, Processos Sumários e Processos Administrativos Disciplinares, o que representou um acréscimo de cerca de 34% (trinta e quatro por cento), embora a equipe do Ambiente de Auditoria Disciplinar tenha se mantido com o mesmo contingente de empregados.

**2.3.3.1 Cumprimento da Portaria CGU nº 1.043/2007**

No que se refere ao cumprimento dos preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, que trata da obrigatoriedade da utilização do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), bem como estabelece prazo máximo de trinta dias, a contar da ocorrência do fato para o registro das informações no CGU-PAD, destaca-se que no exercício de 2018, conforme dados constantes no S - 503 (Sistema de Automação das Atividades da Auditoria) foram instaurados 117 (cento e dezessete) Processos Administrativos Disciplinares, todos devidamente cadastrados no Sistema CGU-PAD. Registre-se que na posição de 31/12/2018, a situação dos processos constantes na base do CGU-PAD apresentava a seguinte configuração: 52 (cinquenta e dois) processos em “Instauração/Instrução”; 12 (doze) processos “Encaminhados para Julgamento”; e 209 (duzentos e nove) processos na situação “Julgados” (ou arquivados) pelos comitês de gestão e/ou disciplinares.

**2.3.4 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário**

**2.3.4.1 Processos de Tomada de Contas Especial (TCE)**

Em atendimento às disposições contidas no artigo 84 do Decreto-Lei n° 200, de 25/02/1967 e no art. 8º da Lei n.º 8.443, de 16/07/1992, e instruído em consonância com as disposições contidas na Instrução Normativa - IN n.º 71, de 28/11/2012, alterada pela Instrução Normativa - IN n.º 76, de 23/11/2016, ambas emitidas pelo Tribunal de Contas da União, o Banco do Nordeste formaliza processos de Tomada de Contas Especial, no sentido de apurar a responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal com apuração dos fatos, quantificação do dano e identificação dos responsáveis.

Portanto, uma vez esgotadas todas as medidas administrativas e não se obtendo êxito no ressarcimento do dano ao erário, procede-se a imediata instauração da TCE, em atendimento à determinação constante do Art. 4º da IN TCU n.º 71/2012.

Cabe à Auditoria Interna a atribuição de examinar e emitir parecer prévio sobre os processos de Tomada de Contas Especial, de acordo com o parágrafo 6°, do Art. 15, do Decreto 3.591/2000.

Apresentam-se nos Quadros 2.6 e 2.7 as medidas administrativas implementadas para apuração de responsabilidades de pessoas físicas e jurídicas, que tenham contribuído para danos ao Erário.

**Quadro 2.6 - Tomadas de contas especiais não instauradas**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Casos de dano objeto de medidas administrativas internas** | **Dispensadas** | | |
| **Débito**  **< R$ 100.000** | **Prazo**  **> 10 anos** | **Outros Casos** |
|
| OPIMs**1** | 2.873**4** | - | 5.139**2** |
| OPIMs**1** | - | - | 9.442**3** |
| CONVÊNIO5 | - | - | -6 |

Fonte: Projeto Estratégico de Tomada de Contas Especial – Banco do Nordeste (2018)

**Quadro 2.7 – Tomadas de Contas Especiais instauradas e não remetidas ao TCU**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Arquivamento** | | | **Não enviadas > 180 dias do exercício instauração\*** | **Remetidas ao TCU** |
|  | **Recebimento Débito** | **Não**  **Comprovação** | **Débito**  **< R$ 100.000** |
| OPIMs1 |  | - | - | - | - | - |
| Irregularidades em prestação de contas nos Convênios BNB FUNDECI 2012/082, 2012/083 e 2012/084**7** |  | - | - | - | - | 1**7** |
| Prejuízo – Aquisição de materiais em Agência |  | - | - | - | - | 18 |
| Prejuízo - Movimentação Financeira -Agência |  | - | - | - | - | 19 |
| Irregularidades em prestação de contas nos Convênios n.ºs FUNDECI 2010/167 e 2012/016 |  | - | - | - | - | 210 |

Fonte: Projeto Estratégico de Tomada de Contas Especial – Banco do Nordeste (2018)

**Comentários e Notas sobre os Quadros 2.6 e 2.7**

1**OPIMs - Operações de crédito impedidas de cobrança judicial** - decorrentes da prescrição ou extravio dos títulos de crédito, identificados a partir da implementação do item 9.1 do Acórdão n.° 944/2010-TCU-Plenário e adotadas as medidas administrativas cabíveis em cumprimento ao disposto no item 9.3.1 do Acórdão TCU n.° 3.338/2015-TCU-Plenário – processo de monitoramento do Acórdão n.° 944/2010-TCU-Plenário (TC 010.131/2012-4).

2 **Razões para não instauração de TCE (“Outros casos”)** – na posição de 31/12/2018, das operações de crédito objeto do Acórdão n.° 944/2010-TCU-Plenário e apontadas como supostamente elegíveis para instauração de TCE (Base OPIM), 5.139 operações de crédito foram dispensadas do procedimento pelas seguintes razões: a) 4.050 operações de crédito haviam sido liquidadas; b) 1.089 operações de crédito se encontravam em cobrança judicial, reduzindo 13 operações de crédito, por liquidação, das 1.102 informadas em 31/12/2017.

**3Operações cujas medidas administrativas para ressarcimento foram exauridas pelo Banco** do Nordeste e que eventuais instaurações de Tomada de Contas Especial estariam desprovidas de segurança jurídica, consoante demonstrado em estudo apresentado ao TCU em dezembro de 2017. Referido estudo revelou ser inviável do ponto de vista operacional e econômico-financeiro o processamento de TCEs relacionadas às OPIMs – com flagrante descumprimento ao princípio da economicidade.

Ressalta-se que as 9.442 operações eventualmente passíveis de instauração de TCE, na posição 31/12/2018, para fins de enquadramento, decorreram do resultado do montante atualizado dos saldos devedores das operações de cada cliente, por estimativa, consoante com o que estipula o Art. 6º, inciso I e Art. 8°, inciso II, da IN TCU n.° 71/2012.

Em 13/12/2017, foi protocolada, junto ao TCU, Petição que objetiva obter direcionamento daquele Tribunal para fins de quitação das obrigações do Banco em relação ao Acórdão n.º 3338/2015–TCU-Plenário, de 09/12/2015.

Em 10/08/2018 foi concluído o pronunciamento da Secex-Fazenda e diante dos apontamentos constantes no exame técnico, o Banco realizou análises, que subsidiaram uma nova Petição protocolada em 19/11/2018, estando esta Instituição no aguardo do resultado desse novo pleito.

**4Dispensadas de TCE < 100 mil** – Em 2018 houve o decréscimo de 153 operações de crédito, por liquidação, das 3.026 informadas em 31/12/2017, resultando em 2.873 operações de crédito que continuam sob ações de recuperação de crédito por parte deste Banco.

**5Convênio –** é o instrumento jurídico que tem por objeto o incentivo a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, tendo como público alvo: entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos. O repasse ocorre por meio de transferência de recursos financeiros não reembolsáveis, provenientes de dotação orçamentária oriunda do lucro líquido do Banco, conforme dispõe normativo interno do Banco.

**6 Convênios cujas medidas administrativas para ressarcimento continuam em andamento pelo Banco** Esse cenário é composto por duas carteiras de convênios, sendo uma carteira composta por 935 convênios para análise da regularidade da prestação de contas e outra diz respeito a 1.480 convênios que foram encerrados e que poderão ter as contas reexaminadas. No que diz respeito à carteira de 935 convênios, registra-se que: 270 encontram-se em processo de cobrança judicial, 54 foram encerrados, 02 TCEs foram instauradas e os demais, encontram-se em análise da regularidade das contas e ou adoção de medidas administrativas, para se for o caso, instaurar as tomadas de contas especiais e ou proceder com a judicialização de tais convênios. No tocante à carteira de 1.480 convênios ressalta-se que estão sendo desenvolvidos estudos amostrais para dar suporte ao reexame das prestações de contas com supostas irregularidades, para se for o caso, adotar medidas administrativas, judicialização ou Tomada de Contas Especial. Constatou-se a inequívoca impossibilidade de o Banco do Nordeste cumprir o prazo definido no art. 19-A da Instrução Normativa TCU n.º 71/2012 (redação dada pela IN TCU 76/2016), para encaminhamento, ao TCU, das respectivas tomadas de contas especiais e, também, dos registros de débitos inferiores a R$100mil no Sistema e-TCE, conforme disposto no art. 37 da Portaria TCU n.°122/2018, haja vista as medidas administrativas que antecedem a TCE. Diante dessa constatação, o Banco formalizou uma Petição ao TCU, com o pedido de dilação de prazos definidos nos arts. Supra mencionados e, em 12/12/2018, foi prolatado o Acórdão n.º 2946/2018 – TCU – Plenário, autorizando que as Tomadas de Contas Especial a serem instauradas pelo BNB, abrangidas pelo art. 19-A da IN TCU 71/2012, sejam apresentadas ao TCU no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 01/12/2018.

**7TCE n.º 2017/001**- instaurada em 10.11.2017 com o objetivo de apurar a responsabilidade e reparar o dano ao Erário decorrente de irregularidades constatadas na prestação de contas dos Convênios FUNDECI 2012/082, 2012/083 e 2012/084.

Na perspectiva de ressarcimento efetivo do erário, destaca-se que a TCE 2017/001, na posição 31/12/2018, estava em fase de renegociação de débito com o convenente.

**8 TCE n.º 2018/001**- instaurada em 16/01/2018, em face aos prejuízos decorrentes da aquisição em duplicidade de materiais, beneficiando fornecedores que possuíam parentesco com gestor de Agência.

**9TCE n.º 2018/002** instaurada em 20/03/2018, em face aos prejuízos decorrentes de movimentações financeiras não autorizadas, realizadas em conta corrente de cliente de Agência.

**10TCE n.º 2018/003** instaurada em 25/07/2018, com o objetivo de apurar a responsabilidade e reparar o dano ao Erário decorrente da omissão do dever de prestar contas dos Convênios FUNDECI 2010/167 e 2012/016, registrado no e-TCE, sob os n.ºs 1.634/2018 e 1.316/2018, respectivamente.

**2.3.5 Atuação da unidade de Auditoria Interna**

A Superintendência de Auditoria está subordinada diretamente ao Conselho de Administração e possui disciplinamento no Art. 34, do Estatuto Social do Banco: “O Banco contará, em sua estrutura organizacional, com uma área de Auditoria Interna vinculada ao Conselho de Administração e responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo das demonstrações financeiras, observadas, ainda, demais competências impostas pela Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais normas aplicáveis.” Os encargos estabelecidos e suas atribuições estão previstos na legislação e regulamentação específica, bem como em seu respectivo regimento interno.

O Banco está obrigado a realizar programas especiais de auditoria, consoante determinação do órgão competente do Governo Federal. A Superintendência de Auditoria executa seu plano de trabalho anual que é aprovado pelo Conselho de Administração e segue normas mínimas de procedimentos estabelecidas pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal.

O titular da Área de Auditoria, o Superintendente de Auditoria, deve ser escolhido dentre os funcionários da ativa e será nomeado, exonerado ou dispensado pelo Presidente do Banco, após aprovação do Conselho de Administração, sendo que tais atos serão objeto de aprovação pela Controladoria-Geral da União.

**2.3.6 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada**

Em atendimento às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação e pronunciamentos correspondentes ao processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade (IFRS) e demais normas correlatas, e ainda, normativos atinentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o Banco do Nordeste, no exercício de 2017, por meio de processo licitatório, contratou empresa especializada para prestação dos serviços de auditoria independente, contrato esse que vigorou no exercício de 2018, conforme processo descrito adiante.

Referido processo de licitação obedeceu às disposições fixadas no Edital e nos dispositivos legais pertinentes à matéria.

**2.3.6.1 Licitação e contratação**

Período: 02 de maio de 2017 a 1° de maio de 2018

1. Pregão eletrônico nº 2016/148, realizado em 21/12/2016.
2. Contrato nº 2017/041, firmado em 07/04/2017, com vigência de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por períodos iguais e sucessivos, mediante aditivo, limitado até 60 meses.
3. Valor originalmente contratado: R$ 1.432.800,00.
4. 3° Aditivo: Contrato prorrogado para o período de 02/05/2018 a 01/05/2019 - conforme previsto na cláusula Quarta do citado contrato, e amparo no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, em 12/03/2018.

**2.3.6.2 Dados da empresa contratada:**

1. Razão Social: Ernst & Young Auditores Independentes S/S.
2. CNPJ: 61.366.936/0002-06.

**2.3.6.3 Serviços contratados (02 de maio de 2017 a 1° de maio de 2019)**

1. Serviços ordinários

* Auditoria Contábil das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste;
* Auditoria Contábil das Demonstrações Financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE);
* Auditoria Contábil sobre as Informações Trimestrais (ITR) do Banco, na forma da Instrução CVM 480 e atualizações posteriores;
* Exame e elaboração de Relatório/Parecer sobre a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental a ser apresentada ao término de cada exercício social;
* Auditoria e apresentação de Relatório/Parecer anual de Asseguração Limitada sobre o Demonstrativo das Aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);
* Análise dos Sistemas de Custódia, na forma da Instrução CVM-542 e 543, de 20/12/13, e demais disposições legais e normativas vigentes;
* Emissão de Relatórios Semestrais de Avaliação da Qualidade e adequação às normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil;
* Auditoria e apresentação de Relatório/Parecer anual de Asseguração Limitada sobre os demonstrativos gerenciais do programa Crediamigo;
* Emissão de Relatório Semestral Circunstanciado de revisão dos critérios adotados pela Instituição quanto à classificação dos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas Demonstrações Financeiras consoante Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/99 e outras normas aplicáveis;
* Emissão de Relatório Fiscal sobre a revisão das bases de cálculo dos impostos e contribuições de responsabilidade do Banco do Nordeste;
* Emissão de Relatório Anual do procedimento da Escrituração Contábil Fiscal (ECF);
* Auditoria das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), levantadas anualmente;
* Relatório Anual para atendimento às disposições do Artigo 16, do Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais e demais normativos aplicáveis;
* Exame e elaboração de Relatório de Asseguração Limitada sobre o Relatório de Sustentabilidade do Banco, com comprovação de adequação às diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e indicação do nível de aplicação;
* Emissão de Relatório/Parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste (Individuais e/ou consolidadas) com base nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), levantadas anualmente.

1. Serviços eventuais

* Exame do Sistema de Controle Interno Contábil dos contratos firmados entre o Banco do Nordeste e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), incluindo-se contratos firmados com corporações financeiras subsidiárias do BID;
* Execução dos procedimentos necessários ao lançamento de papéis no mercado externo pelo Banco do Nordeste (correspondente a uma emissão por ano).

**2.4 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE**

**2.4.1 Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão - CRCIC**

O Centro de Relacionamento atua por meio de múltiplos canais para atendimento às demandas de clientes e usuários relacionadas a informações, sugestões, reclamações, elogios, acatamento de denúncias, orientações sobre pedidos de cancelamentos de contratos e serviços, operando nas modalidades: ‘Receptivo Voz’, ‘Receptivo Multimeios’, ‘Atendimento Ativo’, a seguir discriminados:

1. serviços de atendimento ‘Receptivo Voz’:

* 0800-728-3030 (SAC): Serviço de atendimento ao consumidor, com a finalidade de resolver as demandas dos consumidores sobre informações, dúvidas, apoio a campanhas publicitárias, reclamações, sugestões, elogios, orientações sobre pedidos de cancelamentos de contratos e serviços, em adequação ao Decreto nº 6.523/2008;
* 4020-0004 e 0800-033-0004 (CAC): Central de Atendimento a Clientes, voltado para prestação de informações a clientes de produtos e serviços já contratados, negócios e transações bancárias, recepção de pedidos de emissão de 2ª via de boletos, apoio às empresas, orientações sobre Internet Banking, cobrança, convênios, folha de pagamento, extratos, depósitos judiciais, atualização cadastral, dentre outros;
* 4020-0004 e 0800-033-0004 (URA): Atendimento via unidade de resposta audível para fornecimento de saldos, extratos, bloqueios e desbloqueio de cartões.

1. serviços de atendimento ‘Receptivo Multimeios’:

* Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) – Sistema e-SIC https://esic.cgu.gov.br: atendimento às demandas dos cidadãos, conforme a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) e Decreto nº 7.724/12;
* Web: mensagens de e-mail para o endereço: [relacionamento@bnb.gov.br](mailto:relacionamento@bnb.gov.br) ou pelo serviço “Fale Conosco”: <https://www.bnb.gov.br/canais-de-atendimento>;
* Sítios de reclamação: tratamento de reclamações registradas em sítios especializados, que não são do Banco do Nordeste, mas se propõem a intermediar a solução de problemas entre consumidores e empresas: [www.reclameaqui.com.br](http://www.reclameaqui.com.br);
* Redes sociais: mensagens postadas pelo público nos perfis do BNB no Facebook (facebook\@bancodonordeste) e Instagram (instagram\@bancodo nordeste);
* Consumidor.gov: serviço público oferecido pelo Ministério da Justiça na internet para solução de conflitos de consumo: [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br);
* Monitoramento da Transparência Ativa: disponibilização e atualização, no sítio do Banco (<https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao>), de informações de interesse público, em seção específica chamada “Acesso à Informação”, para cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11);
* Correspondências endereçadas ao Centro de Relacionamento, para o endereço Av. Dr. Silas Munguba, 5.700, Passaré e/ou oriundas do Gabinete da Presidência do Banco (GAPRE);
* Fax pelos números: 85-3251-6060 e 85-3251-6050.

1. Serviços de Atendimento Ativo:

* Sinalização de oportunidades de prospecção de negócios;
* Monitoramento do Internet Banking e contato com clientes (prevenção de fraudes);
* Contatos sobre renovações de seguros vencidos e a vencer;
* Avisos de reembolsos;
* Cobranças de parcelas vencidas;
* Pesquisas de satisfação com clientes sobre produtos, serviços e canais;
* Emissão de boletos;
* Apoio no atendimento do Processo de Crédito P-FIES (Programa Financiamento Estudantil);
* Campanhas institucionais para prospecção de negócios e renegociação de dívidas.

Em 2018, o Centro de Relacionamento realizou 4.340.737 atendimentos, uma elevação de 49,83% comparado ao ano de 2017, conforme Tabela 2.8. O Atendimento Ativo representou 86,97% desse total, superando em 58% o volume realizado no ano anterior, com elevação substancial do uso de contatos ativos, por meio do SMS. Os principais serviços realizados por meio desse canal apoiam a realização dos negócios do Banco: cobranças, avisos de reembolsos, pesquisas e campanhas institucionais. No ano de 2018, cabe destacar os novos serviços para financiamento estudantil P-FIES e atendimento digital.

**Tabela 2.8 - Comparativo dos Serviços Prestados pelo CRCIC em 2017 e 2018**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Serviços de atendimento | 2017 | % | 2018 | % |
| 1. Receptivo voz (SAC/CAC) | 318.912 | 11,01 | 368.709 | 8,49 |
| 2. Emissão de boletos | 90.920 | 3,14 | 67.248 | 1,55 |
| 3. Receptivo multimeios1 | 102.822 | 3,55 | 129.784 | 2,99 |
| 4. Atendimento ativo:  4.1 Contatos por telefone | 2.384.416 | 82,30 | 3.774.996 | 86,97 |
| * Negócios institucionais | 388.691 | 16,30 | 115.238 | 3,05 |
| * Recuperação de crédito (cobrança amigável) | 332.173 | 13,93 | 255.612 | 6,77 |
| 4.2 Contatos com uso de SMS | 1.663.552 | 69,77 | 3.404.146 | 90,18 |
| Total | **2.897.070** | **100,00** | **4.340.737** | **100,00** |
| Fonte: Superintendência de Marketing - Banco do Nordeste  Nota: (1) SIC, web e- mail e Fale Conosco, sites de reclamação, redes sociais, Consumidor.gov e transparência ativa. | | | | |

O Centro de Relacionamento gerencia também a Pesquisa de Satisfação Eletrônica (URA) para medir a satisfação dos clientes após o atendimento prestado. A satisfação dos clientes se manteve alta, com conceito ótimo, no patamar de 96%, na escala de 0 a 100%, nos últimos dois anos. Em 2017, a amostra da pesquisa contou com 27,56% de clientes que realizaram a avaliação dos atendimentos, apresentando uma nota média de avaliação de 96,04%. Em 2018 a amostra da pesquisa foi de 24,11% dos atendimentos, apresentando uma nota média de avaliação dos clientes de 96,15%. Considerando-se a participação voluntária e a ótima avaliação registrada pelos clientes na pesquisa de satisfação eletrônica, disponibilizada pelo Banco do Nordeste, deduz-se a efetividade do atendimento prestado pelos canais telefônicos no período analisado.

**2.4.1.1 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

Com relação à transparência de informações relevantes da unidade, cabe evidenciar a disponibilização das informações dos atendimentos prestados pelo CRCIC, junto aos clientes do Banco, para as Unidades relacionadas com os atendimentos. Além dessa ação, o Ambiente de Marketing, por meio do Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão, gerencia os atendimentos receptivos (atendimento aos pedidos de informação aos cidadãos) e ativos (disponibilização de informações no Portal) do canal SIC.

A Lei de Acesso à Informação (LAI, Lei nº 12.527/2011) e o Decreto regulamentador nº 7.724/2012 tratam do direito constitucional de acesso à informação, inclusive da chamada transparência ativa, que é o dever dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal de promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral nos seus sítios na internet.

Além de *banner* padrão na página inicial, que dá acesso à seção “Acesso à Informação”, o sítio do Banco exibe a barra de identidade do governo federal, a qual dá acesso ao Portal Brasil e ao Portal Acesso à Informação.

A seção “Institucional / Acesso à Informação” traz as informações exigidas pelo Decreto nº 7.724 (Art. 7º, § 3º) e segue as recomendações do Guia de Transparência Ativa para Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal editado pela CGU. *Link*: http://www.acessoainformacao.gov.br/lai-para-sic/guias-e-orientacoes

Na Seção “Institucional / Acesso à Informação”, no atalho “Institucional”, diversas informações de interesse público podem ser consultadas, a exemplo de: estrutura organizacional do Banco, competências dos órgãos de gestão, base jurídica, dirigentes e agendas da Diretoria Executiva e das Superintendências. *Link*: <https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>

A mesma seção “Institucional / Acesso à Informação" no atalho “Auditorias”, é possível acessar o Relatório de Gestão do Banco de 2018. *Link*: https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias

Ainda na Seção “Institucional / Acesso à Informação” é possível a consulta sobre informações relativas a Convênios e Transferências, Receitas e Despesas, Licitações e Contratos. *Links*:

* <https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/convenios-e-transferencias>
* <https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/receitas-e-despesas>
* <https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>

**2.4.1.2 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações**

O site https://[www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) apresenta todos os produtos e serviços disponíveis, podendo ser acessado, inclusive, por pessoas com deficiência visual, por meio de Dosvox, que é um sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz.

**2.4.2 Ouvidoria**

A Ouvidoria é a instância recursal para resolução de demandas dos clientes e usuários dos produtos e serviços da Instituição, quando a solução oferecida por canais padrões de atendimento não tenha sido considerada satisfatória pelos demandantes.

A regulamentação do Banco Central do Brasil estabelece que as reclamações na Ouvidoria devem ser respondidas no prazo máximo de 10 dias úteis. Em 2018, todos os atendimentos de Ouvidoria atenderam ao prazo regulamentar, 93% das reclamações foram respondidas em até 5 dias úteis e todas as reclamações consideradas procedentes foram solucionadas. Os meios de acesso são os seguintes:

1. telefone com chamada gratuita: 0800-033-3033;
2. telefone para atendimento de pessoas com deficiência auditiva: 0800-033-3031(para utilizar este canal de comunicação é necessário um aparelho especial para pessoas com deficiência auditiva ou de fala, conhecido como TDD);
3. carta ou atendimento pessoal no seguinte endereço: Ouvidoria do Banco do Nordeste, Av. Doutor Silas Munguba, 5.700 - Bloco B2- Praça - Caixa Postal 628 - Passaré;
4. e-mail:ouvidoria@bnb.gov.br;
5. site institucional: www.bancodonordeste.gov.br/ouvidoria.

Além desses acessos, disponibilizados pelo Banco do Nordeste, a Ouvidoria também atende às reclamações registradas nesses órgãos: Sistema de Registro de Demandas do Cidadão (RDR) - Bacen; Órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - Procons; Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os tipos de atendimentos em 2018 foram: Reclamações - tratadas e respondidas pela Ouvidoria; Denúncias - encaminhadas à Auditoria Interna para tratamento; Elogios – enviados para as áreas internas relacionadas; Sugestões - enviadas para as áreas internas relacionadas; e Informações - enviadas para as áreas internas relacionadas. Em 2018, as reclamações representaram 80% da quantidade total dos atendimentos de Ouvidoria.

**Tabela 2.9 - Comparativo de atendimentos da ouvidoria**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ORIGEM | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Ouvidoria BNB | 443 | 411 | 490 | 584 | 594 |
| RDR/Bacen | 132 | 144 | 131 | 190 | 227 |
| SNDC | 21 | 18 | 61 | 85 | 86 |
| CVM | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | **597** | **573** | **682** | **859** | **907** |

Fonte: Ouvidoria - Banco do Nordeste

**Figura 2.1 - Atendimentos da Ouvidoria por origem**

Fonte: Ouvidoria - Banco do Nordeste

**Figura 2.2 - Atendimentos da Ouvidoria em 2018**

Fonte: Ouvidoria - Banco do Nordeste

A Resolução CMN/Bacen nº 4.629, de 25 de janeiro de 2018, estabeleceu que as instituições financeiras devam implementar instrumento de avaliação direta da qualidade do atendimento prestado pela Ouvidoria a clientes e usuários. Normativos complementares estabeleceram as especificações de pesquisa para atendimento à resolução, que passou a ser realizada a partir de julho de 2018. Até então, a Ouvidoria do Banco do Nordeste realizava outro tipo de pesquisa, utilizando metodologia própria.

**Quadro 2.8 - Pesquisa de satisfação de clientes e usuários da Ouvidoria**

|  |  |
| --- | --- |
| Perguntas | Média  Jul-Dez 2018 |
| Pergunta 1: em uma escala de 1 a 5, sendo 1 o nível de satisfação mais baixo e 5 o nível de satisfação mais alto, avalie a solução apresentada pela ouvidoria para a sua demanda. | 2,9 |
| Pergunta 2: em uma escala de 1 a 5, sendo 1 o nível de satisfação mais baixo e 5 o nível de satisfação mais alto, avalie a qualidade do atendimento prestado pela ouvidoria. | 3,7 |
| Pergunta 3: em uma escala de 1 a 5, sendo 1 o nível de satisfação mais baixo e 5 o nível de satisfação mais alto, avalie a clareza das informações prestadas pela ouvidoria. | 3,2 |
| Média da pontuação | **3,3** |

Fonte: BNB - Ouvidoria. Nota: Escala de Notas de 1 a 5

**CAPÍTULO** **3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

**3.1 MODELO DE GESTÃO DE RISCOS**

O modelo de gestão de riscos implementado no Banco do Nordeste leva em consideração o modelo de negócios, os objetivos estratégicos, a estrutura de governança da Instituição e o arcabouço regulatório vigente sobre gerenciamento de riscos. Não existe um modelo de gestão de riscos específico para o FNE, cuja gestão de riscos é abrangida pelo modelo adotado pelo Banco de maneira integral.

São diretrizes gerais para a gestão dos riscos no Banco do Nordeste:

1. alinhamento com a missão e com os objetivos estratégicos da instituição;
2. gestão dos riscos como parte essencial e integrada aos processos de negócios, sob a responsabilidade básica de todos os gestores, com o objetivo primordial de criar valor para a instituição;
3. fornecimento de informações relevantes, periódicas e consistentes que auxiliarão os administradores da Instituição no processo de tomada de decisão;
4. compreensão de que os riscos estão inter-relacionados, de forma que um evento de perda causado por um tipo de risco pode agravar os outros tipos, bem como a mitigação de um tipo de risco pode impactar positivamente outro(s) tipo(s) de risco(s);
5. monitoramento contínuo dos riscos;
6. aperfeiçoamento periódico da Política Corporativa de Gestão de Riscos, com revisão e aprovação anual por parte do Conselho de Administração;
7. manutenção da exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS);
8. compatibilização das decisões e das atividades desenvolvidas com a legislação vigente;
9. subordinação das decisões, dos processos operacionais e das ações desenvolvidas às boas práticas de governança corporativa, para resguardar a instituição de riscos incompatíveis com os respectivos ganhos ou vantagens advindas;
10. Processo Decisório Colegiado – adotar decisões colegiadas, por meio de Comitês, Comissões, Diretoria Executiva, Conselho de Administração, com autonomia, responsabilidades e procedimentos definidos em regimentos específicos, observando-se o que trata o Estatuto do Banco do Nordeste e os normativos internos a respeito do assunto;
11. Exposição Global a Risco – gerenciar os riscos corporativos e calcular as parcelas de alocação do capital para cobertura destes riscos;
12. Visão de Processos – atuar com visão orientada pelo arcabouço formal da gestão por processos definidos na arquitetura organizacional da Instituição;
13. análise dos riscos previamente à criação, alteração ou descontinuação de produtos e processos;
14. Compatibilização de Condições Negociais –compatibilizar as operações ativas de crédito ou de tesouraria com as captações de recursos, especialmente quanto a indexadores, volume de recursos, prazos, encargos, finalidades, garantias e público-alvo;
15. Desconcentração de Recursos – gerenciar o risco de concentração decorrente de exposições significativas à contraparte, indexador e prazo, na realização de operações de crédito, de tesouraria e em contratos de prestação de serviços;
16. Compartilhamento do Risco – buscar, sempre que possível, o compartilhamento do risco a que a Instituição venha a se expor;
17. Segregação de Atividades – observar, na definição das atividades, a segregação de funções, de modo a evitar situações de conflito de interesse e permitir eficiente planejamento, execução e controle, que assegure estrita aderência às normas operacionais, de crédito, tesouraria e gestão de recursos de terceiros;
18. Gestão de Continuidade dos Negócios – manter Política para a gestão de continuidade de negócios contendo estratégias a serem adotadas para promover condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócios;
19. Sistema Normativo – manter os limites, as condições, os procedimentos, as metodologias e os modelos adotados para a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e socioambiental normalizados, escritos em linguagem clara, concisa e explicativa, acessíveis às pessoas que desempenham as respectivas atividades;
20. elaboração e disponibilização das Informações.

Com o objetivo de obter integridade e consistência nas informações geradas e disponibilizadas pelos diversos processos envolvidos nas atividades de gestão de riscos, devem ser atendidos os seguintes critérios:

1. automatização – a geração de informações deve ser feita, preferencialmente, por meio de ferramentas automatizadas, evitando-se intervenções manuais que possam comprometer a sua exatidão e tempestividade na apresentação dos resultados;
2. processos efetivos de rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
3. utilização de sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de riscos compatíveis com as exposições assumidas e ao perfil de risco da instituição;
4. utilização de informações relevantes e consistentes para avaliação e mensuração de riscos;
5. utilização de Programa de Teste de Estresse como mecanismo auxiliar na gestão de riscos;
6. avaliação contínua da efetividade das estratégias de mitigação de riscos utilizadas, considerando, entre outros aspectos, os resultados dos testes de estresse;
7. avaliação periódica da adequação dos sistemas, rotinas e procedimentos utilizados no gerenciamento de riscos;
8. atuação no mercado de derivativos –as operações no mercado de derivativos serão realizadas somente para efeito de proteção (hedge) contra eventuais incompatibilidades entre ativos e passivos;
9. metodologias de avaliação de riscos – utilização de metodologias definidas e documentadas que possam ser testadas quanto à consistência, abrangência, integridade e confiabilidade dos resultados, com transparência para gerentes, administradores, acionistas e órgãos de fiscalização, controle e regulação;
10. transparência – assegurar o acesso às informações sobre decisões tomadas no âmbito dos colegiados, às razões que as subsidiaram e às ações subsequentes à implementação, aos órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle, aos acionistas e aos representantes da sociedade em geral, observadas as peculiaridades das informações de caráter estratégico-empresarial e as caracterizadas como de sigilo bancário.

**3.2 ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Banco do Nordeste dispõe em sua arquitetura organizacional, de uma estrutura de gerenciamento de riscos compatível com o seu nível de apetite por riscos e com a natureza e complexidade de seus processos, demonstrando sua capacidade para gerenciar os riscos a que está exposto de forma relevante.

Referida estrutura é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades de negócios e de suporte, observando o princípio da segregação de atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da Instituição. Na Figura 3.1, é apresentada a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco.

**Figura 3.1 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos do BNB**



Fonte: BNB-Ambiente de Gestão de Riscos.

Conforme declarado em suas políticas, o Banco do Nordeste adota postura conservadora na gestão de riscos e define a relevância dos riscos em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. Os riscos considerados relevantes e para os quais estão definidas estratégias, modelos, procedimentos e sistemas para o seu gerenciamento são: risco de crédito, risco de mercado, risco de taxa de juros (IRRBB), risco de concentração, risco operacional e socioambiental. Esses riscos são monitorados sistemática e periodicamente pela Diretoria Executiva, pelo Comitê de Riscos e de Capital e pelo Conselho de Administração.

**3.3 DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Para definição dos limites de apetite por riscos foram considerados, entre outros aspectos, o planejamento estratégico da Instituição, o histórico dos indicadores já utilizados na gestão de riscos, a expectativa de realização de negócios para os próximos anos, bem como o cenário econômico-financeiro.

O responsável pelo estabelecimento e pela revisão periódica do apetite por riscos no Banco do Nordeste é o Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Riscos e de Capital, da Diretoria Executiva e do Diretor de Controle e Risco (CRO).

Assim, o apetite por riscos foi traduzido por meio dos indicadores e limites de exposição aos riscos considerados relevantes para o Banco do Nordeste, conforme apresentados a seguir.

**3.3.1 Risco de crédito**

O risco de crédito é reconhecido pelas seguintes situações ou ocorrências negativas:

1. possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
2. desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
3. reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Para fins do gerenciamento do risco de crédito, considera-se:

1. **Contraparte**: o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido. São consideradas uma única contraparte aquelas que compartilhem o risco de crédito perante o Banco, por meio de relação de controle ou de dependência econômica (contrapartes conectadas);
2. **Reestruturação de instrumentos financeiros**: renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração de sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Para gerenciamento do risco de crédito, estão definidos na Declaração de Apetite por Riscos: limite para cobertura da inadimplência, limite máximo de exposição por contraparte e para o setor público, limite de exposição para instituições financeiras e limite de exposição concentrada. A definição desses limites levou em consideração o perfil de atuação do Banco no mercado financeiro, bem como o histórico comportamental desses indicadores.

**3.3.2 Risco de mercado e IRRBB**

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Define-se *Interest Rate Risk of Banking Book (*IRRBB*)* como o risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, observando-se os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para o gerenciamento desses riscos são utilizados os limites de perda máxima da Carteira de Negociação, medida pelo Valor em Risco (VaR), o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE), o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) e o limite máximo de exposições em moeda estrangeira de ativos e passivos sujeitos à variação cambial. A definição desses limites levou em consideração o perfil de atuação do Banco no mercado financeiro, bem como o histórico comportamental desses indicadores.

**3.3.3 Risco de Liquidez**

Define-se o Risco de Liquidez como sendo a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

**3.3.4 Limites de exposição ao Risco de Liquidez**

O Nível de Cobertura para o Risco de Liquidez (NCRL) corresponde à razão entre as disponibilidades mais as entradas previstas e o volume de obrigações vincendas, considerando-se o horizonte de tempo de 90 dias.

Para o horizonte de 30 dias, apesar de não ser exigido pelo Banco Central para os Bancos com exposição inferior a R$ 100 bilhões, é calculado o *Liquidity Coverage Ratio (*LCR*)*, o qual leva em consideração o montante de ativos livres de alta liquidez e as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer no horizonte de 30 dias.

**3.3.5 Risco operacional**

Define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O risco operacional está presente em todas as unidades organizacionais do Banco, inclusive nas atividades individuais de todos os empregados e colaboradores, visto que abrange a concepção, a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação de políticas, produtos, serviços, sistemas e processos operacionais.

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

1. Fraudes internas;
2. Fraudes externas;
3. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
4. Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
5. Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
6. Situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
7. Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
8. Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

**3.4 LIMITE DE EXPOSIÇÃO AO RISCO OPERACIONAL**

O Banco do Nordeste possui tolerância ao risco operacional diante da ampla gama de produtos e serviços oferecidos, bem como o expressivo volume de atividades e operações realizadas, podendo incorrer em perdas classificadas como risco operacional. Referido risco é mensurado pelo Valor em Risco (VaR) das perdas operacionais históricas dos últimos cinco anos, com índice de confiança de 95%.

Para gerenciamento dos riscos operacionais, o Banco dispõe de metodologias, sistemas e processos para identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento e reporte às instâncias superiores de gestão de riscos.

**3.4.1 Monitoramento dos limites de exposição a riscos estabelecidos na RAS**

Na gestão dos riscos considerados relevantes para o Banco do Nordeste são utilizadas metodologias e instrumentos para identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento e reporte, objetivando manter os riscos nos níveis aceitáveis pelo Banco, definidos na Declaração de Apetite por Riscos.

Os limites de exposição a riscos e os limites de tolerância a riscos estabelecidos pelo Banco na Declaração de Apetite por Riscos são monitorados mensalmente e reportados à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às unidades gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição.

**3.5 MODELO DE CONTROLES INTERNOS**

O Banco do Nordeste possui uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos, onde os controles internos estão presentes em todos os níveis da Instituição e é exercida pelas 03 (três) linhas de defesa.

**1ª Linha de defesa** – realizada pelos gestores das unidades e responsáveis diretos pelos processos: contempla as funções que gerenciam e têm a responsabilidade sobre os riscos. A execução dos controles internos é realizada pelas unidades executoras, enquanto o gerenciamento e monitoramento são feitos pelas unidades gestoras de processos;

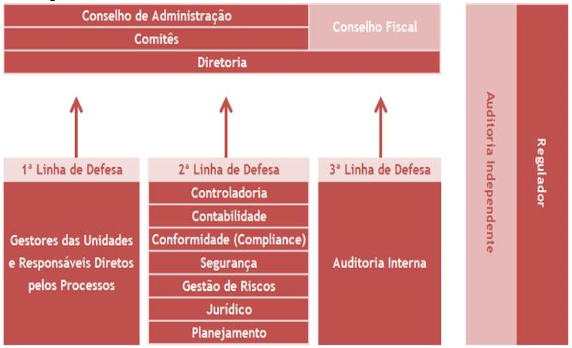
**2ª Linha de defesa** – realizada pelos gestores corporativos de gestão de riscos, de conformidade ou de outras práticas de controle e que contempla as funções que monitoram a visão integrada de riscos e de conformidade. A função de conformidade (*compliance*) é coordenada pelo Ambiente de Controles Internos; e

**3ª Linha de defesa** – realizada pela auditoria interna: fornece avaliações independentes por meio do acompanhamento dos controles internos. O Sistema de Controles Internos é avaliado no Banco do Nordeste pela Auditoria Interna.

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste está descrita no item 6 da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, que está disponibilizada no site do Banco na Internet, podendo ser acessada pelo *link* descrito a seguir:

<https://www.bnb.gov.br/sobre-o-bnb/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa>

**Figura 3.2 - Modelo de Controle Interno e Gestão de Riscos do BNB**

****

Fonte: BNB-Ambiente de Controles Internos

**Figura 3.3 - Estrutura de Controles Internos**

Fonte: BNB-Ambiete de Controles Internos

Os objetivos da Estrutura de Controles Internos no BNB são os seguintes:

1. manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites das políticas de gestão de riscos vigentes;
2. testar e avaliar a aderência da Instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicáveis, aos códigos de ética e de conduta;
3. monitorar o fluxo de informações para garantir a consistência na tomada de decisão e da prestação de contas;
4. contribuir para a otimização dos resultados empresariais.

No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, tendo o Diretor de Controle e Risco como responsável perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos, controles internos e *compliance*.

Os comitês de decisão e/ou de avaliação são também componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de assuntos. Acrescenta-se aos diversos comitês especializados, o Comitê de Integridade e Ética do Banco que tem como atribuição, dentre outras, coordenar a aplicação da Política de Integridade do Banco, determinando a adoção de providências e de ações necessárias para o aprimoramento dos mecanismos do Programa de Integridade da Instituição.

A Comissão de Ética do Banco do Nordeste também exerce importante papel de apoio à Estrutura de Controles Internos, pois tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e representar o cidadão (cliente ou não) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos e atuando para a melhoria dos processos internos da Instituição.

A segregação de funções também é outro diferencial. É aplicada com o intuito de atender aos princípios e às boas práticas de governança corporativa e às exigências da regulação, sem prejuízo da integração dos processos, cabendo, nesse sentido, destacar que:

1. a gestão dos recursos de terceiros encontra-se totalmente apartada das ações de gerenciamento dos recursos do Banco;
2. as atividades de controle de operações de crédito são desenvolvidas em ambiente distinto e independente da área de negócios;
3. as funções de avaliação de risco são segregadas daquelas afetas à concessão do crédito;
4. a elaboração/renovação dos cadastros dos clientes, instrução das propostas de concessão e de renegociação de créditos são apartadas da área de negócios;
5. as atividades de tesouraria do Banco estão separadas das atividades de gestão de Fundos de Investimento;
6. as atividades de custódia e de controladoria de ativos e de passivos de fundos de investimento estão totalmente segregadas das atividades de gestão de recursos de terceiros Conforme art. 27 da instrução CVM Nº 558, de 26/03/2015;
7. as atividades de criação de modelos e métodos para gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional estão separadas das atividades de gestão dos negócios.

As atividades de controladoria e de contabilidade também estão segregadas, possibilitando melhor repartição quanto às funções de controladoria, planejamento tributário e orçamento, bem como melhor adequação das atividades referentes à gestão contábil-financeira dos recursos do FNE.

Integra, ainda, a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste, o conjunto de políticas, normas e procedimentos que servem à formalização de decisões e ações administrativas, como também de orientação para a execução das atividades nos diferentes níveis da organização e que estão disponíveis ao amplo acesso dos empregados da Instituição.

Ao elaborar e publicar em 2018 as Políticas de Partes Relacionadas, de Proteção ao Denunciante, de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante e de Participações Societárias, o Banco do Nordeste reforçou ainda mais o compromisso com a governança, conformidade de seus processos e com a integridade de suas operações junto ao seu corpo de empregados, às autoridades constituídas, aos seus clientes e com a sociedade em geral.

Os indicadores de conformidade (IMC-Produto) das operações do BNB avançaram ainda mais, saindo de uma média de 95% em 2017 para 97% no exercício de 2018, conforme mostrado na Figura 3.4. O resultado ratifica a orientação empresarial da administração do BNB de realizar negócios de forma íntegra, sustentável e rentável.

**Figura 3.4 - Crescimento do Indicador IMC-Produto 2017/2018**

Fonte: BNB - Ambiente de Controles Internos

O conjunto de todas as políticas e diretrizes orientam o Banco do Nordeste pela transparência de seus atos com os acionistas, o mercado e a sociedade, pelo cumprimento das leis, normas e regulamentos do sistema financeiro nacional e pela gestão institucional efetivada em modelos que garantam o cumprimento da missão, a continuidade da organização e a geração de resultados favoráveis e sustentáveis.

**3.6 ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLES DE DEMANDAS JUDICIAIS**

A Superintendência Jurídica do Banco do Nordeste possui 6 (seis) processos de trabalho que norteiam sua atuação, focada na defesa dos interesses do Banco nas esferas judicial e administrativa, bem como na prestação de assessoramento jurídico à Administração Superior, Órgãos Estatutários, Unidades Administrativas da Direção Geral e às Unidades de Negócio. Os mecanismos de controle desses processos de trabalho visam mitigar riscos que possam interferir nos resultados da Instituição, colaborando para o objetivo estratégico <Solidez e Sustentabilidade>. Os processos de trabalho são os seguintes:

1. **Prestação de consultoria jurídica –** objetiva oferecer assessoria e consultoria jurídicas às Unidades Administrativas da Instituição, no que diz respeito à adequação de atos administrativos, negócios, produtos e serviços, aos princípios da Administração Pública e à legislação, aplicáveis à atividade bancária, fornecendo subsídios às tomadas de decisão pelas alçadas competentes e reduzindo o risco de questionamentos judiciais, por meio da advocacia preventiva focada na segurança jurídica;
2. **Instrução de cobrança judicial**– tem por desígnio o processamento das autorizações de cobrança judicial instruídas pelas unidades internas solicitantes, com vistas ao retorno dos créditos inadimplidos pela via judicial, quando exauridos os demais meios administrativos de cobrança;
3. **Execução do contencioso**–promove a gestão e execução da carteira de processos jurídicos nos quais a Instituição é parte demandante ou demandada, buscando defender os interesses da Instituição por meio da realização de atividades relativas ao eficaz cumprimento de prazos judiciais e administrativos, à uniformização de teses jurídicas, ao acompanhamento diferenciado das ações mais relevantes, bem como à identificação de causas de sucumbência em processos judiciais, subsidiando a atuação preventiva da Instituição;
4. **Avaliação da carteira de contingências e provisões**– visa monitorar as contingências e provisões decorrentes de processos judiciais e administrativos sob o acompanhamento da Superintendência Jurídica, cuidando para que a sistemática adotada garanta o cumprimento de normas e regulamentos pertinentes, bem como a fidedignidade das rotinas contábeis e gerenciais;
5. **Controle de garantias de juízo**– tem por finalidade monitorar as garantias de juízo prestadas pelo Banco, zelando pela fidedignidade de informações operacionais, gerenciais e contábeis;
6. **Pagamento de despesas do contencioso**– tem por escopo definir a sistemática de pagamento, estabelecendo controles operacionais e gerenciais, de modo a assegurar a pertinência das despesas efetuadas.

Esses processos de trabalho foram estruturados em consonância com as diretrizes de governança corporativa, observando a segregação de funções, o regime de alçadas operacionais e decisões individuais ou em colegiados, conforme o grau de risco verificado, com enfoque na segurança jurídica. Ademais, seus respectivos procedimentos estão disciplinados em normativos internos, observando a legislação que regulamenta a matéria, os quais são atualizados de acordo com a evolução desses processos de trabalho, enquanto que as atividades operacionais são executadas em sistemas informatizados corporativos já implantados ou com melhorias em desenvolvimento para substituir aquelas ainda executadas de forma manual. Há de considerar, ainda, que os resultados desses processos de trabalho são auditados periodicamente pela Auditoria Interna do Banco, bem como por Auditores Independentes. Desta forma, tem-se como mitigados os riscos operacionais a eles associados.

**CAPÍTULO** **4 RESULTADOS DA GESTÃO**

**4.1 PROBLEMA A SER TRATADO PELOS RESULTADOS ESTRATÉGICOS**

A questão estratégica fundamental do Banco do Nordeste está ligada à sua missão de atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste, do norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e do norte do Espírito Santo.

O processo de desenvolvimento regional requer a convergência de múltiplos fatores que impactem positivamente a dinâmica econômica local, trazendo como resultado o enfrentamento do desequilíbrio econômico intrarregional.

Para isto, o Banco opera como órgão executor de políticas públicas, especialmente com a operacionalização do FNE. Sua aplicação volta-se à redução da pobreza e das desigualdades inter e intrarregionais, por meio do financiamento de setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento, instrumento elaborado de forma conjunta por órgãos federais e estaduais.

Para cumprir sua missão de desenvolvimento em uma região com muitas potencialidades ainda não exploradas e grandes carências econômicas e estruturais, como o semiárido, o Banco do Nordeste entende que o crédito é necessário, mas não deve ser o único serviço oferecido.

Com esta convicção, considera para a sua estratégia a criação de diversos instrumentos para atuar mais próximo dos clientes e ampliar suas atividades, indo além da intermediação financeira, buscando contribuir para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos financiados, associada à melhoria das condições de vida da população. Dentre esses instrumentos, destaca-se a inovação como elemento imprescindível na implementação de políticas, estratégias e ações que impactem diretamente na dinamização da economia, de forma sustentável.

**4.2 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E PRIORIDADES DA GESTÃO**

As ações institucionais, relacionadas com a UPC, foram norteadas por diretrizes estratégicas, que delimitaram e melhor direcionaram os esforços para o alcance dos resultados desafiadores propostos para o ano, cabendo destaque às seguintes diretrizes:

* Fazer o FNE cada vez melhor; e
* Ser o Banco da micro, pequena e média empresa da região Nordeste.

Cabe destacar que, para dar sustentação à busca de impactos relevantes para acionistas e benefícios para a sociedade, o Banco do Nordeste inclui, também, como estratégia a otimização dos próprios resultados para garantir a sua solidez e sustentabilidade.

O desempenho do Banco em seu Planejamento Empresarial 2018 foi bastante exitoso, traduzido nos resultados dos indicadores constituídos em seus planos estratégico, tático e operacional, descritos no Mapa Estratégico do Banco (disponível em https:// www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/planejamento-empresarial). Verificou-se que nos 5 (cinco) indicadores estratégicos, diretamente relacionados com o FNE, houve extrapolação da meta, conforme exposto no Quadro 4.1.

**Quadro 4.1 - Indicadores estratégicos de resultados 2018 – Metas x Realizado**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | Perspectiva | Indicadores do Banco | Indicadores diretamente relacionados com o FNE | Unidade de Medida | Meta Anual | Realizado 2018 | % | | Inclusão Financeira | Clientes ativos no Pronaf | x | Quantidade | 1.520.000 | 1.587.655 | 104,45% | | Cliente ativos no Crediamigo |  | Quantidade | 2.200.000 | 2.065.167 | 93,87% | | % de clientes com aumento de valores de financiamento do Agroamigo | x | Percentual | 70,0% | 88,8% | 126,86% | | % de clientes com aumento de valores de financiamento do Crediamigo |  | Percentual | 60,0% | 64,3% | 107,17% | | Solidez e Sustentabilidade | Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido |  | Percentual | 14,8% | 19,0% | 128,4% | | Índice de Eficiência¹ |  | Percentual | 74,0% | 65,7% | 112,6% | | Índice de Eficiência em relação ao Índice de Eficiência dos Bancos Públicos¹ |  | Percentual | 95,0% | 91,5% | 103,8% | | Crédito Espacialmente e Setorialmente Distribuído | Cumprimento da Programação Regional do FNE | x | Percentual | 89,0% | 95,4% | 107,19% | | Grau de Concentração Espacial do Crédito¹, ² | x | Percentual | 16,0% | 13,5% | 118,5% | | Grau de Concentração Setorial do Crédito¹, ³ | x | Percentual | 27,5% | 25,1% | 109,6% | |

Fonte: BNB - Ambiente de Planejamento.

(¹) Indicador do tipo “quanto menor melhor”

(²) Baixa concentração do volume de financiamentos entre os estados atendidos pelo FNE, de acordo com as faixas de classificação do *Herfindahl-Hirschman Index* (HHI) consideradas;

(³) Alta concentração do volume de financiamentos entre os setores da Programação do FNE. O resultado do quarto trimestre continua sendo impactado pelos setores do Comércio e Serviços (36,1%), Pecuária (22,4%) e Agricultura (22,4%), que concentraram, no agregado, 80,9% do total contratado, enquanto os setores da Indústria, Turismo e Agroindústria representaram, respectivamente,14,0%, 3,2% e 1,9% do total aplicado.

Dentre os resultados estratégicos alcançados, a aplicação expressiva dos recursos do FNE em 2018 impulsionou o Banco a aperfeiçoar seus processos de monitoramento, controle e contratação de operações de crédito conseguindo maior agilidade e mantendo a qualidade dos serviços de crédito devido ao envolvimento de todos da organização. Em 2018, foram aplicados R$ 32,6 bilhões, representando um incremento nominal de 104,4% em relação a 2017. Desempenho esse registrado em um período de crescimento modesto da economia, com expectativa de incremento do PIB em aproximadamente 1,1%.

Em relação à desconcentração espacial dos financiamentos do FNE em 2018, destacaram-se não apenas os resultados expressivos no apoio aos menores portes, alcançando os valores previstos na programação do FNE e o crédito em todos os 1.990 municípios da área de abrangência do Fundo, mas também o financiamento no montante de R$ 16,3 bilhões para empreendimentos no Semiárido. Tais contratações superaram a meta anual em 117,3% comparadas ao montante financiado em 2017, quando aplicou R$ 7,5 bilhões.

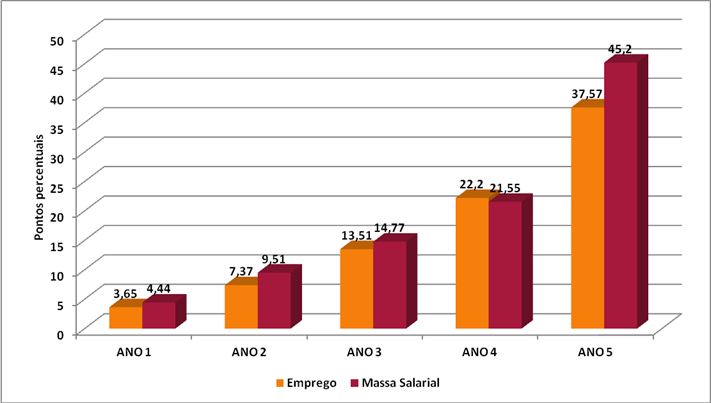
Em relação ao segmento das micro, pequenas e médias empresas, o Banco tem como estratégia oferecer continuamente soluções inovadoras que proporcionem ampliar o conhecimento do negócio pelos empreendedores, possibilitando o desenvolvimento da empresa, com a utilização de mecanismos que lhes ofereçam maior comodidade e celeridade.

Relativamente aos resultados gerados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco do Nordeste para a sociedade, destacam-se:

a) Geração de emprego e renda

Estudos realizados pelo BNB/ETENE evidenciam que as empresas financiadas com recursos do FNE apresentam crescimento líquido da taxa de empregos e da massa salarial, conforme apresentado no Gráfico 4.1, contudo não apresentaram efeito sobre o salário médio. Após cinco anos de financiamento, tais empresas tendem a contratar 37,57 p.p. acima da média esperada, bem como apresentam uma massa salarial 45,2 p.p. superior. Esse efeito parece ser crescente com o tempo e é consideravelmente superior para as micro e pequenas empresas.

**Gráfico 4.1 - Crescimento da taxa de empregos e massa salarial**

****

Fonte: BNB - ETENE

Ressalte-se também que, ao confrontar a expectativa de geração de emprego com a sua geração efetiva, os empreendimentos financiados com recursos do FNE superam em quase 20%, quando comparados com a média de seus respectivos setores.

Tendo por base um exercício com a utilização da Matriz Insumo Produto Regional, estima-se que os R$ 32,6 bilhões contratados com recursos do FNE devem contribuir para gerar e/ou manter 1,4 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste (Tabela 4.1). Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais) ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

Ainda conforme a Tabela 4.1, estima-se também incremento, na área de atuação do BNB, de R$ 10,6 bilhões na massa salarial; R$ 5,98 bilhões na arrecadação tributária; R$ 67,8 bilhões no Valor Bruto da Produção e R$ 34,9 bilhões de Valor Adicionado à economia.

**Tabela 4.1 - Estimativa das repercussões econômicas das contratações do FNE - 2018**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Indicador | Agrícola | Pecuária | Agro-indústria | Indústria | Infra- estrutura | Comércio e Serviços | Turismo | Total |
| Valor total contratado (R$ milhões) | 3.621,4 | 3.622,7 | 305,6 | 2.268,7 | 16.469,0 | 5,847,1 | 518,8 | 32,653,3 |
| Resultados por Setor - Área de Atuação do BNB | | | | | | | | |
| Valor Bruto da Produção (R$ milhões) | 7.448,1 | 7.450,8 | 628,5 | 4.722,5 | 34.188,5 | 12.301,8 | 1.086,8 | 67.826,9 |
| Valor adicionado à economia (R$ milhões) | 3.794,3 | 3.795,6 | 320,2 | 2.346,2 | 17.492,8 | 6.616,8 | 561,7 | 34.927,5 |
| Empregos (unidade) | 203.238,0 | 246.417,0 | 20.230,0 | 90.221,0 | 612.592,0 | 222.103,0 | 24.445,0 | 1.419.246 |
| Massa salarial (R$ milhões) | 1.080,2 | 1.080,6 | 91,2 | 725,9 | 5.361,2 | 2.146,5 | 177,1 | 10.662,7 |
| Arrecadação tributária (R$ milhões) | 639,8 | 640,0 | 54,0 | 444,7 | 2.984,9 | 1.111,1 | 103,4 | 5.977,9 |
| Resultados por Setor - Brasil: Área de Atuação do BNB + Resto do Brasil | | | | | | | | |
| Valor Bruto da Produção (R$ milhões) | 14.497,4 | 14.628,9 | 1.239,8 | 9.052,8 | 65.582,9 | 23.513,1 | 2.096,1 | 130.611,0 |
| Valor adicionado à economia (R$ milhões) | 7.067,5 | 7.119,5 | 604,4 | 4.367,4 | 32.199,4 | 11.900,7 | 1.032,6 | 64.291,4 |
| Empregos (unidade) | 262.710,2 | 308.463,8 | 25.602,7 | 126.347,3 | 873.348,3 | 317.472,9 | 33.188,0 | 1.947.133 |
| Massa salarial (R$ milhões) | 2.199,9 | 2.217,5 | 188,3 | 1.423,3 | 10.413,8 | 3.973,8 | 339,5 | 20.756,1 |
| Arrecadação tributária (R$ milhões) | 1.334,8 | 1.346,9 | 113,6 | 873,0 | 6.102,0 | 2.220,2 | 202,6 | 12.193,0 |

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Crédito. Elaboração: ETENE-Célula de Macroeconomia. 1. Impactos estimados a partir do Sistema Intermunicipal de Insumo-Produto do Nordeste (Siipne), base 2009, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes do ano de 2018.

Considerando o efeito transbordamento para as demais regiões, há a estimativa de geração e/ou manutenção de aproximadamente dois milhões de empregos em todo o Brasil, bem como aumento de R$ 20,7 bilhões na massa salarial, R$ 12,2 bilhões na arrecadação tributária, R$ 130,6 bilhões no Valor Bruto da Produção e R$ 64,3 bilhões de Valor Adicionado à economia. O Setor de Infraestrutura, responsável por aproximadamente metade do volume de recursos contratados em 2018, tende a contribuir para gerar e/ou manter quase de novecentos mil empregos em todo o Brasil.

b) Redução das desigualdades

As contratações do FNE afetam positivamente o crescimento do PIB *per capita* dos municípios. Uma elevação de 10% nos desembolsos *per capita* do FNE aumenta o produto médio do município em torno de 0,85 ponto percentual, conforme estudos realizados pelo BNB/ETENE.

Observam-se os efeitos transbordamento do crédito direcionado em municípios “Dinâmicos”. Um aumento de 1% na relação FNE/PIB gera transbordamento positivo de 0,33 ponto percentual sobre o crescimento do PIB *per capita* dos municípios vizinhos àqueles classificados como Dinâmicos. Investimentos realizados nesses municípios, de alguma forma, acabam beneficiando mais o crescimento de seus vizinhos do que o seu próprio crescimento.

O FNE financia proporcionalmente mais do que a média do Sistema Financeiro Nacional em estados com economia mais frágil.

Ausência do FNE com a concessão de empréstimos ao setor produtivo por meio de taxas de juros diferenciadas induziria à maior concentração de recursos em regiões mais prósperas, acentuando a desigualdade e a assimetria de renda.

c) Aumento da competitividade

Dentre os R$ 32,6 bilhões financiados pelo FNE em 2018, aproximadamente R$ 16,5 bilhões foram destinados à Infraestrutura, tendo em vista a carência regional nesse setor, esse volume de financiamento tende a contribuir para a melhoria do ambiente econômico para o setor produtivo, o que por sua vez pode contribuir para a elevação da competitividade agente privado.

A análise do ambiente interno e externo culminou na identificação de prioridades institucionais para execução em 2018, conforme descritas a seguir:

1. fortalecer e agilizar o processo de contratação e desembolso das operações;
2. elevar o nível de efetividade da administração de crédito de maneira a potencializar os resultados financeiros e de desenvolvimento;
3. impulsionar e diversificar a prospecção de novos clientes e negócios;
4. ampliar os programas de financiamento do FNE, utilizando linhas de crédito inovadoras, a exemplo do FNE Sol, FNE Água, FNE Infraestrutura e FNE Inovação e inserir novas possibilidades de financiamento nos programas já existentes;
5. ampliar os canais de atendimento, com destaque para o uso compartilhado da rede bancária de correspondentes;
6. aplicar o Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) para pequenas e médias empresas, incluindo encadeamento produtivo, estratégias associativas e inovação;
7. ampliar parcerias para favorecer o relacionamento com os clientes: prospecção, visitas, abordagens;
8. incentivar projetos com maior potencial de geração de externalidades positivas e de maior impacto no bem-estar das famílias, empresas e empreendedores da Região;
9. intensificar o processo de desenvolvimento de produtos e serviços digitais para seus clientes, estimando melhoria dos indicadores da economia e transformação dos serviços do Banco. As soluções digitais estão apresentadas no site do Banco, endereço: <https://www.bnb.gov.br/solucoes-digitais>.

A execução da Programação Regional FNE 2018 guardou sintonia com a PNDR, com as políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, com o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e com as prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudene, conforme abaixo:

a) Prioridades Espaciais

Ao final do exercício de 2018, foram contratados R$12,1 bilhões em projetos localizados nas microrregiões prioritárias definidas pela PNDR, o que representa 16,3% além dos valores programados para o exercício, nessa prioridade.

Nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE)[[2]](#footnote-2), os valores contratados nesse exercício de 2018 correspondem a 139,1% dos valores programados para o mesmo exercício, e na região semiárida foram contratados, no mesmo período, 151,1% dos valores programados para o exercício de 2018.

b) Prioridades Setoriais

O BNB atende às prioridades instituídas aos municípios pela PNDR e são firmadas parcerias com as Secretarias Estaduais, com as representações Federais e com outras organizações tanto governamentais, como não governamentais, no sentido de operacionalizar programas de inclusão produtiva, a exemplo do Pronaf e de suas várias linhas de crédito, bem como do FNE-MPE.

Em atendimento à PNDR, numa perspectiva ampla, as principais atividades agropecuárias financiadas nos municípios prioritários, ou seja, exceto aqueles classificados como Alta Renda, foram: na agricultura, grãos, principalmente soja e milho de sequeiro; na fruticultura irrigada a produção de banana e de uva; o algodão de sequeiro, no grupamento fibras têxteis além de café e cana de açúcar; e na pecuária, a bovinocultura, incluindo recria e engorda extensiva, a ovinocultura, a avicultura e a caprinocultura.

No Setor Industrial, foram mais financiadas a produção de produtos farmacêuticos e defensivos agrícolas, a de alimentos, a indústria metal-mecânica e a indústria de calçados.

O comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios, minimercados, mercados e armazéns, de produtos farmacêuticos, de combustíveis e lubrificantes derivados do petróleo, de materiais de construção em geral, foram as atividades mais financiadas nesse segmento do comércio varejista. O comércio atacadista de passamanaria, fitas, rendas e bordados, de produtos alimentícios e de adubos, fertilizantes e corretivos do solo foram atividades predominantemente financiadas nesse segmento do Setor de Comércio, em 2018.

No Setor de Serviços, os serviços relacionados ao atendimento hospitalar, a locação de automóveis e os serviços educacionais foram as atividades mais financiadas, em 2018.

O BNB prioriza, ainda, os empreendimentos produtivos de menor porte, particularmente o segmento atendido por políticas públicas, setoriais e macroeconômicas do Governo Federal: agricultura familiar, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas.

Para prospecção de negócios no intuito de financiar projetos duradouros e geradores de emprego e renda, o Banco do Nordeste desenvolve diferentes estratégias de mobilização e de estímulo aos empreendedores. Ressaltem-se, nessa perspectiva, a ação dos Gerentes de Desenvolvimento Territorial e os eventos denominados FNE Itinerante. Além disso, o BNB apoia políticas públicas que contribuem para promoção do fortalecimento das economias locais, evitando a concentração de recursos em projetos ou espaços de sua área de atuação.

Relativamente à estratégia de arranjos produtivos, foram financiados, no exercício de 2018, R$175,2 milhões, em atividades produtivas que congreguem e valorizem as potencialidades locais, considerando a integração e/ou complementação das oportunidades e atratividades dos investimentos, localizados nos estados da Bahia e de Pernambuco que ultrapassaram a meta em 250,4%.

O FNE financiou R$ 3,13 bilhões em apoio às atividades produtivas de uso intensivo de matérias-primas e mão de obra locais, e R$ 2,7 bilhões às atividades que, sem prejuízo de produtividade e competitividade, enfatizem a geração de empregos formais e ampliação de renda. Tais ações de financiamento envolveram atendimento, no meio rural, a agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, suas associações e cooperativas, bem como empreendimentos localizados em municípios com situação de emergência ou de calamidade pública reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, em decorrência da estiagem, e tendo como foco a recuperação ou preservação das atividades produtivas. No meio urbano, foram priorizadas as contratações com micro e pequenas empresas.

As ações voltadas para proporcionar tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, beneficiários do FNE, bem como em municípios com registro recente estiagem geraram um volume de contratações na ordem de R$ 9 bilhões o equivalente a 111,1% do total programado para essa prioridade, o que representa 55,9% do volume total financiado pelo FNE, em 2018, na sua Programação Padrão.

Para promover a expansão, diversificação e modernização da base econômica regional, o BNB tem atuado em apoio ao Setor Industrial, por meio da oferta de crédito produtivo e de estímulo aos empreendedores para ampliação, para modernização ou para implantação de um negócio. Isso possibilitou a alocação, no ano de 2018, em torno de 80,6% dos valores programados para o exercício.

**Tabela 4.2 - FNE: Prioridades do Setor Industrial - Desempenho das metas - 2018**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Prioridades Específicas do Setor Industrial** | **Reprogramado**  **(R$ milhões)**  (A) | **Realizado**  **(R$ milhões)**  (B) | **Indicador(%)**  **[(B/A)\*100]** |
| Indústria de calçados e artefatos | 90,0 | 119,5 | 132,8 |
| Confecção, em geral | 180,0 | 80,4 | 44,7 |
| Embalagens | 40,0 | 169,1 | 422,8 |
| Extração, beneficiamento e transformação de minerais metálicos e não metálicos | 130,0 | 343,1 | 263,9 |
| Indústria automotiva (inclusive veículos pesados) e naval | 120,0 | 20,8 | 17,3 |
| Indústria têxtil | 30,0 | 90,7 | 302,3 |
| Material elétrico, de comunicações, de transporte | 5,0 | 5,1 | 102,0 |
| Mecânica | 15,0 | 26,4 | 176,0 |
| Metalúrgica | 20,0 | 29,2 | 146,0 |
| Mobiliários | 20,0 | 36,8 | 184,0 |
| Petroquímica | 30,0 | 8,4 | 28,0 |
| Indústria de produtos alimentares e bebidas | 410,0 | 430,9 | 105,1 |
| Produtos farmacêuticos e veterinários | 0,0 | 366,1 | - |
| Indústria química (excluindo os explosivos) | 65,0 | 174,4 | 268,3 |
| Siderurgia | 130,0 | 4,2 | 323,1 |
| Fonte: Elaboração BNB - ETENE – CAPP |  |  |  |

Quanto aos setores Rural e Agroindustrial, a forte estiagem tem impactado o ânimo dos empreendedores para investimentos de longo prazo, na medida em que as incertezas desestimulam a implantação de novos projetos, ou mesmo a ampliação daqueles já em operação.

**Tabela 4.3 – FNE - Prioridades do Setor Rural - Desempenho das Metas - 2018**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Prioridades específicas do Setor Rural** | **Reprogramado**  **R$ milhões**  **(a)** | **Realizado**  **R$ milhões**  **(b)** | **Indicador**  **(%)**  **[(b/a)\*100]** |
| Agroindústria e atividades complementares | 520,0 | 305,6 | 58,8 |
| Pecuária: aquicultura e pesca, avicultura, bovinocultura, ovinocaprinocultura | 2.430,0 | 3.336,4 | 137,3 |
| Agropecuária irrigada | 525,0 | 704,7 | 134,2 |
| Agricultura de sequeiro em áreas com aptidão edafoclimática | 2.190,0 | 2.491,3 | 113,8 |
| Fonte: Elaboração BNB - ETENE - CAPP. |  |  |  |

No Setor de Turismo, considerados os empreendimentos hoteleiros e outros projetos, integrados ou não a complexos turísticos localizados em áreas vocacionadas, foram contratados R$518,0 milhões principalmente nas atividades relacionadas a meios de hospedagem, como hotéis, pousadas, resorts, hotéis fazenda, albergues, com restaurantes. Os financiamentos destinaram-se, notadamente, à implantação de novos empreendimentos de pequeno-médio e médio portes; e à ampliação de empreendimentos já existentes.

Em apoio aos setores exportadores regionais, em projetos que contemplem a exportação de parte ou toda produção para o mercado externo, principalmente de bens manufaturados, em especial aqueles vinculados e/ou articulados a empreendedores de pequeno e médio portes, no exercício de 2018, foram financiados projetos para exportação, principalmente, nos estados de Pernambuco para atividades de exportação de açúcar; da Bahia para exportação de artefatos de borracha, fabricação de óleos, gorduras e ceras de origem vegetal e animal, fabricação de medicamentos e de produtos plásticos para uso industrial; e do Piauí, no processamento e beneficiamento da cera de carnaúba, no montante de R$ 193,3 milhões, o que corresponde a 154,6% da meta para o exercício.

**4.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS**

**4.3.1 Programa Agroamigo**

O Banco do Nordeste foi pioneiro na concepção da metodologia própria de microfinança rural, o Programa Agroamigo, lançado em 2005, considerando a importância da agricultura familiar para sua área de atuação, tendo inicialmente como público-alvo os agricultores familiares enquadrados na faixa de menor renda do Pronaf.

**Figura 4.1 – Microempreendedor rural: contratações e carteira ativa (2016/2018)**



O Programa Agroamigo atende aos agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C.

Em 2018, foram financiados R$ 2,53 bilhões, com a contratação de 507 mil operações pelo Agroamigo, o que representa um crescimento de 9% em relação aos valores contratados em 2017. O Agroamigo atingiu uma carteira ativa de R$ 4,59 bilhões e mais de 1,35 milhão de operações. Os valores e quantitativos realizados pelo Agroamigo estão contidos nas informações relacionadas ao segmento Agricultura Familiar.

**4.3.2 Programa de financiamento para MPE**

Verifica-se a elevação significativa da atuação do Banco do Nordeste junto ao segmento de micro e pequenas empresas (MPE) nos últimos 10 anos. Em 2018, as contratações com esse segmento somaram R$ 2,9 bilhões, com crescimento de 10,8%. Outro fator de destaque foi a superação da meta FNE para Micro e Pequenas Empresas em todos os Estados.

O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R$ 1,460 bilhão em contratações, correspondendo a 52,9 % dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. Na região do semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 14.256 operações, o que representa 53,3% do total de operações efetivadas.

Em 2018, o Banco do Nordeste intensificou a simplificação do processo de crédito, com a adoção de medidas que objetivam a melhoria do atendimento às MPE, como a implantação da renovação automática para o FNE Giro e outras facilidades oferecidas ao cliente, especialmente no atendimento virtual: simuladores de crédito, acesso *App* do Banco do Nordeste usando a digital, cadastro e solicitação de crédito. Destaque-se o lançamento do projeto piloto do Escritório Digital, inicialmente em Fortaleza, oferecendo atendimento virtual ao cliente.

**4.3.3 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento**

Ciente de seu papel de Banco de Desenvolvimento da região Nordeste, o Banco do Nordeste apoia projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de entidades públicas e de empresas privadas, por meio de recursos não reembolsáveis destinados a fundos criados para esse fim, Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

Os Fundos de Pesquisa e Desenvolvimento do Banco do Nordeste são parte da sua contribuição para a melhoria da competitividade e do desenvolvimento dos segmentos econômicos, trazendo impactos com oportunidades e potencial disruptivo na geração de soluções inovadoras para superar os desafios da Região.

No exercício de 2018, o Banco do Nordeste lançou dois editais que receberam 210 propostas de apoio a projetos de difusão tecnológica, desenvolvimento e inovação ao amparo de recursos do Fundeci, nas temáticas de Desenvolvimento Territorial e Inovação em Empresas, dos quais 47 foram selecionados para receberem apoio financeiro e desses 41 estão em fase de análise. No mesmo período, foi formalizado apoio a 8 projetos, oriundos de editais lançados em 2017 e de demandas espontâneas, envolvendo recursos da ordem de R$ 1,9 milhão do Fundeci e do FDR.

Merece destaque o lançamento do primeiro edital voltado exclusivamente para projetos de inovação a serem desenvolvidos especificamente por empresas, desobrigando a participação de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), valorizando e promovendo iniciativas empresariais de pesquisa e tecnologia aplicada em temas como: finanças (*fintechs*), energias renováveis, saúde inteligente (*healthtech*), educação (*edtechs*), agronegócio, inclusão financeira, negócios de impacto social e cidades sustentáveis.

**4.3.4 Política de Desenvolvimento Territorial - Prodeter**

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) é um dos instrumentos por meio do qual se materializa a Política Desenvolvimento Territorial do BNB. Em 2018, o Prodeter consolidou importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação, sendo premiado no Concurso de Melhores Práticas da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide), na categoria ‘Produtos Financeiros’.

Os Planos de Ação implementados nos primeiros 21 territórios abrangidos pelo Prodeter evidenciaram resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos.

Do ponto de vista de concessão de crédito, em 2018 foi realizado um montante aproximado de R$ 6,0 milhões em financiamento para os produtores participantes do Prodeter. Considerando o período desde 2016, ano em que o Programa foi implantado, o valor financiado aos participantes ultrapassou os R$ 21,5 milhões.

O banco de dados criado para o registro e difusão de ganhos de competitividade das cadeias produtivas objeto desses financiamentos, sinaliza expressivos resultados, valendo destacar:

1. fortalecimento do associativismo, visualizado por meio da compra coletiva de insumos agropecuários;
2. realização de dias de campo, oficinas de capacitação e de transferência de tecnologia como o uso de inseminação artificial e transferência de embriões na bovinocultura de leite;
3. implantação de reserva estratégica alimentar para o apascentamento dos rebanhos bovinos e caprinos financiados, principalmente por meio do plantio de palma forrageira;
4. aumento da produtividade da mandiocultura no Sul do estado da Bahia; e
5. aumento da quantidade de produtores rurais com produção em bases agroecológicas.

Importante também registrar o Acordo de Cooperação entre o BNB e o Ministério da Integração Nacional (MI), firmado em julho/2018, tendo como referência a implementação de ações convergentes dessas instituições voltadas para o desenvolvimento regional. Tal Acordo objetiva realizar ações conjuntas envolvendo o Programa Rotas da Integração Nacional, que atua na formação de redes de arranjos produtivos locais que promovam a inovação e a competitividade dos empreendimentos, e o Prodeter. O desenvolvimento de inteligência territorial, por meio da identificação e financiamento de projetos de caprinovinocultura, apicultura e meliponicultura, no âmbito do FNE, nos territórios sinalizados, também faz parte do arcabouço do Acordo.

**4.3.5 Principais projetos**

Os projetos do BNB são desenvolvidos para viabilizar a realização dos resultados do planejamento empresarial, sendo classificados em três categorias:

1. Projetos estratégicos: promovem mudanças substanciais e estruturantes por meio da inovação em modelos, métodos, processos, produtos, serviços e/ou negócios, e estão fortemente relacionados ao Planejamento Empresarial do Banco;
2. Projetos especiais: tratam da execução de atividades e/ou operações de uma ou mais estruturas organizacionais do Banco, sendo normalmente realizados por trabalho colaborativo a partir da formação de uma equipe multidisciplinar;
3. Projetos específicos: tratam da execução de atividades e/ou operações de responsabilidade específica de uma ou mais estruturas organizacionais do Banco.

Em 2018, as entregas dos projetos passaram a ser acompanhadas pelo Programa de Ação da Direção Geral, a partir do cadastramento dos mesmos no Sistema de Programa de Ação e Avaliação de Performance (S - 696). Nesse ano, o BNB executou 18 projetos Estratégicos, Especiais e Específicos vinculados às suas diretrizes estratégicas e aos seus resultados corporativos. Tais projetos, cujas entregas são acompanhadas pelo Escritório de Projetos do Ambiente de Planejamento, obtiveram um percentual de 96% de cumprimento das entregas previstas (das 81 entregas planejadas, 78 foram concluídas até dezembro/2018). No Quadro 4.2, a seguir, apresentam-se o relacionamento dos Projetos, desenvolvidos em 2018, com as Diretrizes Estratégicas e com os Indicadores de Resultados.

**Quadro 4.2 – Matriz de vinculação de Projetos com as Diretrizes Estratégicas e com os Indicadores de Resultados - 2018**

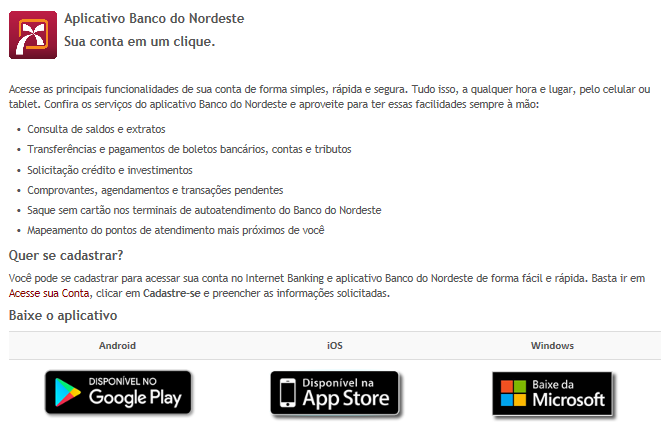
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Seq | **Projetos 2018** | **Diretrizes Estratégicas** | | | | **Indicadores de Resultados** | | |
| Matriz de Vinculação de Projetos a Resultados e Diretrizes Estratégicas | Fazer o FNE cada vez melhor | Ser o banco da pequena e média empresa da região Nordeste | Inovar em Processos, Produtos e Serviços | Valorizar as Competências Humanas | Inclusão Financeira de Clientes | Solidez e Sustentabilidade do Banco | Crédito espacialmente e setorialmente distribuído |
| 1 | Projeto Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) | X | X | X |  | X | X | X |
| 2 | Projeto Plataforma de Comunicação Digital Omnichannel - SAC 3.0 | X | X | X |  | X | X |  |
| 3 | Projeto Nova Universidade Corporativa | X | X | X | X |  | X |  |
| 4 | Projeto Sistema Agroamigo | X |  | X |  | X | X | X |
| 5 | Projeto Canais de Atendimento | X | X | X |  |  | X | X |
| 6 | Projeto Sistema Sicor | X | X | X |  |  | X |  |
| 7 | Projeto Crediamigo 3.0 | X |  | X |  | X | X | X |
| 8 | Projeto Plataforma Integrada de Negócio | X | X | X |  |  | X |  |
| 9 | Projeto BNB Digital | X | X | X |  |  | X |  |
| 10 | Projeto Implantação do Modelo de Agências | X |  | X | X |  | X |  |
| 11 | Projeto Integração e Automação do Processo de Renegociação de Dívidas - Integra | X |  | X |  |  | X |  |
| 12 | Projeto Implantação do financiamento Estudantil - Fies | X |  | X |  |  | X |  |
| 13 | Projeto Rentabilidade Clientes |  |  | X |  |  | X |  |
| 14 | Projeto Automação Bancária |  | X |  |  |  | X |  |
| 15 | Projeto Aperfeiçoamento dos Processos de Consistência da Base Contábil do Banco |  |  | X |  |  | X |  |
| 16 | Projeto Solução para Acompanhamento Técnico da Aplicação do Crédito |  |  | X |  |  | X |  |
| 17 | Projeto Regulamentação Bacen - Res. n° 4.557 |  |  |  |  |  | X |  |
| 18 | Projeto Tomada de Contas Especial |  |  |  |  |  | X |  |

Fonte: BNB - Ambiente de Planejamento.

Tais projetos são importantes canais de entrada da inovação e da mudança organizacional. Eles levam à inovação em produtos e serviços, ao aperfeiçoamento de processos e à melhoria da estrutura organizacional.

Ainda em 2018, o BNB implantou uma série de produtos e serviços digitais que estão detalhados no sítio do Banco na Internet, disponível no endereço: <https://www.bnb.gov.br/solucoes-digitais>. Entre eles, destaca-se o Aplicativo Banco do Nordeste que pode ser utilizado pelos clientes para acesso a vários serviços na plataforma digital, como por exemplo o Cadastro Digital, Figura 4.2.

**Figura 4.2 – Página do BNB divulgando o Cadastro Digital**



Fonte: Site do Banco do Nordeste - www.bnb.gov.br

Os destaques no gerenciamento do portfólio de projetos, em 2018, no Banco do Nordeste são descritos a seguir:

1. implantação do Projeto FIES em janeiro/2018 com o objetivo de desenvolver e implantar Programa de Credito Estudantil até o final de 2018;
2. implantação do Escritório Digital (Piloto) em fevereiro/2018 para testar sistemas e processos de atendimento digital para clientes dos segmentos MPE e Pessoa Física;
3. criação do Projeto Estratégico Sicor em novembro/2018 com o objetivo de desenvolver um novo sistema para realizar o controle das informações das operações de crédito rural enviadas para o Banco Central e a integração com os sistemas corporativos do Banco.
4. criação do Projeto Novos Canais de Atendimento para prover canais de atendimento menos onerosos, que desconcentrem o atendimento das agências, e sejam adequados ao perfil dos clientes do Banco.

**4.3.6 Principais iniciativas**

**4.3.6.1 Formação de alianças institucionais**

Distintas ações de articulação institucional foram desenvolvidas ao longo do ano de 2018, onde se registra a atuação sistemática das Superintendências Estaduais na divulgação do FNE e efetivação de negócios, em articulação com governos estaduais, municipais e demais atores locais, destacando-se as seguintes ações:

1. no segmento microfinanças rural, agricultura familiar e pequenos agricultores, foram implementados os seguintes Acordos de Cooperação:

* Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), em todos os estados na área de atuação do FNE, visando contribuir para o incremento de geração de emprego, ocupação e renda, através da ampliação e qualificação das aplicações de créditos;
* Betânia Lácteos S/A, visando contribuir para o aumento da produtividade, através da incorporação de novas tecnologias, ampliação e qualificação das aplicações de créditos;
* Prefeitura Municipal de Arapiraca (AL), através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Arapiraca (SMDR), tendo por objeto disciplinar ações integradas a serem implementadas pelos partícipes, visando promover financiamentos para os produtores rurais dos segmentos agricultura familiar e mini e pequenos produtores do município de Arapiraca;
* Associação Norte Rio-Grandense de Criadores (Anorc),que tem por objeto a exposição através de palestras sobre serviços, produtos e linhas de crédito e disciplinar ações integradas a serem implementadas pelos partícipes com o objetivo de expandir o acesso às linhas de crédito para os núcleos de produtores associados da Anorc, assegurando aos agricultores orientações para o crédito;
* Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários e Reforma Agrária (Seara), Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) no estado do Rio Grande do Norte para efetivação do Pronaf A em assentamentos;
* Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural no estado do Rio Grande do Norte, visando à assistência técnica e à ampliação da aplicação da metodologia do microcrédito rural aos clientes do Agroamigo Crescer e acompanhamento de outros grupos do Pronaf com exceção dos Grupos A e AC;
* Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural no estado da Paraíba, regionais Campina Grande e Pombal, objetivando incrementar e aperfeiçoar a elaboração de propostas de crédito no âmbito do Pronaf;
* Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado do Rio Grande do Norte visando apresentação das linhas de crédito aos consultores do Sertão Empreendedor;
* Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado da Paraíba visando treinamento para os alunos do curso técnico com foco na elaboração de projetos para o Pronaf;
* John Deere Brasil Ltda., visando estabelecer, entre as partes acordantes, ações que objetivem a modernização e mecanização do setor agrícola, abrangendo todos os estados da área de atuação do FNE;
* Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Escola Agrícola de Jundiaí, no Rio Grande do Norte, para realização de eventos para alunos do curso técnico e de graduação sobre os programas da área rural do FNE;
* Termos de parceria com prefeituras dos municípios de Serra Negra do Norte, São Fernando, Touros, Bom Jesus, Ceará-Mirim, Macaíba, Santa Cruz, São Tomé, Japi do estado do Rio Grande do Norte para liquidação das dívidas com base na Lei 13.340;
* Bahia Pesca S/A, objetivando a implementação de ações para apoiar os piscicultores de unidades de produção em sistema de condomínio para criação de peixes em tanques rede nas barragens do estado da Bahia, por meio das linhas de crédito do Pronaf;
* Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), disciplinando ações integradas para expandir a aplicação da metodologia de microcrédito rural do Agroamigo para grupos do Pronaf, excetos Grupos A e A/C;
* Renovação do Termo de Parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (Inec) com o objetivo de operacionalizar do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) por meio do Pronaf, e inserido no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, envolvendo cerca de R$ 3,65 bilhões em financiamentos.
* no segmento das micro e pequenas empresas (empresas com faturamento bruto anual até R$ 3,6 milhões), foram implementado o Acordo de Cooperação entre o Banco, a Associação Brasileira de Franchising (ABF) e as empresas franqueadoras - O Boticário; Quem Disse Berenice; The Beauty Box e CFK Comércio de Alimentos LTDA – visando promover financiamentos para investimento e capital de giro para franqueados em todos os estados na área de atuação do FNE.

1. no segmento Corporate (empresas com faturamento bruto anual superior a R$ 200 milhões), foram implementadas as seguintes ações:

* parceria com os Escritórios de Atração de Investimentos e Relacionamento Institucional;
* reuniões com as Secretarias de Infraestrutura dos Estados, para divulgação do apoio financeiro do BNB para os projetos de infraestrutura em saneamento básico, rodovias, portos, aeroportos, geração de energias renováveis, geração e fornecimento de gás natural;
* articulação e realização de visitas às principais empresas do Setor de Infraestrutura localizadas na área de atuação do FNE para prospecção de negócios;
* realização de contato com as empresas vencedoras dos leilões de venda de energia, leilões de concessão dos Aeroportos e outros leilões na área de infraestrutura;
* realização de reuniões sistemáticas com representantes do governo, setores econômicos e instituições representativas de classe, identificando as condições de mercado e demandas atuais e potenciais de crédito, bem como as ações de entidades parceiras que complementem o crédito.

**4.3.6.2 Ações para estimular o atendimento no Semiárido**

Ações sistemáticas têm sido desenvolvidas para elevar a participação do FNE no Semiárido brasileiro. Marcado por secas sistemáticas (caracterizadas por ausência, escassez, alta variabilidade espacial e temporal das chuvas), o Semiárido requer esforço particular para o desenvolvimento de atividades produtivas, principalmente as agropecuárias.

Por isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o BNB realiza esforços adicionais com o objetivo de estimular ações e projetos voltados para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no Semiárido. Neste contexto, projetos que pretendam se desenvolver nesse subespaço recebem atendimento prioritário do FNE, inclusive com limites de financiamento e prazos para pagamento superiores aos daqueles propostos para outras áreas nordestinas de abrangência do Fundo[[3]](#footnote-3).

O FNE Itinerante é um dos instrumentos utilizados pelo BNB para levar o crédito ao Semiárido. Seu objetivo é promover e divulgar, de maneira prática e objetiva, as possibilidades de financiamento com recursos do FNE às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs), especialmente no Setor de Comércio e Serviços. Os municípios prioritários são aqueles que atendem a certos critérios coadunados às prioridades espaciais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), notadamente em relação ao Semiárido.

Realizado desde 2010, o FNE Itinerante tem contado com a parceria do Ministério da Integração Nacional e da Sudene. Configuram-se, prioritariamente, como encontros de informação e atendimento negocial em municípios que não possuem agências do BNB, caracterizados por serem economias menos dinâmicas e, portanto, com pouco registro de operações contratadas com recursos do FNE, e que estejam localizadas em espaços considerados preferenciais, segundo preceitos emanados pela PNDR, em especial o Semiárido.

A avaliação positiva dos eventos tem motivado sua continuidade e ampliação para outros municípios ano a ano, conforme apresentado na Tabela 4.4. Desde sua criação, o instrumento já permitiu a realização de 964 eventos.

**Tabela 4.4 - FNE Itinerante – 2010 - 2018**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Eventos** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **Total** |
| No Semiárido | 9 | 41 | 57 | 84 | 59 | 107 | 144 | 111 | 37 | 649 |
| Fora do Semiárido | 2 | 24 | 11 | 16 | 41 | 82 | 70 | 46 | 23 | 315 |
| **Total** | **11** | **65** | **68** | **100** | **100** | **189** | **214** | **157** | **60** | **964** |
| Fonte: BNB – Ambiente de Políticas de Desenvolvimento. | | | | | | | | | | |

Os eventos do FNE Itinerante são voltados para divulgação das linhas de acesso ao crédito com o uso da fonte FNE. Em tais eventos, realiza-se atendimento presencial pelos Gerentes de Desenvolvimento Territorial e pelas equipes negociais das agências próximas. Na ocasião, acontece cadastramento bancário e agendamento de visitas gerenciais, além de ações de fortalecimento da cooperação com parceiros públicos e privados locais.

Enfim, na qualidade de instituição de desenvolvimento regional, ações e instrumentos diversos têm sido utilizados pelo BNB visando criar as condições ideais para o financiamento do setor produtivo em sua área de atuação. O esforço particular em relação ao Semiárido se deve ao fato de ser esse o território menos desenvolvido e, por conseguinte, o que sofre da maior carência em infraestrutura de produção e fontes de financiamento.

Mesmo diante de um cenário econômico de muitas adversidades, conseguiu-se contratar cerca de R$ 6,7 bilhões na região semiárida nordestina, o que equivale a 151,1% do montante programado para o período. O valor total contratado foi direcionado principalmente para as atividades: bovinocultura; comércio varejista, produção de grãos e comércio atacadista, representando 52,0% do total contratado no Semiárido. O valor contratado no Semiárido, considerando apenas a programação Padrão, equivale a 92,4% do total repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Fundo.

**4.3.6.3 Ações para estimular o atendimento em áreas prioritárias da PNDR**

Além da preocupação com as aplicações dos recursos do FNE no Semiárido, condições diferenciadas e ações têm sido implementadas para estimular o financiamento em áreas prioritárias da PNDR, por meio do atendimento, principalmente, aos beneficiários de menor porte e a captação de novos clientes. Dentre as condições diferenciadas e ações, merecem destaque:

1. limites de financiamento diferenciados para operações de investimento: maiores percentuais para as áreas de menor renda e de menor dinamismo; e limites especiais para o financiamento de empreendimentos localizados no Semiárido e nas RIDEs;
2. limites de financiamento diferenciados para operações de capital de giro isolado, inclusive para empresas exportadoras e maior limite para financiamentos localizados em municípios do Semiárido, de Baixa Renda e de RIDEs;
3. destinação de dotação de recursos específicos na Programação anual para serem aplicados no Semiárido, nos municípios classificados nas tipologias prioritárias da PNDR e nas RIDEs;
4. municípios de tipologias consideradas prioritárias pela PNDR (Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica) contemplados em 95% dos eventos do FNE Itinerante;
5. monitoramento da evolução das aplicações do FNE no âmbito dos espaços prioritários da PNDR (Semiárido, municípios de tipologias consideradas prioritárias e RIDEs), a partir de acompanhamentos semanais, mensais e trimestrais, com vistas a subsidiar as decisões negociais em âmbito estratégico e operacional visando ao cumprimento das metas estabelecidas[[4]](#footnote-4)[1];
6. monitoramento da cobertura das aplicações do FNE no âmbito de todos os municípios da área de atuação do Banco, tanto com operações dos Programas FNE para os agricultores familiares (Pronaf) quanto operações dos outros Programas do FNE (Empresarial), por meio de relatórios semanais/quinzenais/mensais/ trimestrais;
7. ações de mobilização e negociais em municípios considerados de Baixa Renda, de Renda Estagnada e Dinâmica, para prospecção e contratação pelas agências com supervisão das Superintendências Estaduais.

**4.3.6.4 Ações para estimular o atendimento por meio dos escritórios do Rio de janeiro e São Paulo**

Realização de ações de promoção e atração de investimentos realizadas pelos Escritórios do Rio de Janeiro e São Paulo, com o objetivo de prospectar novos negócios e clientes para empreendimentos na Região Nordeste, efetivando contratações de aproximadamente R$ 14 bilhões.

**4.3.6.5 Ações para ampliação e melhoria do atendimento ao público do FNE**

A Tabela 4.5 contém o detalhamento dos atendimentos prestados pelo Centro de Relacionamento com o Cliente e de Informação ao Cidadão (CRCIC) junto aos clientes e usuários. Os números referem-se aos Atendimentos Receptivos e Ativos registrados nos canais (telefônico, e-mail, mídias sociais) e as principais ações realizadas com uso desses canais.

O Atendimento Receptivo (32.565) abrange o recebimento de demandas de clientes e usuários sobre os recursos do FNE, seja para informações em sua maioria, ou reclamações.

O Atendimento Ativo (1.618.818) abrange ações relacionadas aos contatos envolvendo cobranças de parcelas vencidas e a vencer (Recuperação de Crédito, Aviso de reembolso, respectivamente), Pesquisas de Satisfação e campanhas institucionais junto aos clientes.

**Tabela 4.5 - FNE - Atendimentos prestados pelo CRCIC - 2018**

|  |  |
| --- | --- |
| **Tipo de Atendimento** | **Contatos Realizados** |
| **A - ATENDIMENTO RECEPTIVO - Demandas atendidas Telefone e Multimeios** | **32.565** |
| **1. TELEFONE (SAC/CAC)** | **26.210** |
| **2. MULTIMEIOS** | **6.355** |
| 2.1 E-mail | 5.086 |
| 2.2 Facebook | 1.192 |
| 2.3 Instagram | 77 |
| **B.  ATENDIMENTO ATIVO  - Contatos realizados por telefone  e SMS** | **1.618.818** |
| 3.  Telefone | **261.251** |
| 3.1  Campanha Prospecção de Negócios Cartão BNB | 1.738 |
| 3.2  Campanha FIES | 2.447 |
| 3.3  Pesquisa de Mercado FNE - MPE | 308 |
| 3.4  Aviso de Reembolso - Contatos | 227.772 |
| 3.5  Recuperação de Crédito - Contatos | 28.986 |
| 4.  SMS | **1.357.567** |
| 4.1    SMS Aviso de Reembolso - Campanha Agroamigo | 326.555 |
| 4.2    SMS Campanha - FIES para estudantes | 101 |
| 4.3    SMS Campanha - FIES | 515.695 |
| 4.4    SMS Campanha SMS – Parceria FIES 2018.02 | 57 |
| 4.5    SMS Campanha - FIES | 24.226 |
| 4.6    SMS Campanha - FIES - SMS 1 - Pré-aprovado | 499 |
| 4.7    SMS Campanha - FIES - SMS 2 - Sem inclusão de dados do avalista | 28.268 |
| 4.8    SMS Campanha - FIES - SMS 3 - Renda do avalista não foi suficiente | 8.025 |
| 4.9    SMS Campanha -  FNE  R$ 30 Bilhões | 5.958 |
| 4.10  SMS Campanha - Aviso Reembolso FIES | 161 |
| 4.11  SMS Aviso de Reembolso | 196.359 |
| 4.12  SMS Recuperação de Crédito - Cobrança | 251.663 |
| **TOTAL** | **1.651.383** |
| Fonte: Relatórios gerenciais 2018 e Sistema Clarify. |  |

**4.3.6.6 Ações para estimular o atendimento junto às carteiras de segmentos de clientes**

1. em relação ao segmento Corporate:

* realização em São Paulo-SP, no dia 11/01/2018, do I Workshop: Apoio do BNB ao Setor de Infraestrutura, o qual abordou sobre as linhas de crédito disponíveis no BNB para financiamento ao setor de infraestrutura e atualização das taxas de juros do FNE.
* articulação com os principais veículos de comunicação nacional para divulgação do apoio do BNB ao setor de infraestrutura em 2018, resultando na contratação de mais de R$ 16,0 bilhões em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, infraestrutura aeroportuária e saneamento básico.
* realização do IX Encontro de Trabalho com os Gerentes de Negócios Corporate para alinhamento das estratégias empresariais e definição das ações necessárias para consecução das metas corporativas.
* incentivo ao compartilhamento das boas práticas adotadas pelos Gerentes de Negócios Corporate;
* participação em eventos direcionados à geração, transmissão e distribuição de energia.
* disponibilização de material de apoio para estímulo à prospecção de clientes e negócios.
* envio semanal para as Plataformas Corporate e Superintendências Estaduais de Relatório Gerencial para acompanhamento das contratações e cumprimento das metas do Programa de Ação atribuídas às carteiras Corporate.

1. em relação aos segmentos empresariais e governo:

* participação de gestores do segmento empresarial em feiras e eventos de negócios direcionados a empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, com foco na prospecção de novos clientes e divulgação dos produtos do BNB, destacando-se o evento CONOTEL 2018 – Congresso Nacional de Hotéis, ocorrido no período de 16 a 18/05/2018 em Fortaleza, CE, com cerca de 2.000 participantes, onde o Banco se fez presente com palestra e estande de negócios;
* realização de Encontro de Trabalho com os Gerentes de Negócios Empresariais para atualização dos conhecimentos sobre produtos e serviços, intercâmbio de experiências, disseminação de boas práticas e alinhamento com as estratégias corporativas. O encontro de trabalho ocorreu nos dias 03 e 04/05/2018, com a participação de 86 gerentes de negócios das agências e 10 gerentes executivos dos escritórios das Superintendências Estaduais;
* distribuição de material de divulgação das linhas de crédito, produtos e serviços, estimulando a prospecção de novos clientes e negócios;
* acompanhamento dos principais pleitos no âmbito do FNE, visando agilizar a contratação das operações.

1. em relação aos segmentos de micro e pequena empresas:

* realização de 20 encontros de trabalho semestrais junto às superintendências estaduais;
* realização de quatro turmas do curso de vendas para os Gerentes das Carteiras MPE em parceria com a Universidade Corporativa;
* disponibilização de Simuladores de Crédito na página do Banco na Internet;
* produção e distribuição de folders impressos e por meio digital;
* lançamento do Capital de Giro Digital por meio do Internet Banking;
* lançamento do cadastro digital;
* Prêmio Banco do Nordeste da Micro e Pequena Empresa 2018, em sua terceira versão, com o objetivo de reconhecer os resultados dos Estados na área de atuação do Banco do Nordeste. Anualmente, são premiadas 33 MPE's, sendo três em cada estado de atuação do Banco representando os setores: comércio, serviços e indústria;
* ampliação do número de carteiras de clientes MPEs, sendo criadas dez carteiras em 2018;
* capacitação contínua dos profissionais do BNB especializados no atendimento aos clientes MPE;
* promoção de diversos eventos nos municípios, denominados de "Cliente Indica Cliente", objetivando divulgar os produtos e os casos de sucesso, ampliando a prospecção de novos negócios foram realizados 81 eventos em 2018;
* ampliação e diversificação dos canais de atendimento: plataforma *mobile* e agências itinerantes, realizadas nos municípios que não possuem uma agência do BNB em sua sede com a finalidade de cobrir toda a área de atuação do FNE;
* participação em 20 eventos da Semana Nacional do Crédito, promovida em parceria com Sebrae (Serviço de Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e sob a coordenação da Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa;
* implantação do Piloto do Escritório Digital para atendimento de clientes varejo em Fortaleza-CE;
* realização de duas campanhas de mídia nos jornais, rádio e mídias sociais para divulgação das vantagens para MPE.

1. em relação aos segmentos de mini e pequeno agricultor rural e agricultor familiar, o Programa de Microcrédito Agroamigo:

* realização de 391 eventos abrangendo 20.616 participantes sobre os temas A Força da Mulher na Agricultura Familiar; Agroecologia e Alimentos Saudáveis;
* realização de 72 eventos de microfinanças, denominados Acelera Microcrédito, abrangendo 30.000 participantes, propiciando cerca de   
  R$ 30 milhões em negócios;
* realização de encontros de trabalho semestrais junto às superintendências estaduais;
* realização de Curso de Vendas com Foco em Negócios, em parceria com a Universidade Corporativa, para os Gerentes de Negócios das Carteiras PMPR e Agronegócio;
* realização de curso de Crédito Rural, em parceria com a Universidade Corporativa, para os Gerentes de Negócios das Carteiras PMPR e Agronegócio;
* disponibilização de cursos virtuais na Intranet do Banco sobre avaliação de carteiras;
* realização de treinamento para equipe de analistas de venda da empresa JOHN DEERE;
* disponibilização de Simuladores de Crédito (FNE SOL RURAL, FNE INOVAÇÃO RURAL E FNE RURAL-INVESTIMENTO) na página do Banco;
* disponibilização, em parceria com Área de Comunicação, de vídeo sobre a atuação do Banco do Nordeste no Agronegócio;
* criação de mais nove carteiras de pequeno produtor rural;
* lançamento do cadastro digital em parceria com a área de Cadastro;
* lançamento da conta digital em parceria com o Ambiente de Produtos e Serviços Bancários;
* lançamento do programa BNB Agro Inovação que incentiva a incorporação de tecnologias e inovações na área rural em conjunto com a Área de Políticas;
* implantação, pelo Ambiente de Concessão de Crédito, de aplicativos para captura de coordenadas geodésicas (APP BNB-GEO);
* ampliação e diversificação dos canais de atendimento através da realização de agências itinerantes, realizadas nos municípios que não possuem uma agência do BNB em sua sede, com a finalidade de cobrir toda a área de atuação do FNE e, principalmente para divulgação da Lei 13.340;
* participação em eventos para fortalecimento do Agronegócio (Bahia Farm Show, Pec Nordeste, AgriNordeste, Fórum BNB de Desenvolvimento, Expoimp, AgroBalsas, Bom Jesus do Piauí;
* lançamento, em parceria com o Ambiente de Comunicação, de mídias visuais (Elemídia) para novos produtos como: Soluções digitais, FNE Agro Inovação e Aplicativo BNB Geo, a serem divulgados diariamente nas TV’s das Agências.

**4.4 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

**4.4.1 Execução Orçamentária**

Como se pode observar na Tabela 4.6, houve incremento na disponibilidade efetiva em relação ao previsto para o exercício 2018, em virtude do aumento no reembolso das operações, representando em disponibilidade de aplicação o dobro da média contratada em exercícios anteriores.

**Tabela 4.6 - FNE - Execução orçamentária – 2018**

Valores em R$ mil

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Discriminação** | **Previsto** | **Realizado** |
| **ORIGEM DE RECURSOS (A)** | **42.753.994** | **45.401.041** |
| Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior | 22.648.300 | 22.590.576 |
| Ingressos da STN | 7.262.087 | 7.480.547 |
| Reembolsos de Operações (Líquido de Bônus de Adimplência) | 10.786.296 | 13.114.875 |
| Remuneração das Disponibilidades | 1.145.886 | 1.507.276 |
| Cobertura de Risco pelo Risco do BNB | 818.577 | 590.116 |
| Recebimentos de Créditos Baixados como PJ | 65.319 | 94.285 |
| Cobertura de Risco por PROAGRO/F. Aval/F. Risco | 27.529 | 23.366 |
| **APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)** | **-3.556.121** | **-3.514.720** |
| Taxa de Administração | -1.452.417 | -1.351.140 |
| Remuneração sobre Disponibilidaes | 0 | -88.473 |
| Remuneração do BNB sobre Saldos Operações PRONAF | -337.994 | -274.185 |
| Remuneração do BNB sobre Desembolsos Op. PRONAF | -173.035 | -75.643 |
| Prêmio de Performance sobre Reembolsos PRONAF | -35.026 | -56.851 |
| Despesas Auditoria Externa | -58 | -57 |
| Del credere BNB | -1.553.320 | -1.361.113 |
| Del credere Outras Instituições | -4.271 | -3.019 |
| Devolução ao BNB de Valores Renegociados | 0 | -191.175 |
| Bônus/Dispensas/Rebates | 0 | -111.980 |
| Outros | 0 | -1.084 |
| **Disponibilidade total do FNE ( C ) = ( A ) + ( B )** | **39.197.873** | **41.886.321** |
| **Saldo a liberar em 31.12.2017 ( D )** | **-6.895.324** | **-6.895.239** |
| **Disponível para aplicação pelo FNE ( E ) = ( C ) + ( D )** | **32.302.549** | **34.991.082** |
| **Disponível para aplicações de repasses ao BNB ( F )** | **770.000** | **1.000.000** |
| **TOTAL DISPONÍVEL PARA APLICAÇÕES ( G ) = ( E ) + ( F )** | **33.072.549** | **35.991.082** |

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

**4.4.2 Aplicação dos recursos do FNE**

As contratações totais, com recursos do FNE, em 2018, totalizaram R$ 32,6 bilhões, representando um incremento nominal de 104,5%, em relação ao exercício 2017.

A disponibilidade de recursos do FNE para investimentos em infraestrutura, com taxas de juros competitivas, promoveu um salto nas aplicações para este setor, com incremento de 450,9% frente ao contratado no ano passado. Esse dado ratifica o apoio do Banco à retomada da atividade econômica regional, com financiamento a empreendimentos nas atividades de energia, saneamento básico e água, portos e aeroportos.

Em termos de quantidade de operações, foram contratadas, em 2018, 571.288 operações de financiamentos, com cobertura de 100% da área do FNE, ou seja, contratações em todos os 1.990 municípios, nos 11 Estados e setores econômicos.

Seguindo a Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos em 2018 no montante de R$ 16,18 bilhões para os setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Turismo e de Comércio e Serviços, além de valores para o Financiamento Estudantil (P-Fies), sendo a distribuição por estado apresentada na Tabela 4.7.

**Tabela 4.7 – Financiamentos por estado**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| UF | FNE – Exceto Infraestrutura | |
| Valor Contratado  (R$ milhões) | % |
| AL | 757,3 | 4,7 |
| BA | 4.012,1 | 24,8 |
| CE | 2.019,3 | 12,5 |
| Norte ES | 248,9 | 1,5 |
| MA | 1.900,0 | 11,7 |
| Norte MG | 828,7 | 5,1 |
| PB | 869,6 | 5,4 |
| PE | 2.437,6 | 15,1 |
| PI | 1.438,5 | 8,9 |
| RN | 941,9 | 5,8 |
| SE | 728,4 | 4,5 |
| Total geral | 16.182,7 | 100,0 |

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

O crédito para infraestrutura é destinado a financiar projetos para concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Este crédito abrange investimentos em infraestrutura para logística e transporte, saneamento básico, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, energia eólica, recuperação ambiental, etc. Em 2018, foram aplicados R$ 16,47 bilhões para projetos de infraestrutura, conforme segmentação presente na Tabela 4.8.

**Tabela 4.8 - Financiamentos em Infraestrutura por tipo de atividade**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Atividades** | **Infraestrutura** | |
| **Valor Contratado**  **(R$ milhões)** | **%** |
| Energia Eólica | 3.083,86 | 18,7 |
| Saneamento Básico | 1.634,63 | 9,9 |
| Energia Solar | 2.677,61 | 16,3 |
| Aeroportos | 1.208,94 | 7,3 |
| Geração,Transmissão e/ou Distribuição de Energia | 7.007,44 | 42,5 |
| Recuperação Ambiental | 800,00 | 4,9 |
| Petróleo e Gás | 56,54 | 0,3 |
| **Total geral** | **16.469,01** | **100,0** |

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

**4.4.3 Resultados da Programação Padrão**

Do total de recursos aplicados, R$ 16,2 bilhões foram contratados obedecendo a Programação Padrão, valor nominal superior em 31,4% considerando o mesmo período de 2017, quando foram contratados aproximadamente R$ 12,3 bilhões. Observa-se que, do total de 1.649,3 mil beneficiários do FNE, no período em referência, cerca de 98,0% foram atendidos no âmbito do FNE Rural (1.616,9 mil), mantendo-se o mesmo grau de importância de 2017. Percebe-se também a forte presença da Agricultura Familiar, que sozinha representou 96,7% dos beneficiários do FNE, evidenciando a ampliação do acesso ao crédito (Tabela 4.9).

**Tabela 4.9 - FNE - Desempenho operacional - 2018**

| **Setores e Programas** | **Contratações (1)** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº de Operações** | **Quant. Benef.(2)** | **Valor (R$ mil)** | **%** |
| **RURAL** | **538.977** | **1.616.867** | **7.244.123** | **44,8** |
| FNE Rural | 6.793 | 20.338 | 3.620.816 | 22,4 |
| FNE Irrigação | 355 | 1051 | 446.476 | 2,8 |
| PRONAF - Grupo A | 4.479 | 13.437 | 114.827 | 0,7 |
| PRONAF - Demais Grupos - | 527.245 | 1.581.735 | 3.011.442 | 18,6 |
| FNE Verde | 49 | 143 | 28.246 | 0,2 |
| FNE Inovação | 2 | 6 | 1.213 | - |
| FNE Aquipesca | 54 | 157 | 21.104 | 0,1 |
| FNE Profrota Pesqueira | 0 | 0 | - | - |
| **AGROINDUSTRIAL** | **254** | **290** | **305.576** | **1,8** |
| FNE Agrin | 113 | 113 | 280.231 | 1,7 |
| FNE Rural | 0 | 0 | - | 0,0 |
| PRONAF | 15 | 45 | 273 | 0,0 |
| FNE Verde MPE | 5 | 5 | 1.975 | 0,0 |
| FNE MPE | 121 | 127 | 23.097 | 0,1 |
| **INDUSTRIAL** | **3.371** | **3.371** | **2.268.741** | **14,1** |
| FNE Industrial | 805 | 805 | 1.157.486 | 7,2 |
| FNE Verde | 75 | 75 | 77.433 | 0,5 |
| FNE Inovação | 11 | 11 | 700.594 | 4,3 |
| FNE MPE | 2.480 | 2.480 | 333.228 | 2,1 |
| **TURISMO** | **585** | **585** | **518.805** | **3,1** |
| FNE Proatur | 72 | 72 | 427.863 | 2,6 |
| FNE MPE | 36 | 36 | 7.166 | 0,0 |
| FNE MPE - Turismo | 477 | 477 | 83.776 | 0,5 |
| **COMÉRCIO E SERVIÇOS** | **27.962** | **28.157** | **5.847.096** | **36,2** |
| FNE Comércio e Serviços | 4.609 | 4.687 | 3.544.194 | 21,9 |
| FNE Verde | 477 | 477 | 73.101 | 0,5 |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| FNE Inovação | 16 | 16 | 48.725 | 0,3 |
| FNE MPE | 22.629 | 22.746 | 2.179.512 | 13,5 |
| **Total** | **570.918** | **1.649.039** | **16.182.777** | **100,0** |

Fontes: BNB – Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito e BNB - Ambiente da Administração das Centrais de Crédito. Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, considerando parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Considera-se que cada operação no âmbito do Pronaf beneficia, em média, três pessoas; no âmbito das cooperativas, 60 pessoas; 40 pessoas no das associações; e uma pessoa no âmbito de todas as demais categorias/portes.

O Programa FNE Comércio e Serviços mantém destaque, entre os diversos programas, realizando 154,4% da meta estabelecida. Merecem registro o FNE-Inovação e o FNE Rural, que cumpriram, respectivamente, 135,2% e 133,4% da programação (Tabela 4.10).

**Tabela 4.10 - FNE - Contratações por programa - Programado x Realizado – 2018**

Valores em R$ mil

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Programa de Financiamento** | **Quant. de operações** | **Valor** | **Valor** | **( A / B) %** |
| **Contratado (A)** | **Programado (B)** |
| FNE Rural | 6.793 | 3.620.816 | 2.715.000 | 133,4 |
| FNE Irrigação | 355 | 446.476 | 405.000 | 110,2 |
| PRONAF | 531.739 | 3.126.541 | 3.005.000 | 104,0 |
| FNE Verde | 642 | 187.921 | 495.000 | 38,0 |
| FNE Inovação | 29 | 750.532 | 555.000 | 135,2 |
| FNE Aquipesca | 54 | 21.104 | 65.000 | 32,5 |
| FNE Agrin | 113 | 280.231 | 380.000 | 73,8 |
| FNE MPE | 25.707 | 2.619.613 | 2.545.000 | 102,9 |
| FNE Industrial | 805 | 1.157.486 | 1.910.000 | 60,6 |
| FNE Proatur | 72 | 427.863 | 430.000 | 99,5 |
| FNE Comércio e Serviços | 4.609 | 3.544.194 | 2.295.000 | 154,4 |
| **Total** | **570.918** | **16.182.777** | **14.800.000** | **109,3** |
| Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. | | | | |

Todos os estados da área de atuação do FNE, excetuando o Espírito Santo, contrataram observando o piso estabelecido na Programação Anual do Fundo, equivalente a 4,5%, sem ultrapassar o teto de 30,0%. Os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, e Piauí responderam por 73,0% das contratações, conforme a Tabela 4.11. É oportuno ressaltar que apesar da maior quantidade de recursos ter sido contratada pelos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, o que decorre do maior peso de suas economias, outros estados como Piauí e Maranhão absorveram recursos do FNE em uma proporção maior do que a de seus respectivos PIBs, quando se comparam percentualmente esses valores em relação ao Nordeste, conforme Tabela 4.11. Isso demonstra o esforço do BNB no sentido de diminuir a concentração de renda na Região.

**Tabela 4.11 - FNE - Contratações por UF - Programado x Realizado - 2018**

Valores em R$ mil

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Estado** | **Programado** | | **Contratado** | | **(B / A)**  **%** | **PIB NE %** |
| **Valor (A)** | **%** | **Valor (B)** | **%** |
| AL | 665.000 | 4,5 | 757.391 | 4,7 | 113,9 | 5,5 |
| BA | 3.365.000 | 22,7 | 4.012.137 | 24,8 | 119,2 | 28,8 |
| CE | 2.280.000 | 15,4 | 2.019.327 | 12,5 | 88,6 | 15,4 |
| Norte ES | 350.000 | 2,4 | 248.947 | 1,5 | 71,1 |  |
| MA | 1.535.000 | 10,4 | 1.900.083 | 11,7 | 123,8 | 9,5 |
| Norte MG | 875.000 | 5,9 | 828.700 | 5,1 | 94,7 |  |
| PB | 865.000 | 5,8 | 869.602 | 5,4 | 100,5 | 6,6 |
| PE | 2.155.000 | 14,6 | 2.437.651 | 15,1 | 113,1 | 18,6 |
| PI | 1.240.000 | 8,4 | 1.438.560 | 8,9 | 116 | 4,6 |
| RN | 805.000 | 5,4 | 941.950 | 5,8 | 117 | 6,6 |
| SE | 665.000 | 4,5 | 728.429 | 4,5 | 109,5 | 4,3 |
| **Total** | **14.800.000** | **100** | **16.182.777** | **100** | **109,3** | **100,0** |
| Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito | | | | | | |
| Nota: Conforme aprovado pelo Condel não foi projetada distribuição para projetos de Infraestrutura por estado. | | | | | | |

Na Tabela 4.12, são apresentadas as contratações por setor de produção e por estado realizadas em 2018. O Estado da Bahia lidera o volume total de contratações como também nos setores pecuária (bovinocultura), agricultura (produção de grãos) e comércio e serviços. O Estado de Pernambuco lidera as contratações nos setores Agroindústria e Indústria, principalmente pelo financiamento à indústria de produtos farmacêuticos e defensivos agrícolas, e o Estado do Rio Grande do Norte lidera as contratações no Turismo. As atividades rurais destacam-se pelo volume contratado de R$ 7,2 bilhões, montante que representa 44,8% do total de recursos contratados. O setor de Comércio e Serviços é o segundo setor que mais recebeu recursos, sendo o mais financiado nos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

**Tabela 4.12 - FNE - Contratações por UF e Setor – 2018**

Valores em R$ mil

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Estado** | **Pecuária** | **Agricultura** | **Agroindústria** | **Industria** | **Turismo** | **Comercio**  **e serviços** | **Total geral** |
| AL | 172.240 | 93.234 | 46.031 | 69.963 | 52.981 | 322.943 | 757.391 |
| BA | 681.312 | 1.385.134 | 46.414 | 379.197 | 79.713 | 1.440.367 | 4.012.137 |
| CE | 391.438 | 146.427 | 6.970 | 425.004 | 48.318 | 1.001.170 | 2.019.327 |
| Norte ES | 17.116 | 50.998 | 1.861 | 99.302 | 410 | 79.258 | 248.947 |
| MA | 638.951 | 661.856 | 705 | 50.030 | 5.159 | 543.382 | 1.900.083 |
| Norte MG | 375.689 | 182.523 | 3.500 | 73.643 | 294 | 193.051 | 828.700 |
| PB | 280.481 | 52.821 | 28.263 | 71.559 | 13.266 | 423.213 | 869.602 |
| PE | 374.325 | 310.443 | 109.626 | 863.261 | 136.588 | 643.408 | 2.437.651 |
| PI | 394.785 | 568.645 | 20.996 | 52.767 | 5.097 | 396.271 | 1.438.560 |
| RN | 179.315 | 69.275 | 8.153 | 81.544 | 168.764 | 434.899 | 941.950 |
| SE | 117.079 | 100.035 | 33.058 | 102.471 | 8.215 | 367.571 | 728.429 |
| **Total** | **3.622.733** | **3.621.390** | **305.576** | **2.268.741** | **518.805** | **5.845.532** | **16.182.777** |

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

As principais finalidades do crédito do FNE foram investimento rural, com contratações na ordem de R$ 4,2 bilhões, principalmente na atividade de bovinocultura e na produção de grãos, seguindo-se a aquisição isolada de matéria-prima e insumos, com R$ 3,3 bilhões (Tabela 4.13).

**Tabela 4.13 - FNE - Contratações por finalidade do crédito - 2018**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Finalidade** | **Quant.** | **Valor**  (**R$ mil)** |
| Aquisição isolada - móveis e utensílios | 182 | 9.929 |
| Capital de giro | 5 | 5.287 |
| Comercialização | 104 | 175.002 |
| Custeio | 45.226 | 2.878.164 |
| Investimento rural | 493.659 | 4.191.459 |
| Investimentos fixos | 1.292 | 1.193.463 |
| Não especificada | 25 | 146.157 |
| NE Export - Aquisição isolada de insumos, matéria-prima | 49 | 188.782 |
| Aquisição isolada - matéria-prima, insumos ou mercadorias | 20.005 | 3.264.983 |
| Investimento Misto (fixo + capital de giro) | 3.373 | 2.676.855 |
| Aquisição isolada - matérias-primas ou mercadorias | 1 | 100 |
| Aquisição isolada de máquinas, veículos ou equipamentos | 6.445 | 1.346.061 |
| Investimentos Fixos e semifixos | 1 | 20.067 |
| Financiamento integrado FNE Sol | 6 | 1.615 |
| Aquisição isolada FNE Sol | 532 | 83.555 |
| Aquisição isolada FNE Prêmio Seguro | 12 | 173 |
| FGPP | 1 | 1.125 |
| **Total** | **570.918** | **16.182.777** |
| Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. | | |

No presente exercício, o desempenho das contratações do FNE ultrapassou a meta estabelecida de destinar o mínimo de 51,0% aos empreendimentos de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes, com 54,9% do montante contratado, bem como o mínimo de 30,0% para mini, micro e pequeno portes, para os quais foram destinados 44,6% dos recursos. (Tabela 4.14). O Estado da Bahia liderou as contratações com mini, pequeno, pequeno-médio e médio portes, enquanto o Ceará liderou com os mutuários de porte micro, e Pernambuco liderou as contratações com os mutuários de grande porte.

**Tabela 4.14 - FNE - Contratações por porte do mutuário e estado - 2018**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Valores em R$ mil | | | | | | |
| **Estado** | **Micro** | **Mini** | **Pequeno** | **Pequeno-médio** | **Médio** | **Grande** | **Total** |
| AL | 9.125 | 181.644 | 122.005 | 42.417 | 256.645 | 145.555 | 757.391 |
| BA | 43.779 | 716.442 | 836.416 | 464.800 | 778.839 | 1.171.861 | 4.012.137 |
| CE | 57.839 | 493.225 | 428.691 | 158.498 | 296.523 | 584.551 | 2.019.327 |
| Norte ES | 3.380 | 9.713 | 76.601 | 48.738 | 33.943 | 76.572 | 248.947 |
| MA | 18.848 | 464.266 | 431.637 | 234.428 | 264.688 | 486.216 | 1.900.083 |
| Norte MG | 18.198 | 309.675 | 231.207 | 93.032 | 66.189 | 110.399 | 828.700 |
| PB | 17.821 | 296.539 | 187.251 | 69.594 | 86.561 | 211.836 | 869.602 |
| PE | 39.038 | 402.416 | 410.923 | 166.044 | 243.722 | 1.175.508 | 2.437.651 |
| PI | 23.039 | 390.538 | 195.178 | 224.528 | 293.639 | 311.638 | 1.438.560 |
| RN | 27.211 | 196.835 | 235.574 | 98.208 | 142.368 | 241.754 | 941.950 |
| SE | 19.917 | 154.244 | 161.888 | 66.373 | 84.166 | 241.841 | 728.429 |
| **Total** | **278.195** | **3.615.537** | **3.317.371** | **1.666.660** | **2.547.283** | **4.757.731** | **16.182.777** |
| Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. | | | | | | | |

**4.4.4 Resultados nas Aplicações Pronaf**

As contratações realizadas no âmbito do Pronaf, em 2018, alcançaram o patamar de 531.739 operações e recursos da ordem de R$ 3,1 bilhões (Tabela 4.15), elevando em 9,5% o volume de recursos contratados, em relação ao exercício anterior, quando o montante absorvido pelo Programa foi de aproximadamente R$ 2.855,6 milhões. No recorte dessas contratações por unidades da federação, destacam-se os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Maranhão que, juntos, responderam por 67,9% do montante contratado no período.

O Pronaf Grupo B[[5]](#footnote-5) contratou 92,5% do total das operações no âmbito do Pronaf, cujos financiamentos, são operacionalizados segundo a metodologia de microcrédito rural denominada Agroamigo, construída em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO). O estado que mais contratou foi a Bahia, englobando 21,3% dos recursos totais, aplicando 47,9% desses recursos na bovinocultura.

**Tabela 4.15 - FNE – Contratações no âmbito do Pronaf por estado - 2018**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Valores em R$ mil |
| **Estado** | **Quant.** | **Valor** |
| AL | 28.028 | 159.776 |
| BA | 116.439 | 666.778 |
| CE | 67.234 | 399.181 |
| Norte ES | 234 | 6.302 |
| MA | 55.382 | 346.007 |
| Norte MG | 50.679 | 281.589 |
| PB | 49.692 | 273.580 |
| PE | 56.880 | 356.337 |
| PI | 60.570 | 354.638 |
| RN | 28.676 | 166.252 |
| SE | 17.925 | 116.101 |
| **Total** | **531.739** | **3.126.541** |
| Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. | | |

**4.4.5 Resultados no Financiamento Estudantil**

Foram contratadas 231 operações na modalidade de financiamento estudantil, aproximadamente R$ 1,6 milhão (Tabela 4.16). O Estado do Ceará contratou o equivalente a 37,7% das operações e 44,9% do valor total.

**Tabela 4.16 - FNE - Contratações na modalidade FIES - por UF - 2018**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UF** | **Quantidade** | **%** | **Valor (R$ mil)** | **%** |
| Bahia | 30 | 13,0 | 183.848 | 11,8 |
| Ceará | 87 | 37,7 | 701.857 | 44,9 |
| Maranhão | 24 | 10,4 | 125.158 | 8,0 |
| Norte de Minas Gerais | 2 | 0,9 | 17.583 | 1,1 |
| Paraíba | 17 | 7,4 | 123.730 | 7,9 |
| Pernambuco | 11 | 4,8 | 66.346 | 4,2 |
| Piauí | 31 | 13,4 | 167.871 | 10,7 |
| Rio Grande do Norte | 4 | 1,7 | 36.334 | 2,3 |
| Sergipe | 25 | 10,8 | 141.205 | 9,0 |
| **Total** | **231** | **100,0** | **1.563.932** | **100,0** |

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

**4.4.6 Resultados dos Financiamentos em Infraestrutura**

O Banco do Nordeste por meio do FNE vem, gradualmente, aumentado os recursos destinados à Infraestrutura. Para o ano de 2018, foi disponibilizado o montante de R$ 14,5 bilhões, sendo aplicado aproximadamente R$ 16,5 bilhões (Gráfico 4.2), equivalente, a 113,6% do total programado.

**Gráfico 4.2 – FNE 2018 – programado x Realizado no Setor de Infraestrutura**

em R$ milhões

Fonte: BNB - ETENE, com dados do Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

O Setor de Infraestrutura contratou com recursos dos programas FNE Proinfra e FNE Verde, valores que correspondem a 91,6% e 8,4%, respectivamente. Destaca-se a participação dos Estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, que juntos contrataram 72,8% do total do setor (Tabela 4.17).

As 139 operações do FNE contratadas no Setor de Infraestrutura foram distribuídas da seguinte forma: 51,5% nos municípios caracterizados como economia Estagnada, 25,0% nos municípios de Alta Renda, 19,6% nos de tipologia Dinâmica e 3,9% nos de Baixa Renda. Esse resultado demonstra a preocupação do Banco do Nordeste com as regiões prioritárias da PNDR, utilizando o Fundo Constitucional como instrumento dinamizador da economia, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

**Tabela 4.17- FNE - Infraestrutura - Programas por UF – 2018**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **UF** | **Programa** | **Quantidade** | **Valor**  **(R$ mil)** |
| AL | PROINFRA | 3 | 352.682 |
| BA | PROINFRA | 34 | 5.223.289 |
| CE | PROINFRA | 21 | 2.457.244 |
| ES | PROINFRA | 1 | 91.902 |
| MA | PROINFRA | 10 | 873.995 |
| MG | PROINFRA | 8 | 1.459.853 |
| PB | PROINFRA | 6 | 545.130 |
| PE | PROINFRA | 14 | 2.092.686 |
| PI | PROINFRA | 16 | 1.083.920 |
| RN | FNE VERDE-INFRAESTRUTURA | 1 | 88.061 |
| PROINFRA | 19 | 2.123.496 |
| SE | PROINFRA | 6 | 76.748 |
| **Total** | | **139** | **16.469.006** |

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

A Tabela 4.18 apresenta a distribuição das contratações por atividade, no setor de Infraestrutura. Destaque para a produção e distribuição de eletricidade, gás e água – notadamente a produção de energia elétrica – que tende a contribuir para a sustentação da retomada do crescimento regional, após a fase mais aguda da crise 2015/2016.

**Tabela 4.18 - Contratações por Atividade Financiada – Infraestrutura – 2018**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **UF** | **Atividade** | **Quantidade** | **Valor** |
| AL | Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água | 2 | 218.124 |
|  | Saneamento Básico | 1 | 134.558 |
| BA | Ativs. Aux.Transportes | 1 | 516.718 |
|  | Infraestrutura p/Energia Elétrica e Comunicações | 3 | 800.000 |
|  | Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água | 28 | 3.315.324 |
|  | Saneamento Básico | 2 | 591.247 |
| CE | Ativs .Aux.Transportes | 1 | 692.218 |
|  | Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água | 18 | 1.600.291 |
|  | Saneamento Básico | 2 | 164.735 |
| ES | Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água | 1 | 91.902 |
| MA | Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água | 10 | 873.995 |
| MG | Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água | 7 | 1.443.435 |
|  | Serv. Aux. Adm.Empresas | 1 | 16.418 |
| PB | Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água | 6 | 545.130 |
| PE | Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água | 12 | 1.514.214 |
|  | Saneamento Básico | 2 | 578.472 |
| PI | Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água | 16 | 1.083.920 |
| RN | Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água | 20 | 2.211.557 |
| SE | Prod. e Distrib..Eletricidade, Gás e Água | 6 | 76.748 |
| **Total** |  | **139** | **16.469.006** |

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.

A região semiárida foi atendida com 58,1% dos recursos contratados no âmbito do FNE no setor Infraestrutura (Tabela 4.19). Foram 93 operações contratadas no Semiárido, financiando investimentos fixos voltados para implantação de usinas para produção, geração e distribuição de energia eólica ou solar.

**Tabela 4.19 - FNE - Infraestrutura - contratações no Semiárido- 2018**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Região** | **Quantidade de operações** | **Valor contratado**  (R$ mil) | **% sobre total** |
| Semiárido | 93 | 9.561.346 | 58,1 |
| Fora semiárido | 46 | 6.907.660 | 41,9 |
| **Total** | **139** | **16.469.006** | **100%** |

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito

**4.5 RISCOS ESTRATÉGICOS E FATORES DE INFLUÊNCIAS**

A gestão de riscos estratégicos tem como objetivo evidenciar os riscos assumidos em decorrência dos objetivos e metas adotadas e, principalmente, das formas de gestão destes riscos para mitigar e/ou eliminar efeitos negativos prejudiciais à Empresa.

A análise de riscos estratégicos é a primeira etapa da metodologia de gestão de riscos estratégicos. Esta fase visa escolher variáveis que apresentem elevados níveis de incerteza e alto impacto para a organização, obtendo-se um número gerenciável de variáveis a serem acompanhadas.

O Banco do Nordeste escolheu duas incertezas críticas, apresentadas no Quadro 4.3, para projetar os cenários positivos e negativos decorrentes dos fatores internos e externos que podem afetar seu desempenho.

**Quadro 4.3 - Incertezas críticas**

|  |  |
| --- | --- |
| F1 | Haverá recuperação da economia e queda da inflação ou haverá aumento da inflação e da recessão nos próximos cinco anos? |
| F2 | O BNB conseguirá realizar as transformações organizacionais para realizar a Agenda para o Banco do Século XXI ou apenas manterá suas operações, produtos e serviços atuais nos próximos cinco anos? |

**4.6 JUSTIFICATIVAS PARA O RESULTADO: DESEMPENHO DA ECONOMIA[[6]](#footnote-6)**

Em 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil registrou modesto crescimento, 1,1% em relação a 2017, conforme especificado no Quadro 4.4. A expansão do PIB resultou do incremento de 1,1% do Valor Adicionado a preços básicos e da alta de 1,4% no volume dos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios.

O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (0,1%), Indústria (0,6%) e Serviços (1,3%). As informações são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Quadro 4.4 - Taxa de Crescimento do PIB - últimos quatro trimestres (2017-2018)**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores (%)** | | **2017.IV** | **2018.I** | **2018.II** | **2018.III** | **2018.IV** |
|
| **PIB a preços de mercado** | | 1,1 | 1,3 | 1,4 | 1,4 | **1,1** |
| **Ótica da produção** | Valor adicionado bruto da agropecuária | 12,5 | 5,5 | 1,8 | 0,4 | **0,1** |
| Valor adicionado bruto da indústria | -0,5 | 0,3 | 1,0 | 1,3 | **0,6** |
| Valor adicionado bruto dos serviços | 0,5 | 1,3 | 1,5 | 1,5 | **1,3** |
| **Ótica da demanda** | Despesa de consumo das famílias | 1,4 | 2,3 | 2,6 | 230 | **1,9** |
| Despesa de consumo do governo | -0,9 | -0,3 | -0,1 | 0,2 | **0,0** |
| Formação bruta de capital fixo | -2,5 | -0,6 | 2,0 | 4,3 | **4,1** |
| Exportação de bens e serviços | 5,2 | 6,1 | 4,6 | 3,3 | **4,1** |
| Importação de bens e serviços (-) | 5,0 | 4,6 | 7,0 | 9,1 | **8,5** |

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

No acumulado do ano, o PIB em valores correntes totalizou R$ 6,8 trilhões, dos quais R$ 5,8 trilhões se referem ao VA a preços básicos e R$ 994,5 bilhões aos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. O PIB *per capita,* por sua vez**,** alcançou R$ 32.747 em valores correntes em 2018, implicando em pequeno avanço em termos reais de 0,3% em relação a 2017.

Após o crescimento recorde de 2017, a Agropecuária obteve variação positiva de apenas 0,1% em 2018, decorrente, principalmente, do desempenho da agricultura, com destaque para o café (+29,4%), algodão (+28,4%), trigo (+25,1%) e soja (+2,5%). Por outro lado, houve quedas em importantes lavouras, a exemplo do milho (-18 ,3%), laranja (-10,7%), arroz (-5,8%) e cana de açúcar (-2,0%).

Na Indústria, cabe mencionar o desempenho da atividade Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que cresceu 2,3% em relação a 2017. Por outro lado, a Construção declinou 2,5%.

A Indústria de Transformação, por sua vez, avançou 1,3% em 2018. O resultado foi influenciado, principalmente, pelas altas em veículos automotores, papel e celulose, farmacêutica, metalurgia e máquinas e equipamentos.

A Indústria Extrativa obteve expansão de 1,0% em relação a 2017, devido à alta da extração de minérios ferrosos.

Todas as atividades que compõem os Serviços apresentaram variação positiva. Atividades imobiliárias avançaram 3,1%, seguida por Comércio (+2,3%), Transporte, armazenagem e correio (+2,2%), Outras atividades de serviços (+1,0%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (+0,4%), Informação e comunicação (+0,3%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (+0,2%).

Entre os componentes da demanda interna, verificou-se avanço do Consumo das Famílias (+1,9%) e da Formação Bruta de Capital Fixo-FBCF (+4,1%), resultado positivo após uma sequência de 4 anos negativos. O Consumo do Governo se manteve estável (0,0%).

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 4,1%, enquanto as Importações de Bens e Serviços avançaram 8,5%.

Apesar da situação ainda precária no mercado de trabalho, o consumo das famílias brasileiras foi o principal motor da economia em 2018. Além do crescimento da massa salarial real, o consumo foi impulsionado pelo avanço nas concessões de crédito para pessoas físicas, por um alívio nas taxas de juros e pelo nível controlado de inflação.

O mercado de trabalho é a principal alavanca do consumo familiar. Além da taxa de desemprego elevada (11,6% em dezembro de 2018), existe preocupação com a subutilização da força de trabalho. A informalidade e o número de desalentados e subocupados finalizaram 2018 em níveis recordes.

O consumo das famílias puxou também a alta de 1,3% no PIB de serviços em 2018. O destaque foi justamente a atividade de comércio, que avançou 2,3%.

Por sua vez, a indústria e os investimentos registraram em 2018 o primeiro desempenho positivo no PIB, após quatro anos de queda. O PIB industrial subiu moderadamente, 0,6% ante 2017. A FBCF, a conta dos investimentos no PIB, cresceu 4,1%, mas o avanço foi inflado pela incorporação contábil de plataformas de petróleo, sem efeito real. A taxa de investimento (15,8% do PIB) permanece abaixo do pico (20,9%, em 2013).

A questão contábil está relacionada com uma mudança nas regras do Repetro, programa de incentivo tributário ao setor de petróleo e gás, que levou à incorporação, nas estatísticas de investimentos e importações no PIB, de aportes feitos pelas petroleiras em anos anteriores. Em 2017, os dados da FBCF ficaram subestimados e em 2018 foram superestimados.

Assim, o crescimento real dos investimentos foi em torno de 2,0% em 2018, desconsiderado o efeito contábil. A crise econômica na Argentina, importante parceiro comercial do Brasil, as incertezas eleitorais, além da crise fiscal enfrentada por governos de todas as esferas levou a cortes nos investimentos públicos, especialmente no que refere a obras de infraestrutura.

A suspensão de investimentos em infraestrutura é o principal responsável pelo desempenho negativo da indústria da construção civil. O PIB da construção recuou 2,5% em 2018, quinto ano seguido de queda, puxando para baixo do desempenho geral da atividade industrial.

Apesar do crescimento em 2018, a atividade econômica ainda está 5,1% abaixo do pico, registrado no primeiro trimestre de 2014. Embora o crescimento anual tenha sido o mesmo em 2017 (+1,1%) e 2018 (+1,1%), as quedas nos dois anos imediatamente anteriores foram mais expressivas: -3,5% em 2015 e -3,3% em 2016.

Entre as regiões do País, quatro apresentaram crescimento em 2018: Norte (+2,2%), Sul (+1,7%), Sudeste (+1,2%) e Centro-Oeste (+0,8%).

Por outro lado, o índice de atividade do Nordeste contraiu 0,5% em 2018, o que demonstra dificuldade na retomada da atividade econômica nessa Região. Nos últimos quatro anos, somente em 2017 (+0,5%) verificou-se variação positiva no referido indicador nordestino.

Quanto aos Estados que mais influenciaram no resultado do PIB, o índice de atividade da Bahia cresceu 2,4% em 2018, em razão, fundamentalmente, do desempenho da indústria e do varejo. A produção física industrial baiana subiu 0,8% no ano em análise, com destaque para a produção de bebidas (+10,1%) e fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (+7,9%). O varejo ampliado baiano, conforme o IBGE, registrou crescimento de 1,5% em 2018, cabendo mencionar a expansão do comércio de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+13,0%), artigos de uso pessoal e doméstico (+11,0%) e veículos, motocicletas, partes e peças (+6,7%). O volume de serviços, por sua vez, recuou 3,3% no período em análise.

No Ceará, o índice de atividade econômica subiu 1,0% em 2018. A produção industrial cearense teve crescimento modesto nos últimos meses, de forma que apresentou leve acréscimo de 0,4% em 2018. Cinco dos onze ramos investigados apresentaram elevação na produção em 2018, sendo a principal contribuição positiva assinalada pela fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+55,2%). O varejo ampliado cearense avançou 2,7% em 2018, especialmente motivado pelo desempenho das vendas de eletrodomésticos (+7,5%), artigos de uso pessoal e doméstico (6,8%) e veículos, motocicletas, partes e peças (+6,5%). Os serviços, por sua vez, recuaram -7,1%.

Em Pernambuco, o índice de atividade cresceu 0,8%, no acumulado de 2018, em razão do desempenho do comércio, e de forma mais relevante, do aumento da produção física industrial nesse Estado. O volume de vendas do varejo ampliado (+1,7%) foi impulsionado pelo volume de vendas de veículos, motocicletas, partes e peças, que subiu 11,0%. A produção industrial pernambucana avançou 4,1% em 2018, tendo sete das onze atividades pesquisadas apresentado crescimento na produção. As atividades de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+20,0%) e fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (+16,2%), registraram desempenhos mais robustos. Os serviços, por sua vez, recuaram -1,0%.

Apesar dos avanços nos indicadores de atividade econômica da Bahia (+2,4%), Ceará (+1,0) e Pernambuco (+0,8%), detentores da maior parcela da atividade econômica do Nordeste, o índice de atividade da Região (-0,5%) apresentou-se negativo.

O fraco desempenho do setor de serviços em todas as Unidades Federativas da Região contribuiu para o resultado global do Nordeste. Além disso, cabe mencionar que persistem diferenças metodológicas no cálculo dos índices de atividades do Brasil, regiões e Estados, podendo resultar em certa discrepância entre as taxas de crescimento das diferentes Unidades Federativas.

**4.7 DESAFIOS REMANESCENTES E PRÓXIMOS PASSOS**

A análise das informações internas e externas evidenciou os principais desafios corporativos para os próximos anos:

1. ter excelência no atendimento e no relacionamento com os clientes;
2. fortalecer as gerências de vendas;
3. ampliar o atendimento digital;
4. assegurar a qualidade dos produtos e serviços;
5. ampliar a captação de novos tipos de negócios;
6. ampliar a rentabilidade por cliente;
7. dar especial atenção às regiões mais dinâmicas, como cidades-polo ou cidades médias, inseridas em regiões menos desenvolvidas, aproveitando o efeito transbordamento;
8. fomentar a adoção de novas tecnologias de forma concomitante a capacitação da mão de obra, de modo a elevar a produtividade das empresas beneficiadas;
9. apoiar projetos de Infraestrutura que reduzam os custos de transação dentro da Região.

Para 2019, o cenário é desafiador face à expectativa de aplicação de recursos prevista para o ano, o que fortalece o propósito do Banco em ampliar estratégias internas e externas, em cooperação com as demais entidades que participam da alavancagem do desenvolvimento regional, promovendo o necessário suporte creditício para as atividades produtivas.

Desta forma, a mensagem que o Banco do Nordeste traz para a sociedade e seu corpo funcional é que a melhor estratégia é estar preparado para o futuro, ressaltando assim a necessidade de modernizar-se constantemente em prol do desenvolvimento regional.

Neste sentido, dentre as principais diretrizes que nortearão o Planejamento Estratégico no período de 2019 a 2023 estão:

1. Fazer o FNE cada vez melhor;
2. Avançar na liderança do Microcrédito;
3. Ser o Banco da micro, pequena e média empresa do Nordeste;
4. Inovar em processos, produtos e serviços;
5. Valorizar as competências humanas.

Adicionalmente, a partir de 2019, foi instituído outro elemento estratégico denominado de ‘Trilhas da Estratégia’ que consiste em um conjunto de orientações que contribuem de forma transversal para a realização das diretrizes estratégicas no que concerne a clientes e negócios, pessoas, produtos e serviços, tecnologia e processos.

**CAPÍTULO 5** **ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

**5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**5.1.1 Restos a pagar de exercícios anteriores**

**Quadro 5.1 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores**

Valores em R$ 1,00

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Restos a pagar não processados** | | | | |
| **Ano de inscrição** | **Montante**  **01/01/2018** | **Pagamento** | **Cancelamento** | **Saldo a pagar 31/12/2018** |
| 2017 | 517.979.356,75 | 262.443.110,55 | 255.536.246,20 | 0,00 |
| ... | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ... | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

**5.1.1.1 Análise crítica**

A inscrição em Restos a Pagar segue as orientações da STN. Em 01/01/2018 foi registrado valor em Restos a Pagar relativo à estimativa de arrecadação, fornecida pela STN, para o terceiro decêndio do mês de dezembro de 2017, cuja transferência dos recursos para o FNE ocorreu no final do primeiro decêndio do mês de janeiro 2018. Não há registro de Restos a Pagar com inscrições anteriores a 2017. Do montante inscrito em 01/01/2018, foi cancelado o valor de R$ 255.536.246,20, com pagamento de R$ 262.443.110,55.

**5.1.2 Informações sobre a execução das despesas**

**Quadro 5.2 - Despesas por modalidade de contratação**

Valores em R$ 1,00

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Modalidade de contratação** | **Despesa Executada** | | | | **Despesa paga** | | | |
| **2018** | **%** | **2017** | **%** | **2018** | **%** | **2017** | **%** |
| **1. Modalidade de Licitação** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| a) Convite |  |  |  |  |  |  |  |  |
| b) Tomada de Preços |  |  |  |  |  |  |  |  |
| c) Concorrência |  |  |  |  |  |  |  |  |
| d) Pregão |  |  |  |  |  |  |  |  |
| e) Concurso |  |  |  |  |  |  |  |  |
| f) Consulta |  |  |  |  |  |  |  |  |
| g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **2. Contratações Diretas (h+i)** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| h) Dispensa |  |  |  |  |  |  |  |  |
| i) Inexigibilidade |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **3.Regime de Execução Especial** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| j) Suprimento de Fundos |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **4. Pagamento de Pessoal (k+l)** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| k) Pagamento em Folha |  |  |  |  |  |  |  |  |
| l) Diárias |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **6. Total das Despesas da UPC** | **7.416.914.906,00** | **100** | **7.291.130.936,00** | **100** | **7.218.103.712,57** | **100** | **6.773.151.579,25** | **100** |

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

**5.1.2.1 Análise crítica**

Os valores registrados no item **6.Total das Despesas da UPC** referem-se aos recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o FNE, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), destinados à aplicação em financiamentos ao setor produtivo da Região Nordeste (Quadros 5.2 e 5.3), na forma da Lei nº 7.827/1989.

Observou-se um crescimento de 1,73% na Despesa Executada e de 6,57% na Despesa Paga, em face do crescimento das liberações de recursos.

**Quadro 5.3 - Despesas por grupo e elemento de despesa**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Despesas Correntes** | | | | | | | | | | | |
| **Grupos de Despesa** | | **Empenhada** | | **Liquidada** | | **RP não processados** | | | **Valores Pagos** | | |
| **2018** | **2017** | **2018** | **2017** | **2018** | | **2017** | **2018** | **2017** | |
| 1. Despesas de Pessoal | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| Nome do elemento de despesa | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| ... | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| Demais elementos do grupo | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| Nome do elemento de despesa | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| ... | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| Demais elementos do grupo | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| 3. Outras Despesas Correntes | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| Nome do elemento de despesa | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| ... | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| Demais elementos do grupo | |  |  |  |  |  | |  |  |  | |
| continua | | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | |
| continuação do Quadro 5.3 | | | | | | | | | | | |
| **Despesas de Capital** | | | | | | | | | | | |
| **Grupos de Despesa** | **Empenhada** | | | **Liquidada** | | | **RP não Processados** | | **Valores Pagos** | | |
| **2018** | | **2017** | **2018** | **2017** | | **2018** | **2017** | **2018** | | **2017** |
| 4. Investimentos |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| ... |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| ... |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| Demais elementos do grupo |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| 5. Inversões Financeiras | 7.416.679.319,00 | | 7.291.130.936,00 | 7.218.103.712,57 | 6.773.151.579,25 | | 198.575.606,43 | 517.979.356,75 | 7.218.103.712,57 | | 6.773.151.579,25 |
| 66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos | 7.416.679.319,00 | | 7.291.130.936,00 | 7.218.103.712,57 | 6.773.151.579,25 | | 198.575.606,43 | 517.979.356,75 | 7.218.103.712,57 | | 6.773.151.579,25 |
| ... |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| ... |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| Demais elementos do grupo |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| 6. Amortização da Dívida |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| ... |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| ... |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| ... |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |
| Demais elementos do grupo |  | |  |  |  | |  |  |  | |  |

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

**5.1.2.2 Análise crítica**

Quadro Despesas Correntes: Não se aplica ao FNE.

Quadro Despesas de Capital: A relação despesa liquidada/despesa empenhada foi de 97,3% em 2018 e de 92,9% em 2017, em função da não confirmação das expectativas de arrecadação elaborada pelo Governo Federal nos dois exercícios. Registre-se que, no caso do FNE, os empenhos são feitos pela totalidade do orçamento estimado para cada exercício. Ao final do exercício, quando for o caso, são feitos os necessários ajustes nos valores empenhados, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, em decorrência da arrecadação real verificada. Em 2018, os restos a pagar não processados inscritos representaram 2,7% da despesa empenhada, enquanto em 2017 essa relação foi de 7,1%. A previsão de arrecadação para 2017, superior à arrecadação efetiva, gerou um maior volume de Restos a Pagar Não Processados do exercício de 2017, com o posterior cancelamento do valor de R$ 255.536.246,20 (Quadro 5.1).

Ainda em 2018, foi registrado saldo de dotação de R$ 235.587,00, correspondente à diferença entre a despesa executada (R$ 7.416.914.906,00) e as despesas empenhadas (R$ 7.416.679.319,00), contabilizada “Crédito Bloqueado pela SOF”.

**Observação**

*Os itens abaixo referentes ao Desempenho Orçamentário deverão ser excluídos do relatório e incluídos somente no e-Contas pelas justificativas aqui expostas.*

* + - ***Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade***

*O FNE faz parte das ações vinculadas a programas de Operações Especiais, conforme consta da LOA (ver abaixo), razão por que não se aplica essa exigência ao Fundo.*

**Figura 5.1 - Ações Orçamentárias - Operações Especiais**

****

****

****

* ***Fatores intervenientes no desempenho orçamentário -***

*Não se aplica. Trata-se de Operações Especiais.*

* ***Informações sobre a realização das receitas***

*A fonte de recursos do FNE é a arrecadação de Imposto sobre a Renda e de Imposto sobre Produtos Industrializados pelo Tesouro Nacional, não havendo, portanto, receitas orçamentárias de fontes próprias da unidade, ou seja, cuja arrecadação tem origem no esforço próprio da unidade, conforme consta da orientação acima.*

**5.2 GESTÃO DE PESSOAS**

O Banco do Nordeste considera essencial para alcance de sua missão, dos seus objetivos e da excelência empresarial, contar com pessoas com alto desempenho e focadas em resultados, identificadas e comprometidas com a missão, qualificadas, motivadas, saudáveis, criativas, inovadoras, éticas e solidárias.

Nesse sentido, são desafios permanentes da gestão de pessoas no Banco do Nordeste proporcionar aos seus empregados melhor qualidade de vida, oportunidade de crescimento profissional, reconhecimento à potencialidade individual, criatividade, inovação, educação permanente, ambiente de trabalho alicerçado na democracia, participação, transparência, respeito, harmonia, cordialidade, liberdade de expressão, reconhecimento, solução negociada dos conflitos em todos os níveis e ambiente físico adequado e seguro.

No que se refere à estrutura de pessoal, detalhada no item 5.2.1, registra-se que o Banco do Nordeste, como administrador do FNE, também utiliza sua força de trabalho para execução de atividades de aplicação do referido recurso. No entanto, não há como mensurar a força de trabalho necessária para acompanhar as operações que utilizam recursos do FNE, pois não existem empregados que trabalhem somente com essas operações, considerando que o FNE é uma fonte de recursos e não uma atividade específica.

**5.2.1 Estrutura de pessoal** **do Banco do Nordeste**

As informações sobre a distribuição da força de trabalho por tipos de cargos estão detalhadas nos Quadros 5.4, 5.5 e 5.6.

**Quadro 5.4 - Força de trabalho do Banco do Nordeste - 2018**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipologias dos Cargos** | **Lotação** | | **Ingressos no Exercício** | **Egressos no Exercício** |
| **Autorizada** | **Efetiva** |
| **Empregados em Cargos Efetivos** | **7.020** | **7.005** | **124** | **44** |
| * Empregados de Carreira vinculados ao órgão | 7.020 | 7.002 | 122 | 42 |
| * Empregados contratados a termo (\*) | não há | 3 | 2 | 2 |
| **Servidores requisitados de outros órgãos e esferas** | não há | 1 | 0 | 0 |
| **Total de Servidores** | **7.020** | **7.006** | **124** | **44** |
| Fonte: BNB - Ambiente de Gestão de Pessoas | | | | |

**Quadro 5.5 - Distribuição da lotação efetiva - 2018**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipologias dos Cargos** | **Lotação Efetiva** | |
| **Área Meio** | **Área Fim** |
| **Empregados de Carreira** | **3.254** | **3.752** |
| * Empregados de Carreira vinculados ao órgão | 3.251 | 3.751 |
| * Empregados contratados a termo (\*) | 3 | 0 |
| **Servidores requisitados de outros órgãos e esferas** | **0** | **1** |
| **Total de Servidores (1+2+3)** | **3.254** | **3.752** |
| (\*) Contratados com base no Art. 66 do Estatuto do Banco para exercerem as funções de assessoramento especial do Presidente do BNB | | |

**Quadro 5.6 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas - 2018**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas** | **Lotação** | | **Ingressos no Exercício** | **Egressos no Exercício** |
| **Autorizada** | **Efetiva** |
| **Funções em Comissão** | **não há** | **5.860** | **3** | **21** |
| * Empregados com função em comissão | não há | 5.860 | 3 | 21 |
| * Empregados de carreira com função em comissão vinculada à entidade | não há | 5.860 | 3 | 21 |
| **Total de Servidores em Cargo e em Função** | **não há** | **5.860** | **3** | **21** |
| Fonte: BNB-Ambiente de Gestão de Pessoas. | | | | |

**5.2.1.1 Análise crítica**

Por meio da Portaria nº 28, de 28 de novembro de 2017, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais fixou o limite máximo para o quadro de pessoal próprio para o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB em 7.020 vagas, tendo no exercício ingressado 122 (cento e vinte e dois) novos empregados de carreira.

A distribuição de empregados entre as áreas meio e fim praticamente se equivale, na medida em que há uma diferença de aproximadamente 8p.p. entre essas duas áreas (46% de empregados na área meio e 54% na área fim).

Comparativamente com o quadro Força de Trabalho do BNB, pode-se observar que aproximadamente 84% dos 7.005 empregados desta Instituição (7.002 empregados de carreira vinculados ao órgão mais 3 empregados contratados a termo) ocuparam função em comissão no ano de 2018.

Vale esclarecer, também, que a partir da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal[[7]](#footnote-7) “a aposentadoria não é causa de extinção da relação de emprego”, o empregado do Banco do Nordeste que se aposentar pela Previdência Social, poderá continuar trabalhando na Instituição, se assim o desejar. Portanto, historicamente, os registros de desligamentos espontâneos se situam dentro de padrões que não comprometem a continuidade das atividades.

Ainda no tocante ao ingresso de novos empregados, registre-se que o Banco exige que o candidato, antes de sua posse, apresente Declaração Negativa de vínculo empregatício com órgão da Administração Pública Direta ou Indireta e Declaração de não exercício de atividades. Tais medidas vão ao encontro das ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada à acumulação de cargos, funções e empregos públicos, além de constar tal óbice nos normativos internos.

**5.2.2 Demonstrativo das despesas com pessoal**

A elevação das despesas com pessoal em relação ao ano de 2017 decorreu, principalmente, dos efeitos do Acordo Coletivo com reajuste salarial de 5% incidente sobre os valores de todas as verbas salariais praticados em agosto/2018 com repercussão nos benefícios e nos encargos. A Tabela 5.1, apresenta os dados referentes às despesas de pessoal do Banco do Nordeste.

**Tabela 5.1 - Demonstrativo das despesas com pessoal**

Valores em R$ 1,00

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipologias/ Exercícios** | **Vencimentos e vantagens fixas** | **Despesas Variáveis** | | | | | | **Decisões Judiciais** | **Total** |
| **Função em Comissão** | **Gratificações** | **Adicionais** | **Indenizações** | **Benefícios Assistenciais e Previdenciários** | **Demais Despesas Variáveis** |
| Empregados de Carreira não Comissionados | | | | | | | | | |
| 2018 | 33.943.383,26 | 0 | 23.301.148,12 | 22.469.493,21 | 25.553.362,35 | 4.111.836,79 | 840.321,45 | 263.560,17 | 110.483.105,35 |
| 2017 | 34.592.636,66 | 0 | 23.555.375,95 | 22.394.710,60 | 23.408.600,54 | 3.619.195,27 | 940.378,73 | 615.058,34 | 109.125.956,09 |
| Empregados com Função em Comissão | | | | | | | | | |
| 2018 | 241.073.481,52 | 342.119.437,28 | 293.307.802,28 | 100.814.681,53 | 124.757.712,74 | 74.392.857,91 | 11.684.719,37 | 308.825,10 | 1.188.459.517,73 |
| 2017 | 238.698.545,72 | 330.993.145,28 | 282.724.908,29 | 96.352.121,66 | 128.325.642,99 | 65.680.190,04 | 12.623.223,01 | 364.436,53 | 1.155.762.213,52 |
| Empregados Contratados a Termo (\*\*) | | | | | | | | | |
| 2018 | 917.936,82 | 0 | 62.632,46 | 14.213,18 | 70.419,64 | 0 | 5.268,90 | 0 | 1.070.471,00 |
| 2017 | 1.168.767,72 | 0 | 99.166,71 | 18.174,85 | 49.595,69 | 0 | 15.383,65 | 0 | 1.351.088,62 |
| (\*\*) Contratados com base no Art. 66 do Estatuto do Banco para exercerem as funções de assessoramento especial do Presidente do BNB. | | | | | | | | | |
| Obs.: Os custos dos servidores cedidos são ressarcidos ao Banco pelos Órgãos cessionários. | | | | | | | | | |
| Fonte: Ambiente de Gestão de Pessoas - Banco do Nordeste (2018) | | | | | | | | | |

**5.2.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal**

No intuito de mitigar riscos de conflito de interesses, o Ambiente de Gestão de Pessoas vem realizando sistemática campanha de divulgação da Lei 12.813/2013, a fim de orientar seus empregados a oficializar consulta sobre possível conflito de interesses ou pedido de autorização para realização de atividade privada.

No ano de 2018, foram realizadas 03 consultas sobre conflito de interesses e 36 pedidos de autorização para exercício de atividade privada, por meio do Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses da CGU (SeCI).

**5.2.4 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos**

A Superintendência de Desenvolvimento Humano do Banco do Nordeste utiliza os indicadores Absenteísmo e Educação Continuada, para monitorar e avaliar a efetividade das políticas de recursos humanos.

**5.2.4.1 Absenteísmo**

Este acompanhamento é feito tradicionalmente pelo Banco, com publicação no Relatório de Sustentabilidade - GRI. A fórmula utilizada é a soma de todos os dias perdidos por ausências não justificadas e afastamentos por motivo de saúde, dividido pela quantidade de dias trabalhados, cujo resultado multiplica-se por 100. O resultado apurado em 2018 foi de 3,91%, bem próximo ao resultado de 2017, que foi de 3,89%.

Um dos maiores impactos ocorreu nos afastamentos de longo prazo por motivo de saúde, na ordem de 50,5%, grande parte em consequência da continuidade de licenças saúde já iniciadas em anos anteriores; doenças não relacionadas ao trabalho e também pelo adoecimento natural pelo avanço da idade.

Um conjunto de medidas preventivas vem sendo adotadas com o objetivo de reduzir o Absenteísmo por doença, sendo as principais: o acompanhamento realizado pela equipe da Central de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida, inclusive em nível das Superintendências Estaduais, junto aos empregados afastados, o que tem permitido uma melhor orientação e, em alguns casos, diminuído os números de dias de afastamento.

Em segundo lugar, a maior qualidade dos Exames Ocupacionais e, por último, as palestras e ações de prevenção e qualidade de vida realizadas ao longo do ano.

**5.2.4.2 Educação Corporativa**

O Banco do Nordeste prima pela promoção do caráter contínuo do desenvolvimento dos empregados, por meio da geração, compartilhamento e acumulação do conhecimento, propiciando uma ambiência em que haja o desenvolvimento de competências alinhadas às estratégias do BNB.

A cada ano elabora-se o Plano de Educação Corporativa, que tem como objetivo orientar todas as ações de capacitação, no sentido de prover as necessidades de competências, conhecimentos e habilidades dos empregados alinhadas às estratégias do Banco, bem como o alcance dos resultados esperados. Assim, um dos elementos orientadores das ações de Educação Corporativa é o Planejamento Estratégico do Banco, que permite alinhar os programas educacionais às metas e resultados da organização.

Na organização das ofertas de capacitação são incorporadas outras informações à estrutura do Plano, como a vinculação com as escolas da Universidade Corporativa, à qual estão atrelados os eventos, pilar de formação e as competências que pretendem desenvolver e que serão responsáveis pela homogeneidade dos temas de aprendizagem, propiciando qualidade na definição de conteúdos e dinâmica de execução da capacitação.

Essas escolas têm como objetivo prover soluções de aprendizagem nas diversas áreas e foram assim definidas:

1. Escola de Gestão: prevê o desenvolvimento de competências necessárias à consolidação do modelo de gestão do Banco (processos, práticas e ferramentas) e a formação de pessoas comprometidas com os valores e princípios da organização;
2. Escola de Desenvolvimento Regional: envolve o desenvolvimento de competências necessárias à geração e disseminação do conhecimento acerca da Região Nordeste, para dar suporte às ações e estratégias da organização;
3. Escola de Negócios: destaca o desenvolvimento das competências para o exercício das atividades-fim da organização;
4. Escola de Suporte Corporativo: fomenta e desenvolve competências necessárias para o exercício efetivo das atividades de suporte corporativo à organização;
5. Escola de Relações Institucionais: tem como objetivo sustentar e reforçar a imagem do Banco e as ações com os vários públicos com os quais o Banco do Nordeste mantém relacionamento.

A prática educacional tem como objetivo a associação permanente entre teoria (perspectivas, modelos, métodos e ferramentas) e a realidade do BNB, o que envolve cinco focos principais:

1. conhecer a realidade do Banco;
2. sensibilizar e estimular a visão de mundo;
3. prover formação;
4. aplicar à realidade;
5. consolidar conhecimento.

Estruturalmente, o Plano contempla tanto os programas do segmento formal, quanto profissional, podendo os eventos ser ofertados na modalidade presencial ou à distância.

Abaixo seguem as estatísticas de nível educacional e etário do corpo funcional em 2018:

1. 27.444 treinamentos foram realizados (22.710 à distância e 4.734 de forma presencial), tendo sido investido R$ 8.707.284,27;
2. 18,97% dos funcionários possuem nível médio e 80,27% possuem nível superior completo. Destes últimos, 39,63% concluíram curso de Especialização ou Mestrado e 0,56% concluiu Doutorado;
3. 3.260 empregados estão em função de gestão, dos quais 86,7% possuem nível superior;
4. Distribuição etária: 394 empregados com idade de 20 a 29 anos; 2.753 com idade de 30 a 39 anos; 1.600 com idade de 40 a 49 anos; 1.308 com idade de 50 a 59 anos e 950 empregados com 60 anos de idade ou mais.

**5.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

**5.3.1 Conformidade legal**

O Banco do Nordeste, em seus processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, cumpre e exige o cumprimento da legislação vigente, em especial as Leis: nº 13.303/2016, nº 8.666/1993, nº 10.520/2002, nº 12.846/2013 e a Lei Complementar nº 123/2006. Em 28/06/2018, fez publicar o Regulamento de Licitações e Contratos, que disciplina as licitações e contratações realizadas a partir dessa data.

Além disso, o Banco do Nordeste pauta seu relacionamento com fornecedores e prestadores de serviços orientado pelo compartilhamento dos padrões de integridade e ética e com base na valorização de iniciativas social e ambientalmente responsáveis.

A seleção de fornecedores e prestadores de serviços é realizada com imparcialidade, transparência e preservação da qualidade e viabilidade econômica dos serviços prestados e dos produtos fornecidos, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos, probidade administrativa, economicidade, vinculação ao instrumento convocatório, obtenção de competividade e do julgamento objetivo, do desenvolvimento nacional sustentável, além das finalidades consignadas no Estatuto do Banco do Nordeste e no seu Código de Ética.

**5.3.2 Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados**

No ano de 2018, foram realizados 1.596 processos de aquisição/contratação, nas diversas modalidades de contratação previstas em lei (Tabela 5.2), sendo 136 processos na modalidade Pregão, 51 em outras modalidades de licitação e 1.409 processos de contratação direta. Referidas contratações envolveram recursos da ordem de R$ 601,9 milhões (Tabela 5.3). As contratações realizadas estão distribuídas conforme a seguir:

**Tabela 5.2 - Distribuição por finalidade de contrato**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Finalidade | Quantidade | Valor (R$ mil) |
| Tecnologia da Informação | 41 | 262.737 |
| Funcionamento Administrativo | 1510 | 280.891 |
| Outros | 45 | 58.289 |
| Total | 1596 | 601.917 |

Fonte: BNB - Diretoria de Administração

**Tabela 5.3 – Distribuição por modalidade de contrato**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Modalidade | Quantidade | Valor (R$ mil) |
| Pregão | 136 | 334.683 |
| Outras modalidades | 51 | 46.889 |
| Contratação direta | 1409 | 220.345 |
| Total | 1596 | 601.917 |

Fonte: BNB - Diretoria de Administração

**5.3.3 Contratações mais Relevantes, sua Associação aos Objetivos Estratégicos e Justificativas para essas Contratações**

As contratações consideradas mais representativas referem-se às atividades de Tecnologia da Informação e de Funcionamento Administrativo.

As contratações de Tecnologia da Informação contemplam, dentre outras, a contratação de serviços de transferência de dados, licença de uso de software para plataforma computacional de *mainframe*, aquisição e serviços de assistência e de suporte técnico de equipamentos de informática, aquisição de licença de uso e serviços de suporte técnico e manutenção de sistemas de informática.

No tocante às contratações enquadradas no grupo Funcionamento Administrativo, destacam-se os contratos de locação de imóveis, de serviços de vigilância, de limpeza, de transporte de numerário, bem como de serviços de manutenção predial.

Referidas aquisições e contratações visam o suprimento de equipamentos e de sistemas informatizados, bem como de infraestrutura e de outros serviços imprescindíveis ao funcionamento das unidades do Banco, em especial das suas unidades de negócios, em atendimento ao princípio estratégico de foco nos clientes e resultados.

**5.3.4 Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização**

Dos processos de contratação direta realizados no exercício, 1.018 foram enquadrados nos limites de dispensa em razão do valor, conforme previsto no artigo 29, inciso I (para obras e serviços de engenharia de valor até R$ 100.000,00) e inciso II (para outros serviços e compras de valor até R$ 50.000,00), da Lei nº 13.303/2016 e 391 nas demais modalidades de contratação direta previstas na referida norma legal.

Entre as contratações diretas, destacam-se as que envolveram aquisições e contratações de bens e/ou serviços de Tecnologia da Informação, bem como os processos para locação de imóveis.

No caso das contratações de TI, justificam-se em grande parte pela necessidade de continuidade das soluções implantadas, bem como da manutenção e suporte técnico necessários ao funcionamento dessas soluções, estando as contratações amparadas no artigo 25 da Lei nº 8.666/93 ou no artigo 30 da Lei nº 13.303/2016, em virtude da inexigibilidade de licitação.

Em relação aos contratos de locação de imóveis, em sua grande maioria, decorrem da necessidade de abrigarem as agências do Banco para atendimento de sua missão. Porém, por questões mercadológicas, as necessidades de instalação e localização condicionam a escolha do imóvel, estando as contratações respaldadas no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 29, inciso V, da Lei nº 13.303/2016.

**5.3.5 Principais desafios e ações futuras**

Realizar compras ágeis, com segurança e economicidade, mantendo em bom funcionamento toda a estrutura do Banco do Nordeste, observando as limitações orçamentárias, é o principal desafio da empresa que está subordinada às leis que regem as licitações e contratações públicas. Além disso, a administração é desafiada a selecionar as propostas mais vantajosas para atendimento do interesse público e da satisfação dos clientes, mesmo nos processos de contratação onde, prioritariamente, o critério de julgamento é o menor preço.

Ressalta-se que o Banco promove constantemente a melhoria no processo de aquisições de bens e serviços, sempre em busca das melhores práticas de mercado. Assim, destacam-se como ações futuras que contribuirão para otimizar os processos licitatórios: a pré-qualificação permanente de fornecedores e bens e a implantação de um catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras. Ademais, o Banco estimula continuamente as atividades de racionalização de despesas, buscando reduzir custos.

**5.4 GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA**

**5.4.1 Conformidade Legal**

Os eventos relacionados à alterações normativas relativas à gestão patrimonial do Banco do Nordeste, que foram realizados em 2018, são descritos a seguir:

1. alteração no Normativo Interno do BNB para criação do “Manual de Orientação para Pequenos Serviços de Manutenção Predial”, com diretrizes para que as Unidades do Banco executem diretamente manutenção das edificações de uso;
2. criação do Regulamento de Licitações e Contratos do BNB, em conformidade à nova Lei das Estatais nº 13.303/2016, no sentido de agilizar os processos de aquisição.

**5.4.2 Principais Investimentos de Capital (Infraestrutura e Equipamentos)**

Os eventos relacionados a investimentos de capital, em infraestrutura e equipamentos do Banco do Nordeste, que foram realizados, em 2018, são descritos a seguir:

1. projeto para instalação de Usina de Geração de Energia Fotovoltaica em Unidades do BNB;
2. ampliação dos espaços de autoatendimento de 60 agências, com instalação de novos terminais (ATMs);
3. aquisição de quase mil novos equipamentos de ar condicionado no valor de R$ 3,8 milhões com o objetivo de economizar energia elétrica;
4. licitação para reforma da cozinha do Restaurante do Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV), orçada em R$ 1,3 milhão;
5. aquisição e instalação de 9 grupos geradores para suprimento das necessidades de energia elétrica do CAPGV, com investimento de R$ 2,1 milhões;
6. reforma parcial das agências de Nova Russas/CE, Quixadá/CE e Lavras da Mangabeira/CE, com investimento da ordem de R$ 300 mil;
7. licitação para obra de reforma geral do prédio da Agência Codó/MA, contratada pelo valor de R$ 944.686,61.

**5.4.3 Desfazimento de ativos**

Os eventos relacionados a desfazimento de ativos do Banco do Nordeste, realizados em 2018, são descritos a seguir:

1. alienação de 11 imóveis, com recuperação de capitais empatados da ordem de R$ 18 milhões, representando cerca de 39% da carteira de Bens Não de Uso Próprio;
2. realização de leilão de bens móveis e imóveis, no estado do Ceará, registrando-se lucro da ordem de R$ 140 mil. A expectativa de receita para essa categoria de bens foi superada em 436,56%.

**5.4.4 Locações de imóveis e equipamentos**

Locação de imóveis para instalação de unidades nas cidades de Natal e Fortaleza, conforme descrito no item 5.4.5.

**5.4.5 Mudanças e desmobilizações relevantes**

Os eventos relacionados a mudanças e desmobilizações relevantes dos itens patrimoniais do Banco do Nordeste, realizados em 2018, são descritos a seguir:

1. mudança para novas instalações da Agência Fortaleza Aldeota, Superintendência Estadual do Ceará, Agência Digital e Conaj-FOR;
2. mudança para novas instalações da Agência Natal Centro, Superintendência Estadual do Rio Grande do Norte, Conaj-Natal e Gerat-RN.

**5.4.6 Principais Desafios e Ações Futuras**

Os principais desafios e ações futuras relacionadas à gestão patrimonial do Banco do Nordeste são descritos a seguir:

1. concluir a implantação do plano de expansão do autoatendimento em todas as 121 agências contempladas;
2. implantar sistemas de coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos nas agências do Banco;
3. sistematizar o monitoramento e gestão das contas de energia elétrica e do consumo de água nas Unidades do Banco com vistas à redução do consumo;
4. executar ajustes e adequações de leiaute em 16 agências visando à implantação do novo modelo de atendimento ao cliente;
5. instalar uma Usina de Geração de Energia, no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, para garantir a continuidade dos serviços e permitir a cogeração de energia nos horários de pico;
6. executar obras de retrofit dos prédios de 7 agências, com instalação de mini usinas de geração de energia fotovoltaica.

**5.5 GESTÃO DE TI**

**5.5.1 Conformidade Legal**

Os normativos e processos da TI baseiam-se em Normas ou Guias de boas práticas. Os processos de responsabilidade da TI são auditados pelo Ambiente de Auditoria Interna, certificados em relação à conformidade pelo Ambiente de Controles Internos e participam da autoavaliação de riscos operacionais, onde é aplicada a metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso).

Em setembro de 2018, a TI recebeu a Certificação de Conformidade em segundo nível de supervisão do “Processo de Desenvolvimento e Manutenção de Soluções de TI” e o Relato Sumário das Constatações, resultantes do trabalho de certificação realizado pelo Ambiente de Controles Internos, tendo alcançado o índice de conformidade de 92,96%, considerado satisfatório com oportunidades de melhoria, segundo a metodologia de certificação deste ambiente.

Os processos do Ambiente de Infraestrutura de TI estão em conformidade com as melhores práticas do mercado, como por exemplo: ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*), que é um dos frameworks para gerenciamento de serviços de TImais adotados mundialmente e Cobit (*Control Objectives for Information and related Technology*)”, que é um*framework* de Governança de TI criado pela Isaca (*Information Systems Audit and Control Association*).

Em relação ao orçamento e contratação, os normativos internos baseiam-se na Instrução Normativa MP/SLTI (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação) nº 4, de 11 de setembro de 2014 e no Regulamento de Licitações e Contratos do BNB, construído a partir da Le inº 13.303/16 e da Lei nº 8.666/93 para os contratos em andamento iniciados sob a sua vigência.

Os normativos de segurança da informação seguem os preceitos das normas complementares associadas com a Instrução Normativa GSI nº 1, de 13 de junho de 2008, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, bem como se baseiam nas orientações dos padrões da família ISO 27.000.

Em 2018, o Banco do Nordeste, em cumprimento à Resolução Bacen nº4.658, de 26 de abril de 2018, estabeleceu a Diretoria de Controle e Risco como responsável pela política de segurança cibernética e pelo plano de ação e de resposta a incidentes de segurança, em conformidade com o artigo 7º da referida Resolução. Atualmente, a Política e o Plano estão em processo de aprovação pelas alçadas competentes.

**5.5.2 Modelo de Governança de TI**

O Modelo de Governança de TI tem como principais instâncias de decisões administrativas: o Comitê Tático de Tecnologia da Informação (Cotec) e o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Coeti), que são responsáveis por manter o alinhamento entre a TI e as áreas de Negócio, tendo como principal atribuição acompanhar a execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti), o qual direciona a utilização dos recursos de TI para atendimento aos desafios do Banco do Nordeste. Compete ao Cotec avaliaras novas demandas de projetos, assegurando o alinhamento com o Planejamento Estratégico Corporativo (PEC) e decidir quanto à priorização destes projetos e demandas, utilizando metodologia baseada na avaliação e pontuação de critérios definidos no modelo de priorização de projetos, conforme normatizado pelo Escritório de Projetos do Ambiente de Governança de TI.

O Cotec é composto por sete superintendentes, representando as seguintes Diretorias: Administração e TI, Ativos de Terceiros, Controle e Risco, Negócios, Financeiro e de Crédito, e, ainda, o Superintendente de Estratégia e Organização e o Superintendente de Marketing e Comunicação, que são membros permanentes. A periodicidade de reuniões do Cotec é mensal.

Cumpre destacar que o Coeti tem como atribuição acompanhar a adoção de práticas de governança de TI em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução CGPAR - Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (Res. nº 11, de 10 de maio de 2016). O Coeti é composto por Diretores das seguintes Diretorias: Administração e TI, Planejamento e Financeira e de Crédito, reunindo-se trimestralmente para validar as deliberações realizadas pelo Comitê Tático (Cotec).

**5.5.3 Montante de Recursos Aplicados em TI**

Em 2018, a TI despendeu em torno de R$ 273 milhões, sendo R$ 241 milhões referentes às despesas e R$ 32 milhões referentes a investimentos. As Superintendências em que efetuaram maiores valores de desembolsos em 2018, considerando contratos e outras iniciativas, foram: Superintendência de Tecnologia da Informação (R$ 214,8 milhões), Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos (R$ 5,7 milhões), Superintendência de Produtos e de Serviços Bancários (R$ 5,6 milhões) e Superintendência de Logística (R$ 5,3 milhões).

**5.5.4 Contratações mais Relevantes de Recursos de TI**

De acordo com os dados da Tabela 5.4, o contrato que gerou o maior desembolso da TI, em 2018, foi relacionado ao serviço de suporte de infraestrutura de TI (por volta de R$ 22,61 milhões).

**Tabela 5.4 – Maiores Desembolsos – Contratos de TI em 2018**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato | Resumo | Fornecedor | Valor 2018 (R$) |
| 2016/124 | Serviço de Suporte de Infraestrutura de TI | CTIS | 22.619.198,21 |
| 2018/114 | Aquisição de Servidores Blade | Lanlink | 18.635.189,69 |
| 2018/88 | Armazenamento Site Secundário | Lanlink | 17.621.639,71 |
| 2016/159 | Novo Voip | Inovax | 14.122.864,08 |
| 2015/731 | Serviço de Impressão | CSF | 11.771.444,22 |
| 2015/694 | Fábrica de Software | Totvs | 10.978.515,36 |
| 2013/121 | Nova rede WAN | Claro | 10.928.636.73 |
| 2015/562 | Atendimento - Cliente Interno (3121) | Stefanini | 10.797.354,61 |
| 2013/116 | Nova rede WAN | Telemar | 10.574.356,81 |
| 2013/117 | Nova rede WAN | Telemar | 10.177.843,51 |
| 2015/690 | Fábrica de Software | Resource | 9.490.843,39 |
| 2015/715 | Software Mainframe | IBM | 9.485.008,64 |
| 2017/104 | Softwares Microsoft | Lanlink | 9.389.586,55 |
| 2015/680 | Leasing Mainframe | Banco IBM | 8.901.683,70 |
| 2015/697 | Fábrica de Software | Capgemini | 8.055.360,89 |

Fonte: Diretoria de Administração – Banco do Nordeste

**5.5.5 Principais Iniciativas (Sistemas e Projetos) e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor**

Várias iniciativas foram finalizadas em 2018, obtendo resultados satisfatórios, conforme pode ser visto a seguir.

1. Rede Inteligente de Comunicações (SD-WAN)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Custo**   * + Redução de custos superior a 40%: economia de R$ 27,12 milhões/ano. |  |
|  | **Agilidade**   * + Melhor desempenho e agilidade no tráfego de aplicações de negócios;   + Maior velocidade de comunicação (10Mbps a 30Mbps). |
|  | **Disponibilidade**   * + Atualmente, metade das Agências do Banco utilizam o meio satélite de comunicação secundária;   + O Projeto não só eliminou os *link*s satélite, como acrescentou *link*s terciários. |

1. Abordagem Ágil

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Benefícios:** |
| * + Entregas contínuas de soluções de tecnologia para o negócio;   + Maior aproximação e comunicação entre a TI e as áreas de negócios;   + Foco na geração de valor para o negócio;   + Simplificação e desburocratização de processos;   + Melhor gerenciamento de equipes distribuídas. |

1. Transformação Digital

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |

1. Novos Canais de Acesso

Novos canais de acesso para os clientes, a exemplo da Caixa Econômica (Lotéricas) e da Rede Saque e Pague, ampliaram a capilaridade do BNB, melhorando o serviço para os clientes e reduzindo as filas nas agências do Banco. A Figura 5.2 apresenta o aumento da quantidade e de valores de saques nas Lotéricas.

**Figura 5.2 - Saques nas Lotéricas**



2º Trim

3º Trim

4º Trim

2º Trim

3º Trim

4º Trim

Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação – Banco do Nordeste

1. Melhoria da Infraestrutura

* Duplicação da velocidade dos *links* de 17 Unidades, que migraram da tecnologia por satélite para tecnologia terrestre;
* Modernização do Data Center, por meio da ampliação da capacidade do *mainframe* (5.339 MIPS cada), atualização tecnológica de servidores (140 físicos e 5.000 virtuais) e capacidade de armazenamento de dados (3 PB, representando um crescimento de 2,5 vezes).

1. Governança de TI

Melhoria do modelo de gestão de TI para atender às necessidades das unidades de negócios e de controle de forma mais tempestiva e com maior qualidade, destacando-se as seguintes iniciativas:

* Novo modelo de atendimento de demandas de TI;
* Atuação na modernização tecnológica para processos de crédito e microcrédito;
* Nova estratégia de gestão e de governança.

Outras iniciativas foram iniciadas em 2018, continuando em fase de implantação, como por exemplo:

1. Modernização de Infraestrutura e Sistemas:

* Centralização de Servidores de Agências:

|  |  |
| --- | --- |
|  | * + Maior disponibilidade de sistemas e recursos computacionais; |
| * + Automatização de atividades administrativas, a exemplo de backup; |
| * + Redução do consumo de *links*. |

* Centralização de Bases de Dados de Sistemas:

|  |  |
| --- | --- |
|  | * + Melhor desempenho e disponibilidade das aplicações; |
| * + Redução de incidentes e maior integridade dos dados; |
| * + Agilidade na manutenção e evolução dos sistemas. |

Os números da Figura 5.3 são evidências de alguns resultados que foram alcançados com as várias iniciativas implementadas pela TI em 2018.

**Figura 5.3 – Principais Resultados da Diretoria de TI em 2018**



Fonte: Diretoria de Administração – Banco do Nordeste

**5.5.6 Segurança da Informação**

Como o Banco do Nordeste do Brasil S.A. está inserido em um sistema financeiro e bancário, alvo constante de ameaças à segurança física e das informações, que circulam inclusive em meio cibernético, o Banco sempre se mostra atuante ao determinar medidas que fortaleçam a segurança dos perímetros físicos e virtuais da empresa, dentre as quais se citam:

1. A existência do Ambiente de Segurança Corporativa, que, dentre outras atribuições, desempenha o papel de gestor da segurança da Informação e da segurança bancária. O Ambiente integra a estrutura da Diretoria de Controle e Risco (portanto, segregado da estrutura de Tecnologia de Informação), atuando, assim, com maior independência no estabelecimento de políticas e nas decisões colegiadas, bem como na ampliação de visão e escopo de trabalho no campo da Segurança;
2. Possui uma Política de Segurança Corporativa, com orientações e diretrizes emanadas da Alta Administração;
3. Possui Comitê de Segurança composto por Superintendentes das áreas de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, Logística, Tecnologia da Informação e Desenvolvimento Humano;
4. Possui um Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança formado por profissionais capacitados em diversas áreas, responsáveis pela administração dos recursos de segurança, análise de vulnerabilidades, resposta a incidentes e suporte especializado;
5. Possui arcabouço de normativos gerais, aprovados pela Diretoria Executiva, e de procedimentos, com o fito de controlar, disciplinar e orientar os processos de trabalho, rotinas e procedimentos de segurança corporativa.

**5.5.7 Principais Desafios e Ações Futuras**

Os desafios que a TI considera prioritários para os próximos anos são os seguintes:

Cloud Pública e Privada

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Benefícios**   * + Redução de custos   + Disponibilidade de recursos computacionais de forma mais rápida   + Maior agilidade para demandas de negócios e lançamento de novos produtos   + Continuidade dos negócios |

*ChatBot* + Inteligência Artificial

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Benefícios**   * + Elevação da capacidade de atendimento e da eficiência operacional   + Redução do tempo de atendimento e dos custos envolvidos   + Análise de big data para direcionar ações de marketing e obter tendências e padrões   + Automatização e agilidade de processos e do atendimento   + Melhoria nos relacionamentos com clientes internos e externos e na experiência dos usuários |

*Blockchain*

|  |  |
| --- | --- |
|  | * + Maior segurança nas transações bancárias, com redução de custos   + Iniciativas:     - BNB e Itaú: Automatização de pagamentos e recebimentos de margens de produtos de derivativos     - CEF, BNB e outros bancos: Projeto Sistema Financeiro Digital para a liquidação descentralizada de operações |
|  |  |

*Self-Service BI + Data Analytics*

|  |  |
| --- | --- |
| Captura de Tela 2018-03-09 às 18.23.12.png | * + Solução *PowerBI*   + Autonomia e facilidade na criação de análises, relatórios e *dashboards* para tomadas de decisão   + Arquitetura corporativa de dados |

Além dos desafios apresentados anteriormente, pretende-se também:

1. Modernização tecnológica e arquitetural do sistema de Automação Bancária, iniciando pela implantação do novo Autorizador Central para a rede de Agências, a criação de nova interface do Internet Banking e adição da Rede Mais Você, gerando como resultados: (i) maior disponibilidade de atendimento nos canais externos; (ii) possibilidade de oferta de autoatendimento aos clientes nas dependências das Agências em momento além do expediente bancário e (iii) elevação do nível de segurança no tráfego de informações entre as Agências e o *Mainframe;*
2. Transformação digital por meio da captura digital de informações e da disponibilização de múltiplos canais de atendimentos (*omnichannel*);
3. Ampliação e melhoria da capacidade de armazenamento (backup) e recuperação de informação, baseadas em regras dinâmicas e de acordo com a política de segurança da informação do Banco.
4. Centro de monitoramento e gerenciamento integrado e automatizado de serviços de TI, proporcionando o tratamento tempestivo e proativo de incidentes de serviços, com maior tempo de disponibilidade e melhoria de desempenho dos sistemas.

Em relação à segurança da informação, serão desenvolvidas as seguintes ações:

1. Reorganização do modelo de gestão de incidentes de segurança da informação, para atendimento às exigências da Resolução nº 4.658/2018, do Conselho Monetário Nacional;
2. Modernização tecnológica das principais ferramentas de segurança, a serem adquiridas por meio de licitações públicas;
3. Ampliação dos serviços de gestão de vulnerabilidades, englobando maior quantidade de ativos de tecnologia da informação;
4. Aprovação da Política de Segurança Cibernética e do Plano de Ação e de Respostas a Incidentes de Segurança para atendimento às exigências da Resolução nº 4.658/2018, do Conselho Monetário Nacional;
5. Ampliação da Cultura de Segurança Cibernética, envolvendo colaboradores internos e clientes;
6. Adequação dos contratos de soluções tecnológicas que envolvam serviços de processamento e armazenamento de dados de computação em nuvem às exigências da Resolução nº 4.658, do Bacen.
7. Adequação dos processos do Banco do Nordeste que envolvem tratamento de dados pessoais, às exigências da Lei Geral de Proteção a Dados (Lei federal nº 13.709/2018).

**5.6 GESTÃO DE CUSTOS**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem como base o Art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal, sendo regulamentado pela Lei nº 7.827/89 e alterações posteriores, sendo a mais recente a Lei nº 13.682/18. O objetivo do FNE é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é o responsável pela operacionalização das atividades do Fundo. Desse modo, não existe uma estrutura de custos específica do FNE pois é através da estrutura administrativa do Banco do Nordeste que é feita a aplicação e administração do Fundo. Este por sua vez, remunera o Banco conforme disposto no Art. 17-A, da Lei 7.827/89, com uma Taxa de Administração. Em 2018, essa remuneração foi de R$ 1.439,6 milhões, valor 3,4% maior que os R$ 1.391,9 milhões em 2017.

**5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Em continuidade ao seu modelo de gestão que busca a sustentabilidade de seus negócios, o Banco do Nordeste desenvolveu diversas ações de responsabilidade socioambiental, com destaque para o fomento da sustentabilidade por meio de sua ação creditícia, o apoio financeiro a projetos sociais com base em recursos de incentivos fiscais e os avanços na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

No âmbito de sua ação creditícia, no ano de 2018, foram contratados R$ 275,9 milhões por meio do Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE VERDE), destinados a um total de 643 operações de crédito. Aproximadamente 82% do montante foram aplicados na geração de energia elétrica, sendo 30% para a aquisição de sistemas de micro e mini geração de energia elétrica, no âmbito do FNE Sol, o correspondente a 83% das operações contratadas. Ainda para a geração de energia elétrica por fontes solar e eólica, foram realizados investimentos por meio do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) em 59 operações, da ordem de R$ 5,7 bilhões.

No âmbito das linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) voltadas à sustentabilidade ambiental, Pronaf-Floresta, Pronaf-Agroecologia, Pronaf-Eco e Pronaf-Semiárido, os financiamentos alcançaram o montante de R$ 190,8 milhões, beneficiando 10.673 operações.

Em sintonia com sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), o Banco do Nordeste apoia projetos sociais, por meio de incentivos fiscais, destinando recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), a projetos desportivos – Lei de Incentivo ao Esporte, ao Fundo dos Direito do Idoso e a causas da saúde, por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). Em 2018, foram selecionados 37 (trinta e sete) projetos por meio de editais públicos, assim distribuídos: 15 (quinze) projetos para o Fundo dos Direitos do Idoso, 13 (treze) projetos para o FIA, 04 (quatro) para o Esporte, 04 (quatro) para o Pronon, e 01 (um) para o Pronas/PCD, totalizando o valor de R$ 3.631.266,38 em favor de aproximadamente 6.700 pessoas entre crianças, adolescentes, idosos, pessoas com câncer e portadores de deficiência.

Ainda em relação à sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), o Banco do Nordeste deu continuidade ao processo de sua implementação por meio da realização de ações constantes do Plano de Ação da PRSA, destacando-se, dentre outras: ações de promoção voltadas para o estímulo ao financiamento de projetos que tenham como finalidade a prevenção, mitigação e minimização dos efeitos negativos decorrentes das mudanças climáticas no semiárido; a inclusão em normativo interno de regra específica referente ao gerenciamento dos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços; a viabilização de canal de comunicação sobre aspectos da PRSA do BNB com os públicos de relacionamento da Instituição, por meio do Portal do Banco na Internet.

A Política de Responsabilidade Socioambiental encontra-se disponível no Portal do Banco do Nordeste na Internet no *link*: <https://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>.

**CAPÍTULO 6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

## **6.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O documento citado acima encontra-se no *link* a seguir:

<https://www.bnb.gov.br/documents/50268/4608860/ANEXO_01_DEMONSTRACOES_CONTABEIS_FNE_2018.pdf/ff5dbd53-f317-30ea-7877-5b68d79d4d4f>

## **6.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

O documento citado acima encontra-se no *link* a seguir:

<https://www.bnb.gov.br/documents/50268/4608860/ANEXO_02_DECLARACAO_DO_CONTADOR.pdf/6c55bea2-f972-be6f-f11e-ba2dda78adcb>

**CAPÍTULO 7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

## **7.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU**

As determinações e recomendações oriundas do TCU destinadas ao Banco do Nordeste são monitoradas pela Superintendência de Auditoria, utilizando-se de sistema informatizado denominado SharePoint, o qual registra informações acerca dos responsáveis pelo cumprimento das determinações e recomendações, prazos estabelecidos e situação das providências em andamento.

Dentre outras atividades, a Superintendência de Auditoria presta informações periódicas aos Colegiados Estatutários acerca do cumprimento das determinações e/ou recomendações.

Durante o exercício de 2018, o Banco do Nordeste recebeu 25 (vinte e cinco) determinações e/ou recomendações oriundas do TCU. No mesmo período, atendeu 16 (dezesseis) determinações e/ou recomendações, sejam elas recebidas no exercício de 2018 ou em exercícios anteriores.

No momento da finalização do relatório de gestão, não foram identificadas determinações e/ou recomendações pendentes de atendimento, decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores para o Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Em atendimento à determinação contida no item 9.4 do Acórdão TCU 1875/2017 – TCU-Plenário, bem como no Acórdão n0 889/2018 – TCU – 1ª Turma, foram disponibilizados os seguintes documentos no site do Banco na Internet, acessível pela opção “Institucional” do Menu Principal, opção de sub menu “Sobre o Banco” (https://www.bnb.gov.br/sobre-o-bnb), no *link* Relatórios de Prestação de Contas Anuais (https://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-prestacao-de-contas-anuais), ano 2018:

1. Atendimento à determinação contida no item 9.4 do Acórdão TCU 1875/2017 – TCU-Plenário
2. Atendimento às recomendações do Acórdão nº889/2018 - TCU - 1ª Câmara (TC 036.840/2017-3)

Acrescente-se, finalmente, não existir outras determinações e/ou recomendações do TCU que implicam em obrigação de prestar informação sobre o seu andamento no Relatório de Gestão Anual.

**7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno**

As recomendações oriundas da CGU destinadas ao Banco do Nordeste são monitoradas pela Superintendência de Auditoria, utilizando-se de sistema informatizado denominado SharePoint, o qual registra informações acerca dos responsáveis pelo cumprimento das recomendações, prazos estabelecidos e situação das providências em andamento.

Dentre outras atividades, a Superintendência de Auditoria presta informações periódicas aos Colegiados Estatutários acerca do andamento e situação das providências pertinentes ao atendimento das recomendações.

Ao longo do ano de 2018, a CGU iniciou 3 (três) auditorias no Banco do Nordeste, a seguir relacionadas:

• Auditoria Anual de Contas do FNE, exercício de 2017 – Ordem de Serviço: 201801414. Processo nº 00206.100367/2018-53;

• Supervisão Correcional pelo Núcleo de Ações de Correição da Controladoria-Regional da União no Estado do Ceará - Nacor/CE - Processo nº 00206.100329/2018-09;

• Auditoria de acompanhamento da gestão sobre os controles internos estabelecidos para mitigação dos riscos relacionados à atividade de renegociação de operações de crédito contratadas com o BNB - Ordem de Serviço: 201800289. Processo nº 00206.100068/2018-19.

Durante o exercício de 2018, o Banco do Nordeste recebeu 15 (quinze) recomendações oriundas da CGU. No mesmo período, atendeu 40 (quarenta) recomendações, sejam elas recebidas no referido exercício ou em exercícios anteriores.

**7.3 Tratamento de Recomendações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)**

Durante o exercício de 2018, o Banco do Nordeste recebeu recomendações oriundas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, acerca do Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2018, por meio Ofício nº 1937/2019 - SEI/Sudene (Pareceres Técnicos nº 101/2019 e nº 104/2019). Tais pareceres estão disponíveis em: [Parecer Técnico nº 101/2019](http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/conselhodeliberativo/documentos/parecer1012019.pdf) e [Parecer Técnico nº 104/2019](http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/conselhodeliberativo/documentos/parecer1042019.pdf).

Em atendimento, foi disponibilizado o seguinte documento no site do Banco na Internet, acessível pela opção “Institucional” do Menu Principal, opção de submenu “Sobre o Banco” (https://www.bnb.gov.br/sobre-o-bnb), no *link* Relatórios de Prestação de Contas Anuais (https://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-prestacao-de-contas-anuais), ano 2018:

1. Atendimento às Recomendações dos PARECERES TÉCNICOS DA SUDENE Nº 101/2019 E Nº 104/2019.

1. Para fins deste relatório, será utilizada a nomenclatura do Ministério da Integração Nacional (MI) que vigorou durante todo o exercício de 2018, passando a integrar o Ministério do Desenvolvimento Regional de acordo com o decreto DEC 9.666/2019 de 02/01/2019**.** [↑](#footnote-ref-1)
2. Grande Teresina - Timon e o Pólo de Juazeiro e Petrolina. [↑](#footnote-ref-2)
3. Cabe ressaltar que desde a aprovação da Lei nº 12.793/2013, os encargos financeiros, o bônus de adimplência do FNE e dos demais fundos constitucionais de financiamento passaram a ser estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Com essa prerrogativa, em 2013 (30/12/2013), a Resolução CMN nº 4.297 definiu um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros vigente, independentemente da localização do empreendimento financiado. Portanto, nesse particular, todos os empreendimentos podem ser beneficiados, mesmo que localizados fora do Semiárido. [↑](#footnote-ref-3)
4. [1]Esse processo tem gerado um relacionamento sistemático e periódico entre a Direção Geral, por meio da Superintendência de Políticas de Desenvolvimento e as unidades de negócios das Superintendências Estaduais e Agências, na qual são analisados a evolução das aplicações, o cenário conjuntural e as dificuldades para o alcance das metas propostas.  [↑](#footnote-ref-4)
5. O Pronaf Grupo “B” é uma linha de microcrédito rural voltada para produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural. São atendidas famílias agricultoras, pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural. Elas devem ter renda bruta anual familiar de até R$ 23 mil. [↑](#footnote-ref-5)
6. Originalmente publicado em [Revista BNB Conjuntura Econômica, nº 57, out-dez 2018](https://www.bnb.gov.br/web/guest/banco-do-nordeste-conjuntura-economica). [↑](#footnote-ref-6)
7. Decisão do STF na ADI 1.721-3, que suspendeu a eficácia da Lei nº 9.528/97, que, por sua vez, havia inserido o parágrafo 2º, ao artigo 453 da CLT. [↑](#footnote-ref-7)